



COMBOIOS DE PORTUGAL



RELATÓRIO & CONTAS

2013



FICHA TÉCNICA

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário € 1.995.317.000

Conceção e Coordenação:

Direção de Contabilidade e Património

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão.

Contactos: webmaster@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
A EQUIPA DE GESTÃO	8
INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO	9
2013 – ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE	10
O ANO EM REVISTA	11
<i>Timeline</i>	11
Oferta/operação	13
Tarifário	16
Qualidade	20
Bilhética e distribuição	21
Comunicação	22
Inovação	23
Segurança	25
Intervenção social e ambiental	26
Prémios recebidos	29
OS RECURSOS	30
Recursos humanos	30
Frota	34
O SERVIÇO PRESTADO	36
Passageiros e proveitos de tráfego	36
Oferta	38
Qualidade do serviço prestado	39
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	41
Objetivos de gestão	42
Gestão do risco financeiro	43
Prazo médio de pagamento	44

Índice

Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2012	45
Remunerações	46
Aplicação do Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público	58
Contratação pública	58
Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado	59
Medidas de redução de gastos operacionais	60
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	62
Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	62
Informação no <i>site</i> do SÉE	63
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	64
Evolução da conta de exploração	64
Evolução das principais rubricas do balanço	67
Investimentos	69
Participadas	70
Financiamento	74
PERSPETIVAS PARA 2014	78
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	80
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	81
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	82
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	90
Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	90
Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)	93
Principais políticas contabilísticas (nota 3)	94
Fluxo de caixa (nota 4)	110
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)	112
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	112

Índice

Ativos intangíveis (nota 7)	114
Locações (nota 8)	115
Participações financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)	115
Participações financeiras – outros métodos (nota 10)	117
Acionistas/Sócios (nota 11)	118
Impostos sobre o rendimento (nota 12)	119
Inventários (nota 13)	120
Clientes (nota 14)	122
Adiantamentos a fornecedores (nota 15)	123
Estado e outros Entes Públicos (nota 16)	124
Outras contas a receber (nota 17)	125
Diferimentos (nota 18)	126
Ativos financeiros detidos para negociação (nota 19)	127
Outros ativos financeiros (nota 20)	127
Ativos não correntes detidos para venda (nota 21)	128
Capital realizado (nota 22)	129
Ações (quotas) próprias (nota 23)	129
Outros instrumentos de capital próprio (nota 24)	129
Reservas legais (nota 25)	130
Outras reservas (nota 26)	130
Resultados transitados (nota 27)	131
Ajustamentos em ativos financeiros (nota 28)	132
Outras variações no capital próprio (nota 29)	132
Provisões (nota 30)	134
Financiamentos obtidos (nota 31)	135
Outras contas a pagar (nota 32)	138
Fornecedores (nota 33)	139

Índice

Passivos financeiros detidos para negociação (nota 34)	139
Vendas e serviços prestados (nota 35)	140
Subsídios à exploração (nota 36)	141
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 37).....	142
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 38).....	143
Fornecimentos e serviços externos (nota 39).....	144
Gastos com pessoal (nota 40)	146
Imparidades de investimento não depreciáveis/amortizáveis (nota 41)	147
Outros rendimentos e ganhos (nota 42)	148
Outros gastos e perdas (nota 43)	149
Aumentos/reduções justo valor (nota 44)	150
Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 45)	151
Imparidade de investimentos depreciáveis e amortizáveis (nota 46)	152
Juros e rendimentos similares obtidos (nota 47)	152
Juros e gastos similares suportados (nota 48)	153
Passivos contingentes (nota 49)	153
Ativos contingentes (nota 50)	154
Divulgação de partes relacionadas (nota 51).....	154
Garantias e avales (nota 52)	157
Acontecimentos relevantes após a data de balanço (nota 53)	157
DOCUMENTOS ANEXOS	158
Certificação legal de contas	159
Relatório auditoria CP	162
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	164
GLOSSÁRIO	172

MENSAGEM DO PRESIDENTE



A CP em 2013, com o empenho e dedicação de todos os que nela trabalham, e em clima de diálogo e concertação social, retomou a regularidade e a fiabilidade do serviço, estancou a meio do ano a tendência da perda de passageiros, melhorou a sua imagem junto do público em geral, e partiu à conquista de novos clientes. Numa palavra, trabalhou para devolver o futuro aos comboios.

O Conselho de Administração que presido assumiu funções no final de fevereiro de 2013.

O primeiro grande desafio que se nos apresentava era, inequivocamente, o da necessidade urgente de pacificação da vida interna da Empresa, pondo fim a um período alongado de crispação e ausência de diálogo laboral e restituindo à CP a capacidade de cumprir a missão de proporcionar o serviço de transporte essencial à vida de tantos portugueses. Foi uma conquista cujo mérito vai, em primeiro lugar, para todos os trabalhadores e suas organizações representativas, que aceitaram abraçar esta causa. Durante todo este tempo, apesar de se terem mantido as dificuldades do nosso País e os consequentes reflexos nos rendimentos de quem trabalha, foi possível dar início a um diálogo empenhado na resolução das questões concretas, e passíveis de solução, no enquadramento atual. Os resultados atingidos permitem ambicionar a continuação deste desígnio salutar.

Com o esforço de todos, a CP restituiu aos seus clientes um serviço fiável, seguro e regular, que veio permitir a progressiva retoma da confiança pública na nossa Empresa e a adoção de políticas comerciais mais agressivas.

Todo o trabalho que desenvolvemos já começou a dar frutos: a inversão da perda de passageiros e os resultados, embora ainda tímidos, estão à vista de todos. Setembro marcou o início desta viragem.

Em 2013, a CP transportou 107,2 milhões de passageiros em todos os seus serviços, valor inferior em 4% ao ano de 2012 (111,7 milhões de passageiros transportados), numa significativa redução da quebra deste indicador que se vinha verificando nos últimos anos. De facto, em 2012, esta redução era de mais de 11% face ao exercício anterior.

Nos últimos quatro meses do ano verificou-se um crescimento médio de passageiros de 2,3%, transversal a todos os serviços da Empresa.

Nos proveitos, de 203,95 milhões de euros, verifica-se uma redução de 3,2% relativamente ao exercício anterior. No entanto, destaca-se igualmente a evolução positiva no período de setembro a dezembro, no qual se registou um aumento da ordem dos 3,1%.

O EBITDA de 2013 mantém-se positivo em 22 milhões de euros. Face a 2012, este valor apresenta uma redução de 13 milhões de euros, que decorre diretamente da necessidade de reposição de subsídios de férias e Natal aos trabalhadores da Empresa.

O resultado operacional do exercício apresenta uma evolução positiva da ordem dos 47%, situando-se nos 20 milhões de euros negativos, o que representa uma melhoria de 17 milhões face a 2012.

Tenho confiança que 2014, será o primeiro ano de crescimento desde há vários anos.

Mas precisamos de mais. Apesar dos resultados atingidos, não está ainda garantida a continuidade da CP enquanto prestador de um serviço de mobilidade essencial às populações.

Para assegurar o futuro e o progresso da nossa Empresa, e os meios para conseguir a modernização e a qualidade necessárias, é indispensável definir um modelo de sustentabilidade económica e financeira para os comboios que reúna um apoio suficiente da sociedade portuguesa. Esse modelo, que caberá à CP propor, deverá assentar em três eixos fundamentais:

Em primeiro lugar a gestão em rede do dispositivo que assegura a atual cobertura do território pelos comboios, procurando combinar a procura do equilíbrio dos custos e receitas operacionais com a melhoria da qualidade e eficiência do serviço.

Em segundo, a definição dos serviços que possam ser confiados à iniciativa privada, privilegiando o método da subconcessão, que manterá a CP como entidade gestora dos respetivos contratos.

Finalmente, a negociação com o poder político do saneamento financeiro do incomportável montante da dívida histórica e de uma adequada contratualização do serviço público a prestar, que resultará da concertação entre as necessidades socialmente exigidas e as possibilidades financeiras do Estado.

A par destas linhas fundamentais, a eficiência no aproveitamento dos recursos humanos, na gestão e manutenção do material circulante, o combate ao desperdício em todos os sectores da vida da CP, e a constante melhoria na qualidade, serão a marca de excelência de uma empresa virada para o cliente.

A todos os colaboradores da CP, envio uma mensagem de confiança no desenvolvimento da Empresa e de agradecimento pelo trabalho desenvolvido.

Uma palavra final para lembrar o trabalho desenvolvido pelo anterior Conselho de Administração e todo o apoio prestado pelas Tutelas Setorial e Financeira.



A EQUIPA DE GESTÃO



Dra. Isabel Vicente
Vogal

Eng. Manuel Queiró
Presidente

Dra. Cristina Pinto Dias
Vice-Presidente

Dra. Maria João Calado Lopes
Vogal



INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO

Indicadores Operacionais	2013	2012	2013/ 2012	2013/ 2012
Procura				
Passageiros (10 ³)	107.169	111.708	-4.539	-4,1%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3.310.668	3.443.449	-132.781	-3,9%
Oferta				
Comboios (10 ³)	449	431	18	4,2%
CK (10 ³)	28.567	27.549	1.017	3,7%
LKO (10 ⁶)	12.736	12.426	310	2,5%
Recursos Humanos				
Efectivo final	2.766	2.894	-128	-4,4%
Efectivo médio	2.786	2.924	-138	-4,7%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	235	236	-1	-0,4%
Locomotivas	90	89	1	1,1%
Carruagens	101	102	-1	-1,0%

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2013	2012	2013- 2012	2013/ 2012
Proveitos tráfego	203.948	210.595	-6.647	-3,2%
Rendimentos operacionais *	295.703	306.590	-10.887	-3,6%
Gastos operacionais *	273.751	271.184	2.567	0,9%
EBITDA*	21.953	35.406	-13.453	-38,0%
Resultado Operacional	-19.703	-37.099	17.396	46,9%
Resultado Líquido	-226.517	-223.589	-2.928	-1,3%

* Não inclui Rescisões, Provisões, Imparidades, Justo Valor e Participadas.

Rácios	2013	2012	2013- 2012	2013/ 2012
Tarifa média (cent.)	6,16	6,12	0,04	0,7%
Produtividade do trabalho (10 ³) [Ck/Efetivo]	10,25	9,42	0,83	8,8%
Peso dos gastos no VN **	101,5%	94,0%	7,5p.p.	-

** (CMVMC+FSE+PESSOAL)/Volume de Negócios (c/subs.à expl.)

2013 – ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A evolução da economia portuguesa em 2013 continuou a estar condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, levado a cabo pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

O PIB, apesar de em 2013 continuar a apresentar uma contração, relativamente a 2012, registou uma queda menos acentuada face ao que se verificou em anos anteriores e os indicadores disponíveis para os últimos trimestres sugerem que se poderá estar a iniciar um processo gradual de retoma económica, sustentado pelo aumento assinalável das exportações e pelo ligeiro crescimento do consumo privado.

Pese embora os sinais de recuperação económica e social verificados, o débil rendimento disponível das famílias e o ainda elevado nível de desemprego continuaram a influenciar e a condicionar as necessidades de mobilidade das populações, designadamente, as deslocações pendulares casa / emprego, mas também as de âmbito turístico e de lazer.

Em resposta às medidas de austeridade implementadas manteve-se, principalmente durante o 1.º trimestre de 2013, o clima de contestação social com consequências em termos de conflitualidade laboral, que afetaram a oferta de transportes em geral e da CP em particular. Salientam-se, no entanto, que durante os meses de março e julho, o Conselho de Administração da CP chegou a acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, o que que permitiu a desconvoação das greves ao trabalho extraordinário e aos dias feriado.

A atividade da empresa em 2013 foi enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no Plano Estratégico de Transportes para 2011/2015 (PET) e incorporou, ainda, as orientações contidas no Orçamento de Estado para 2013, nomeadamente no que respeita aos gastos com o pessoal e às concessões de transporte.



O ANO EM REVISTA

TIMELINE

Acontecimentos mais relevantes e principais campanhas de comunicação.

- _ Atualização tarifária 0,9%
- _ Intra Rail Live Trip Grupos
- _ Extensão do Navegante a Moscavide
- _ Novo zonamento para a CP Porto e CP Lisboa

janeiro

Campanha do novo zonamento CP Lisboa e CP Porto

Campanha do produto Internacional

- _ Novo Conselho de Administração da CP
- _ Divulgação de "My Social Project"
- _ Edição 2012/2013 Schooltrip CP

fevereiro

Campanha Navegante

Comunicação Rotas da Lampreia e das Amendoeiras

Campanha do produto Família

- _ Lançamento da página "Lugar à Janela" no Facebook
- _ Acordo com as ORT

março

Lançamento da página "Lugar à Janela" no Facebook

Promoção "Páscoa 50%"

Nova imagem do Cheque Trem

- _ Lançamento da edição 2013 do MUSICardCP
- _ Conclusão do projeto de acesso controlado às plataformas da CP Lisboa

abril

Passatempo internacional Coimbra/Madrid

Promoção Queima Fitas CPPT

Promoção Viagens Grupo 2€ CPPT

- _ "Projeto Janela" na Linha de Cascais e na CP Porto

maio

Divulgação da Rota das Aldeias Históricas e da Rota das Cerejas

Divulgação InterRail e Intra_Rail com passatempos na MegaFM

Viagem Lisboa-S. Sebastian com surfistas incluída na campanha do produto Internacional

- _ Início da campanha 2013 do Comboio Histórico
- _ Concurso "Um Comboio para Cascais"
- _ Projeto "Violence in Transit"
- _ "Bilhete de Praia" na Linha de Cascais

junho

Campanha Praias "Some e Segue" para CPLX e CPPT

Promoção da oferta especial para o S. João do Porto

Plano de Comunicação de associação da CP à Música

Campanha "Promo 20%" no fim de semana do 10 de junho

- _ Lançamento do Comboio Celta e ajustamento da oferta na Linha do Minho
- _ Festival Optimus Alive
- _ Festival Super Bock
- _ Wi-Fi gratuito nos Alfa Pendular
- _ Portal Viva
- _ Novo acordo com as ORT

julho

Promoção do *Yield Management*

Promoção do Comboio Celta

Campanha Praias no segmento Regional

Optimus Alive - ativação da marca CP, com presença

- _ Integração tarifária das redes AP e IC
- _ Festival Sudoeste
- _ *Yield Management* nos comboios AP e IC
- _ Pintura nas paredes da passagem inferior de Alcântara-Mar por artistas voluntários

agosto

Campanha bilhete "Família & Amigos" na CPPT

Festas da Romaria da Nossa Senhora da Agonia

- _ Horário da Linha do Oeste-comboios diretos entre Caldas da Rainha e Coimbra
- _ Manutenção RCM nas carruagens ICs
- _ Prémio "Marca que Marca"
- _ Semana Europeia da Mobilidade

setembro

Comunicação do novo modelo de oferta da Linha do Oeste

Campanha Festas das Vindimas

Campanha Assinatura CP PT

"Kit do Caloiro" na Universidade do Minho

- _ Venda de bilhetes na "Ticketline"
- _ Campanha de vacinação antigripal entre os colaboradores

outubro

Promoção da Rota do Azeite

Campanha de Assinaturas no segmento Regional e CP Porto

- _ Wi-Fi gratuito IC da Beira Baixa
- _ Início da venda dos pacotes Comboio+Festival Optimus Alive 2014
- _ Novo número e serviço no *Call Center* da CP
- Alterações na oferta da Linha do Vouga por restrições do gestor de infraestruturas

novembro

Campanha Wi-Fi no Alfa Pendular

Campanha de Assinaturas na CPLX

Campanha de Assinaturas semanais na CPPT

- _ Venda MUSICard CP 2014
- _ Novo IC para Braga
- _ Nova restauração nos AP, IC e Sud / Lusitânia
- _ 25% desconto a jovens nos serviços de Longo Curso
- _ *Carsharing* com Andante Gold
- _ Lançamento do Cartão Caixa Viva

dezembro

Divulgação *online* do desconto para jovens

Campanha CP Música em *social media*

Campanha Cartão Caixa Viva

2ª Vaga de promoção do *Yield Management*

OFERTA/OPERAÇÃO

Lançamento do Comboio Celta e ajustamento da oferta Regional na Linha do Minho



Em julho iniciou-se o serviço do Comboio Celta, que assegura a ligação ferroviária direta entre as cidades de Porto e Vigo, com título de transporte único comum à RENFE e à CP, em apenas 2h15, menos 45 minutos do que na anterior oferta. Potencia-se, assim, as deslocações ferroviárias entre os centros económicos e culturais das duas regiões. Esta ligação foi inaugurada pelo então Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, e pela Ministra espanhola do Fomento, Ana Pastor, evidenciando os esforços conjuntos dos dois países para o aumento da mobilidade entre o Norte de Portugal e a Galiza.

Com o lançamento do Comboio Celta a CP, reorganizou a oferta do serviço Regional na Linha do Minho, para assegurar paragem em todas as estações anteriormente servidas, entre Porto Campanhã e Valença do Minho, em ambos os sentidos.

Também os comboios da RENFE, que terminavam a sua marcha em Guillarei (Espanha), prolongaram o seu serviço até à estação de Valença do Minho permitindo, assim, quatro ligações diárias entre o Minho e a Galiza.

Novo horário na Linha do Oeste

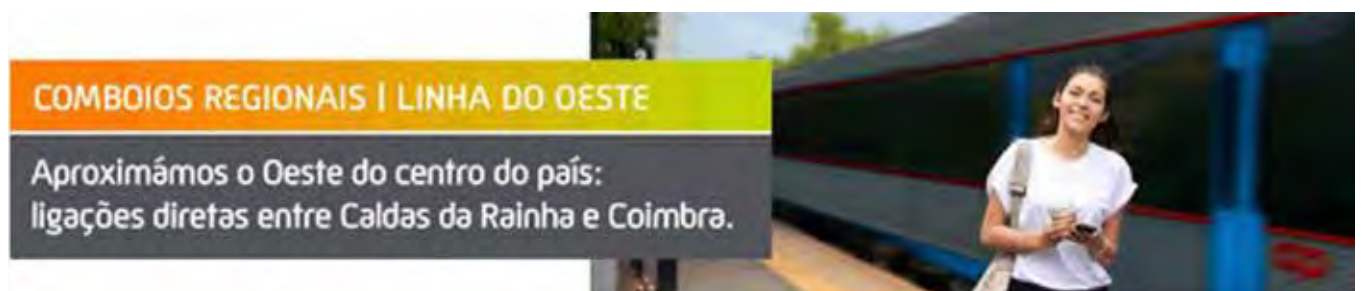
O novo modelo de oferta da Linha do Oeste implementado em setembro, veio ligar a cidade de Caldas da Rainha a Coimbra com comboios diretos. Os restantes horários foram também ajustados entre Caldas da Rainha e Leiria, tendo passado as ligações entre Caldas e Figueira da Foz a ser asseguradas através da correspondência com o serviço urbano de Coimbra na estação de Verride. O novo modelo assume duas lógicas distintas de ligações na região:

-A norte das Caldas da Rainha, o comboio assume uma vocação de serviço de médio e longo curso com

comboios diretos entre a Linha do Oeste e Coimbra (criando uma ligação à Linha do Norte e ao serviço Internacional) e horários ajustados entre Caldas da Rainha e Leiria;

-A sul das Caldas da Rainha, privilegiaram-se as ligações de proximidade e de curta distância, numa tipologia de serviço com carácter mais regional.

O horário dos comboios Urbanos de Coimbra também foi alvo de alterações, que visam garantir uma oferta mais cadenciada e regular ao longo do dia.



Novo IC para Braga

O novo horário implementado em dezembro 2013, consubstanciou o reforço das ligações Intercidades para Braga. A cidade passou a ter disponíveis dez ligações ferroviárias de Longo Curso entre Braga e Lisboa, distribuídas ao longo do dia.

O novo serviço Intercidades veio de encontro às necessidades da procura, especialmente dos estudantes naquela cidade que conta com um importante polo universitário e uma forte atividade económica em diversos sectores.



Alterações de oferta na Linha do Vouga

As restrições de velocidade impostas pela infraestrutura em outubro, com particular impacto no troço Oliveira de Azeméis – Águeda, causaram fortes perturbações ao nível da regularidade e pontualidade do serviço. Para minimizar os transtornos decorrentes desta situação, a circulação de comboios, no percurso Sernada do Vouga – Oliveira de Azeméis foi temporariamente substituída por serviço rodoviário alternativo. Relativamente às ligações Sernada do Vouga – Macinhata do Vouga - Águeda, os horários foram também objeto de ajustamentos. As ligações Aveiro – Águeda e Oliveira de Azeméis - Espinho mantiveram o serviço.



Festival Optimus Alive

Além dos comboios especiais, tanto de Longo Curso como da Linha de Cascais, que transportaram os clientes diretamente ao recinto do Festival, a CP manteve uma presença marcante no recinto, assim como na comunicação do evento. Venderam-se bilhetes de comboio no recinto, alcançando uma maior proximidade com os passageiros, que ficaram positivamente surpreendidos por ali poderem adquirir o seu bilhete de regresso a casa, após os concertos do festival.



Campanha 2013 do Comboio Histórico

O Comboio Histórico do Douro, composto por cinco carruagens de madeira datadas do início do século XX e por uma locomotiva diesel, datada de 1967, que conserva todas as suas características originais, realizou viagens todos os sábados, desde junho a outubro, entre as estações da Régua e Tua, dando continuidade à estratégia comercial iniciada no ano anterior.

Com o objetivo de impulsionar as vendas, para além dos bilhetes simples, os clientes tiveram à sua disposição um conjunto de bilhetes especiais que combinam o passeio no Comboio Histórico e as viagens de ida e volta a partir de vários pontos do país até à Régua, nos serviços Alfa Pendular (em classe turística), Intercidades (em 2ª classe) ou InterRegional e Regional.



Nova restauração no serviço Internacional

Com o novo contrato de prestação de serviços de restauração a bordo nos comboios Lusitânia Comboio Hotel e Sud Expresso, as refeições passaram a ser asseguradas na carruagem bar. Os clientes continuaram a ter ao seu dispor um serviço que lhes assegura a possibilidade de tomarem as suas refeições no decurso da viagem, beneficiando de uma tarifa mais reduzida, em *Gran Classe* e *Classe Preferente*. Através da redução do custo das viagens para os clientes e da redução de custos fixos para a CP, a Empresa espera melhorar a sustentabilidade e a competitividade destes serviços face a outros meios de transporte.



Outras ações

- **Otimização de enlaces** entre as ofertas Urbana, Regional e de Longo Curso nos *hubs* de Alfarelos e de Coimbra B e entre a oferta de AP's e IC's com a oferta das Linhas do Minho e Douro no *hub* de Porto Campanhã
- **Oferta Turística** - À semelhança de anos anteriores, realizaram-se, entre outras, as Rotas da Lampreia, Amendoeiras, Cerejas, Vindimas e foram lançadas duas novas rotas: Aldeias Históricas e Azeite do Tejo.



TARIFÁRIO

Yield Management

O *Yield Management* é um novo modelo de gestão da venda dos lugares não utilizados, atribuindo competitividade ao transporte ferroviário, maximizando receita e aumentando quota de mercado, sem incremento dos custos de produção. Veio disponibilizar a oferta de quase 2000 lugares, por dia, com desconto de 40% no preço base, em caso de compra antecipada.

Consiste num contingente diário de lugares, nos comboios Alfa Pendular e Intercidades, definidos por comboio, classe e dia da semana (mínimo: 2 lugares/comboio; máximo 10% dos lugares, em média 30 lugares



por comboio). Para beneficiar do desconto fixo de 40%, o cliente tem que comprar o bilhete com uma antecedência mínima de 5 dias, podendo fazê-lo em todos os canais de venda: venda *online*, por telefone ou em bilheteira CP.

Atualização tarifária e novo zonamento para a CP Porto e CP Lisboa

No início do ano ocorreu uma atualização tarifária de 0,9% em todos os serviços da CP. Em simultâneo, entraram em vigor nos Suburbanos os novos modelos de zonamento que vieram simplificar e racionalizar os modelos tarifários.

Na CP Lisboa foi alterado o modelo tarifário rígido assente em origem/destino para um conceito de rede global. O cliente passou a poder usar o mesmo bilhete em qualquer percurso nas Linhas de Sintra, Azambuja, Cascais e Sado, desde que a viagem a efetuar se realize no número de zonas adquiridas. O preço do bilhete ou assinatura CP é calculado de acordo com o número de zonas percorridas, pelo que o cliente paga apenas o transporte que efetivamente precisa utilizar

em cada viagem. Todas as estações de Lisboa passam a estar incluídas numa zona única, promovendo uma maior mobilidade dentro da cidade.

O novo modelo de zonamento tarifário da CP Porto veio reajustar a distância zonal média, uniformizando as distâncias quilométricas das zonas tarifárias e eliminando os desequilíbrios existentes. O cliente passou a beneficiar de maior equidade nos preços pagos, dado que, em viagens com distâncias idênticas, são praticados preços equivalentes. Esta alteração permitiu, ainda, aproximar a distância média das zonas dos títulos monomodais da CP no Porto ao zonamento intermodal Andante (*vide Glossário*).



Integração tarifária do Alfa Pendular e Intercidades

A Empresa implementou uma nova matriz tarifária que integra os preços dos serviços Alfa Pendular e Intercidades, quando utilizados sequencialmente.

Os clientes da CP passaram, assim, a beneficiar de preços mais económicos na larga maioria das ligações

de Longo Curso, quando estas envolvem a utilização de mais do que um comboio dos serviços Alfa Pendular e Intercidades, com vista a potenciar o seu efeito de rede.

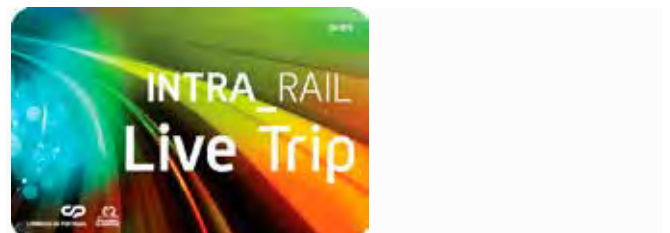
Extensão do Navegante a Moscavide

O passe Navegante integra os operadores Carris, Metro e CP e permite andar de autocarro, eléctrico, metro e comboio dentro da cidade de Lisboa. No que respeita aos comboios da CP este título é válido até às estações de Benfica (Linha de Sintra) e Belém (Linha de Cascais) e em 2013 passou igualmente a ser válido até Moscavide (Linha da Azambuja).



Intra Rail Live Trip para Grupos

O novo INTRA_RAIL Live Trip destina-se a grupos organizados, e foi pensado para proporcionar a experiência do INTRA_RAIL em empresas, escolas ou mesmo a grupos de amigos. Está disponível para quatro itinerários fixos e predefinidos e apresenta um preço diferenciado relativamente à versão individual (XCAPE) e (XPLORE). O preço difere, ainda, consoante a época do ano e o itinerário escolhido.



O INTRA_RAIL Live Trip inclui viagens ilimitadas durante 3 dias, dentro do itinerário escolhido, e alojamento durante 2 noites em quarto múltiplo com pequeno almoço incluído, nas Pousadas de Juventude localizadas no eixo escolhido.

Campanha tarifária do serviço Internacional



Na sequência da reformulação do serviço Internacional, ocorrida em 2012, com os comboios Lusitânia e Sud Expresso a passarem a circular em conjunto através da Linha da Beira Alta, a CP lançou em 2013 fortes campanhas de divulgação e promoção, com o objetivo de dar a conhecer estes produtos, com especial enfoque nas tarifas *Web* e *Estrella* (compra *online*).

Em termos de comunicação destacam-se os passatempos com oferta de viagens a universitários, entre Coimbra e Madrid, de viagens a Madrid no Canal Panda e de viagens entre Lisboa e S. Sebastian com surfistas.

Desconto de 25% para todos os jovens nos serviços de Longo Curso

A CP lançou um novo desconto de 25% para jovens dos 13 aos 25 anos, em todos os comboios dos serviços Alfa Pendular, Intercidades, Interregional e Regional, em todas as classes e dias da semana. A CP já praticava descontos de 20% para jovens estudantes, em comboios Intercidades e Alfa Pendular, condicionados à apresentação do Cartão de Estudante. Agora, para além do aumento da percentagem de desconto, este benefício é alargado a todos os jovens deste segmento etário e a todos os comboios de serviços Longo Curso e Regional, sem restrições.



Train Sharing

Com o objetivo de dinamizar a utilização do comboio e aumentar a competitividade do transporte ferroviário de Longo Curso, a CP criou uma nova tarifa promocional, destinada a pequenos grupos de 3 ou 4 passageiros que viajem em conjunto.

Válida para viagens de ida e volta, a realizar às terças, quartas e quintas exclusivamente em serviço Alfa Pendular e Intercidades, tanto na classe Conforto como na Turística, esta tarifa é aplicada a bilhetes adquiridos em simultâneo, para viajar no mesmo dia, classe e origem/destino. Para grupos de 3 passageiros será concedido um desconto de 40% e para grupos de 4 passageiros será concedido um desconto de 50%.



Outras ações

- **“Praias – Soma e Segue”** - desconto de 25% na Assinatura de Estudante durante os meses de férias escolares. Válida para os serviços Suburbanos e Regional.
- **“Bilhete de Praia”** na Linha de Cascais – bilhete semanal de verão com preço bonificado.
- **“Bilhete Família & Amigos”** – comboios Urbanos do Porto - título com a validade de um dia, orientado para o segmento jovem e famílias, disponibiliza viagens a grupos de 3 a 9 pessoas aos fins de semana e feriados, fomentando a utilização do comboio nas deslocações de lazer. Oferece um desconto de 25%, permitindo um número ilimitado de viagens nos comboios Urbanos do Porto, no percurso escolhido.
- **Campanha de Páscoa e de feriados de junho** – promoções especiais, respetivamente, com 50% e 20% de desconto nas viagens de grupos nos comboios Alfa Pendular e Intercidades.
- **Campanha Assinaturas CP Lisboa e Regionais** – a promoção teve dois pontos-chave: fidelização para clientes ocasionais: “Faça as contas, compensa ter Assinatura em vez de bilhetes ocasionais” e experimentação para potenciais clientes.
- **Campanha Assinaturas CP Porto** - com enfoque nos eixos de Porto e Braga, com dois grandes objetivos: fidelização (enfoque nas Assinaturas Mensais Normais e de Estudante) e experimentação (distribuição de *vouchers* de viagens a potenciais clientes).
- **Promoção de viagens de grupo a 2€ na CP Porto** – com o objetivo de fomentar a procura das viagens de grupo e fidelizar crianças e jovens que poderão ser futuros clientes dos serviços regulares.



QUALIDADE

Wi-Fi gratuito

Disponibilização de Wi-Fi gratuito em todos os comboios Alfa Pendular e Intercidades da Linha da Beira Baixa, permitindo o acesso à internet a bordo, sem qualquer custo associado, a partir de *smartphones*, *tablets*, portáteis e outros equipamentos preparados para o efeito.



Novo Call Center

Em novembro, a CP alterou o seu número de atendimento, passando a disponibilizar este serviço durante 24h, todos os dias da semana, para a rede

nacional e internacional. O número do SIM – Serviço Integrado de Mobilidade – passou igualmente a estar centralizado.

Citizen car-sharing

Foi estabelecido um protocolo de parceria para a criação de um serviço inovador de *car-sharing* nas principais zonas de interface com transporte público das cidades do Porto e Matosinhos, disponível para os clientes com assinatura “Andante Gold”. Trata-se do “Citizen car-sharing”, um serviço de aluguer de automóveis à hora, que permite reservar um veículo através da internet ou por telefone e tê-lo disponível nos minutos seguintes, integrando, ainda, como vantagem a possibilidade de utilizar o cartão de assinatura “Andante”, como chave para a abertura do carro.



CP renova Certificação da Qualidade

A CP renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com a norma ISO 9001:2008. A certificação de acordo com esta norma reconhece o esforço da Empresa em assegurar a conformidade dos seus produtos e serviços, a satisfação dos seus clientes e a respetiva melhoria contínua.



O “Relatório da Qualidade do Serviço CP” de 2013 está disponível para consulta no site da CP (www.cp.pt) e no da ERA – European Rail Agency.

(https://eradis.era.europa.eu/interop_docs/rusQPreports/default.aspx).

BILHÉTICA E DISTRIBUIÇÃO

Novo canal de venda no Longo Curso

Celebração de acordo de venda de produtos CP com a *Ticketline*, alargando os canais de contacto e venda de produtos de lazer da Empresa no *site* da *Ticketline* e rede de lojas aderentes.

Foram inicialmente colocados à venda *vouchers*, com preço especial, para viagens na oferta regular e no comboio especial que se efetuou para o concerto dos One Direction, no Estádio do Dragão.



A associação da CP à *Ticketline* teve como objetivo dinamizar as vendas, nomeadamente dos produtos de lazer, já que esta é uma das mais conceituadas empresas nacionais na venda de entradas e produtos associados para eventos dos mais diversos tipos, através de soluções integradas de bilheteira, disponibilizadas com o propósito de encurtar a distância entre o espectador e os referidos eventos.

Acordo de cooperação comercial CP/RENFE

Tendo por objetivo garantir um melhor serviço ao cliente na compra de bilhetes de comboio, a CP passou a vender títulos de transporte dos comboios internacionais que operam entre os dois países (Lusitânia, *Sud Expresso* e Celta) e passes InterRail, utilizando o sistema de venda da RENFE nas bilheteiras portuguesas. A venda de bilhetes e reserva de lugares estão disponíveis em 26 estações da CP, em Lisboa,

Porto, Linha da Beira Alta, Linha do Norte, Linha da Beira Baixa e Algarve.

No âmbito do acordo entre os dois operadores de transportes, a RENFE criou, ainda, um novo serviço de atendimento telefónico para informação e apoio à venda, em língua portuguesa.

Música+Comboio

No âmbito da sua estratégia de ligação do comboio a eventos musicais, a Empresa alargou os canais de venda para os produtos MUSICard CP e OPTIMUS ALIVE, com o início da venda na *Ticketline* e no Fã Pack Fnac, para além da restante rede de lojas aderentes e principais bilheteiras da CP.

Simultaneamente, a CP desenvolveu ações de comunicação integrada *online* (cp.pt e cool_train CP), através de vários passatempos, bem como passatempos em Mega Hits, Blitz e Sic Radical com oferta de entradas negociadas com os parceiros.



COMUNICAÇÃO

Comunicação institucional

Além de toda a comunicação da atividade da Empresa, a comunicação institucional dinamizou a gestão da Marca, mantendo a imagem da CP una e consistente,

valorizada pelos seus vetores de competitividade que aliam tempo, preço, comodidade e segurança.

Comunicação destinada ao segmento lazer

Com o lançamento da página de *Facebook* "Lugar à Janela", a CP procurou reunir a promoção e divulgação dos produtos e parcerias no âmbito do lazer numa única ferramenta de comunicação. Pretendeu-se dar visibilidade à CP enquanto detentora de uma rede única

de destinos e parceiros, com um discurso inspirador, interessante e convidativo à viagem, ao mesmo tempo que se pretende desenvolver uma melhor experiência de Marca.



Comunicação destinada aos segmentos infantil/jovem

A CP prosseguiu em 2013 a sua estratégia de tornar a marca CP numa marca de entretenimento com associação ao universo da música, e procedeu ao *refresh* da sua linha gráfica de comunicação para os segmentos infantil e jovem. Na comunicação *on-line*, adoptou-se a marca *Cool-train* CP para assinar toda a comunicação para este segmento. Prosseguiram as ações *Schooltrip*, com integração deste projeto no micro site CPKids.



— INOVAÇÃO

Conclusão do projeto de acessos controlados na CP Lisboa

Foi concluído em 2013, o projeto de instalação de novo equipamento de controlo de acessos às plataformas de embarque, de um conjunto de 21 estações da CP Lisboa que utilizam bilhética sem contacto.

O projeto foi executado em duas fases, uma primeira para um conjunto de nove estações, cuja instalação



piloto ocorreu na estação de Monte Abraão em janeiro de 2009. A segunda fase teve início em maio de 2010 e decorreu até 2013, estando atualmente equipadas todas as estações da Linha de Sintra e cinco estações da Linha de Cascais (Cais do Sodré, Algés, Oeiras, Carcavelos e Cascais).

Portal Viva

O Portal VIVA permite ao seu utilizador aceder a diversa informação sobre os cartões VIVA, desde tarifários, serviços, notícias dos operadores de transporte, agenda cultural e informação ou descontos e vantagens associados ao cartão Lisboa VIVA.



Permite, ainda, efetuar operações úteis, como requisitar cartões Lisboa Viva, consultar os movimentos efectuados com o cartão e, principalmente, carregar *Zapping* ou passes da Região de Lisboa no cartão de cada cliente.

Lançamento do cartão Caixa Viva

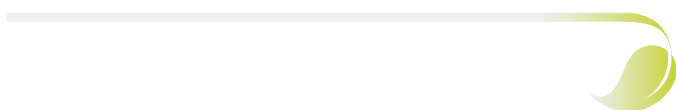
O Caixa Viva, cartão multibanco da Caixa Geral de Depósitos, permite o acesso facilitado aos transportes públicos de Lisboa, sem necessidade de prévio carregamento de títulos. É válido nos Operadores de Transportes da Região de Lisboa (OTLIS), promovendo a utilização dos transportes junto de quem não é frequentador habitual ou de quem, sendo utilizador regular, pretenda uma forma de utilização mais simplificada. O cliente não suporta qualquer outro



custo, nomeadamente bancário, para além do custo da viagem realizada, cujo valor estará de acordo com as condições comerciais definidas pelos Operadores para o efeito e é descontado na conta do utilizador. Para já disponível na CP Lisboa, Carris, Metro, Transtejo, Soflusa, Fertagus e Metro Sul do Tejo, esta funcionalidade poderá ser alargada a outros operadores.

Outras ações

- **Projeto Ecodriving na CP Porto**, em parceria com a EMEF/Nomad Tech e Toshiba - tem como objetivo desenvolver um interface no material circulante da série "UME's 3400", que se constitua um auxílio de condução aos maquinistas, visando uma condução mais eficiente do ponto de vista energético. Em 2013 decorreram os primeiros testes deste projeto.
- **Manutenção RCM** nas carruagens dos Intercidades, em parceria com a EMEF - a metodologia de manutenção RCM (*Reliability Centred Maintenance* - Manutenção Centrada na Fiabilidade) apoia-se no estudo intensivo dos equipamentos, do material circulante, das suas falhas e respetivas consequências, para definir tarefas de manutenção.



SEGURANÇA

Projeto "Violence in Transit"

A CP foi uma das entidades parceiras deste projeto, cuja implementação ficou a cargo da EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza. Teve como principal objetivo aumentar o conhecimento sobre violência juvenil em locais de trânsito, nomeadamente as estações de comboio, em três países europeus (Espanha, Itália



e Portugal) com vista a prevenir estes fenómenos e promover processos de reabilitação nas áreas urbanas. O projeto considerou componentes de investigação, ação e experimentação, consubstanciadas num conjunto de atividades que decorreram na estação de Porto S. Bento.

Simulacros de acidente



Realizaram-se ao longo do ano seis simulacros de acidente. Um dos que mais meios envolveu, denominado "Cacia 2013", foi organizado pelo Centro Distrital de Operações e Socorro de Aveiro. Este exercício teve como objetivo testar a resposta operacional do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, integrando também os planos de emergência da CP, REFER, CP Carga, INEM, Agrupamento Hospitalar do Baixo Vouga, ASCENDI e

BRISA. O cenário criado, na plataforma logística de Cacia, envolveu o descarrilamento de uma composição de transporte de passageiros dos Comboios Urbanos do Porto, provocando um elevado número de vítimas, em simultâneo com uma fuga/derrame de produto perigoso (peróxido de hidrogénio) de um vagão-cisterna estacionado numa das linhas interiores do parque da Plataforma, com possibilidade de ignição (matéria comburente a mais de 200 graus e corrosiva).

Ações de formação em segurança

Foram introduzidos novos conteúdos programáticos nas ações de formação no âmbito do combate a incêndios, nomeadamente, os métodos mais apropriados para responder a um acidente ou situação de emergência, as ações necessárias para minimizar os danos ambientais, as ações de mitigação e resposta a adotar para diferentes tipos de acidentes ou situações de emergência, e a necessidade de um ou mais processos para uma avaliação pós-acidente com vista ao estabelecimento e implementação das ações corretivas e preventivas.

No âmbito da formação e treino operacional das forças de segurança para intervenção em ambiente ferroviário, foi realizado um conjunto substancial de exercícios, que visaram o treino em composições ferroviárias de técnicas de intervenção policial, desde o treino de incidentes simulados nas diversas vertentes da segurança de treino com cães, até à aplicação de robots com o objetivo de detetar objetos suspeitos, passando pelo resgate e salvamento de passageiros, entre outras técnicas.



INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL

Divulgação do "My Social Project"

A CP colaborou ao longo do ano de 2013 na divulgação do projeto "My Social Project". Trata-se de uma rede social *user-friendly*, atrativa e dinâmica, que pretende reunir numa mesma plataforma, causas, voluntários e empresas (IPSS's, Associações, Grupos e Movimentos de Ação Social), com o objetivo de mobilizar Portugal



para o voluntariado. A rede conta atualmente com mais de 2.700 voluntários inscritos e cerca de 250 causas. O MySocialProject.org nasce do trabalho e do empenho de 20 jovens voluntários, que construíram este projeto sem fins lucrativos.

"Projeto Janela"

Transformar carruagens em espaços de lazer para os seus clientes, nomeadamente através da exposição de obras de arte urbana, foi o objetivo subjacente ao "Projeto Janela", concebido e promovido pela CP. Tratou-se de um projeto que reuniu seis artistas de *street art*, nacionais e estrangeiros, com propostas criativas expostas em dez carruagens dos Comboios



Urbanos do Porto e na Linha de Cascais. Em Lisboa, as carruagens intervencionadas tiveram a assinatura do espanhol Alberto Folch, e dos portugueses Bruno Pereira e Vihls. No Porto, a intervenção esteve a cargo do artista brasileiro Jorge Fonseca e dos portugueses Francisca Torres e Luís Alegre.

"Um comboio para Cascais"

Concurso entre alunos da Escola António Arroio para a decoração de um comboio da Linha de Cascais, que visou a sensibilização do público mais jovem para a importância da preservação dos bens públicos e do combate às ações de vandalismo nos comboios. O

concurso teve por temas, a mobilidade, o comboio, a marca CP e cenas do quotidiano. O trabalho final foi aplicado através de vinil, numa UTE da Linha de Cascais (*vide* Glossário).



Reabilitação artística do túnel de Alcântara-Mar por artistas voluntários

A CP, em conjunto com a APAURB - Associação Portuguesa de Arte Urbana e a Câmara Municipal de Lisboa, promoveu a recuperação da passagem inferior de Alcântara-Mar. Este túnel anteriormente era sujo e perigoso, passando a ser uma atração turística. O trabalho de pintura das paredes foi todo voluntário, tendo as tintas sido oferecidas e o espaço sido



transformado numa autêntica cidade subterrânea.

Este projeto permitiu melhorar as condições de acesso dos clientes às estações de Alcântara-Mar e Alcântara-Terra, bem como contribuir para o aumento da perceção de segurança no local.

Participação na Semana Europeia da Mobilidade

A CP associou-se, novamente, às comemorações da Semana Europeia da Mobilidade e do Dia Europeu sem Carros, que decorreram entre 16 e 22 de setembro, subordinadas ao tema "Ar limpo – Está nas tuas mãos!".

Foi prestado apoio à divulgação de diversas iniciativas em curso nessa semana, quer a bordo dos comboios,



quer no site e Facebook da Empresa. Para o dia 22 – Dia Europeu sem Carros, a CP concedeu a tarifa especial de 1 euro, nos comboios Regionais e Urbanos, aos participantes em atividades destinadas a assinalar esta data em diversos pontos do país.

Instalação de suportes para transporte de bicicletas

Depois dos serviços Suburbano e Regional, iniciou-se o projeto de criação de condições para o transporte de bicicletas nos serviços de Longo Curso. Em 2013,



foram instalados suportes para transporte de bicicletas em 25 carruagens Corail (vide Glossário).

Eleição do Presidente da CP como membro do Comité de Gestão da UIC

A UIC (vide Glossário) é a maior associação ferroviária do mundo e tem como missão promover o transporte ferroviário a nível mundial e enfrentar os desafios da mobilidade e do desenvolvimento sustentável. Encontra-se representada nos cinco continentes, reunindo mais de três centenas de membros. O



Presidente do Conselho de Administração da CP, Eng.º Manuel Queiró, foi nomeado, por unanimidade, membro do Comité de Gestão da UIC Europa para o biênio 2014/2015, na Assembleia Regional Europeia da UIC.

Restauro do Comboio Presidencial



A Fundação Museu Nacional Ferroviário apresentou publicamente o histórico Comboio Presidencial, que foi alvo de um profundo processo de restauro, inédito em Portugal e executado pela EMEF.

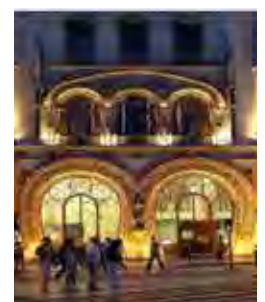
A viagem inaugural partiu da estação de Santa Apolónia, com destino ao Entroncamento, local onde o Comboio

ficou em exposição no Museu Nacional Ferroviário e onde serão organizados passeios turístico-culturais, abertos ao público em geral ou aluguer por entidades externas. A CP apoiou este evento, nomeadamente no transporte dos convidados no regresso a Lisboa, em comboio Intercidades.

Outras ações



- **Parceria com a Câmara Municipal de Cascais "Verão na Linha"** - Consistiu em ações de jovens voluntários que prestavam informações, ajudavam a adquirir títulos nas máquinas de venda e monitorizavam o estado de funcionamento de equipamentos, nomeadamente canais de acesso.
- **Participação no Projeto "5 dias, 5 Profissões"** - Com o objetivo de proporcionar a jovens, em idade escolar, a possibilidade de acompanharem um profissional no decorrer do seu dia de trabalho, a Câmara Municipal de Cascais organizou a ação "5 dias, 5 profissões". A CP Lisboa associou-se a esta iniciativa, através da categoria profissional de maquinista. Diariamente, de 15 a 19 de julho, um jovem teve a possibilidade de acompanhar o serviço de maquinista, na Linha de Cascais, aprendendo as principais particularidades e desafios desta profissão.
- **Voluntariado de colaboradores da CP e da empresa responsável pela publicidade interior nos comboios da CP Lisboa, para a remoção de graffiti no interior dos comboios da Linha de Cascais** - Esta iniciativa teve como tema "Passageiro agradado, cliente conquistado" e visou melhorar o conforto e a imagem percebida pelos clientes, garantindo viagens mais agradáveis.
- **"Um dia como arquivista"** - alguns jovens, filhos de colaboradores da CP, participaram na edição 2013 desta oficina lúdico-pedagógica. No decorrer das atividades, estes jovens tiveram oportunidade de contactar com o trabalho de restauro e preservação realizado no Arquivo Histórico e compreender a importância da conservação da memória da Empresa.
- **Oferta de material informático sem utilização na Empresa a ONG's** - No âmbito da dimensão externa da sua política de responsabilidade social, a CP tem vindo a doar material informático, de que já não necessita, a entidades diversas de apoio a pessoas em situações de doença ou carência de algum género. O material doado é considerado obsoleto para a Empresa, estando, contudo, ainda em condições de utilização.
- **Participação nas Jornadas Europeias do Património** - Classificada como Imóvel de Interesse Público e distinguida como uma das mais belas estações de comboios do mundo, a estação do Rossio foi palco de mais uma visita comentada. A CP foi uma das entidades parceiras deste projeto, onde os visitantes, nacionais e estrangeiros, foram conduzidos através da história e dos diferentes espaços da estação, numa iniciativa integrada nas Jornadas Europeias do Património. Na visita foram abordadas questões referentes à construção e diversas intervenções de modernização que a estação e o túnel sofreram ao longo do tempo, bem como as múltiplas funções que o espaço tem vindo a desempenhar. Os visitantes tiveram, ainda, a oportunidade de visitar a Sala do Rei, único espaço que mantém o seu traçado original.



PRÉMIOS RECEBIDOS

Marca que Marca

Pelo terceiro ano consecutivo, a CP foi eleita uma “Marca que Marca”, obtendo o 1º lugar na categoria “Transporte de Passageiros” num estudo nacional de avaliação de notoriedade espontânea, elaborado pela QSP – Consultoria de Marketing, em colaboração com o Diário Económico.

São oitenta as marcas que integram o ranking de



notoriedade espontânea deste estudo, e que os portugueses associam, de imediato e espontaneamente, aos diferentes segmentos do consumo, as quais fizeram parte do guia “Marcas que Marcam”, que foi distribuído, gratuitamente, no dia 6 de dezembro, com o Diário Económico.

Certificação da CP como Prime no Rating de Sustentabilidade pela Oekom Research.

Pela segunda vez no percurso do seu relato de sustentabilidade, a CP obteve o estatuto de *Prime*, com um *Rating* de “B-”, tendo sido considerada uma das melhores empresas no sector dos transportes, nas áreas social e de ambiente, pela *Oekom Research*.

A *Oekom Research* é uma agência alemã de *rating*



de sustentabilidade e é uma das principais agências do mundo de classificação de investimentos voltados para a sustentabilidade empresarial. A avaliação das empresas, conduzida pela *Oekom*, classifica a responsabilidade das organizações em relação à sustentabilidade social, cultural e ambiental, sendo as informações públicas.

Cartão Caixa Viva

O cartão Caixa Viva, multibanco da Caixa Geral de Depósitos que permite o acesso facilitado aos transportes públicos de Lisboa sem necessidade de prévio carregamento de títulos, recebeu o prémio “Produto e Campanha do Mês” de dezembro, da revista *Marketeer*.

Todos os meses, os membros do Conselho Editorial da *Marketeer*, composto por um grupo de conceituados profissionais das áreas de gestão, marketing e



comunicação, elegem o produto ou serviço e a campanha que, na sua opinião, mais marcam a atualidade.

Esta distinção da *Marketeer* reveste-se de importância não só ao nível do reconhecimento das valências deste produto, mas também ao nível do aumento da sua notoriedade e consequente promoção da utilização dos transportes públicos.

OS RECURSOS

RECURSOS HUMANOS

Orientação

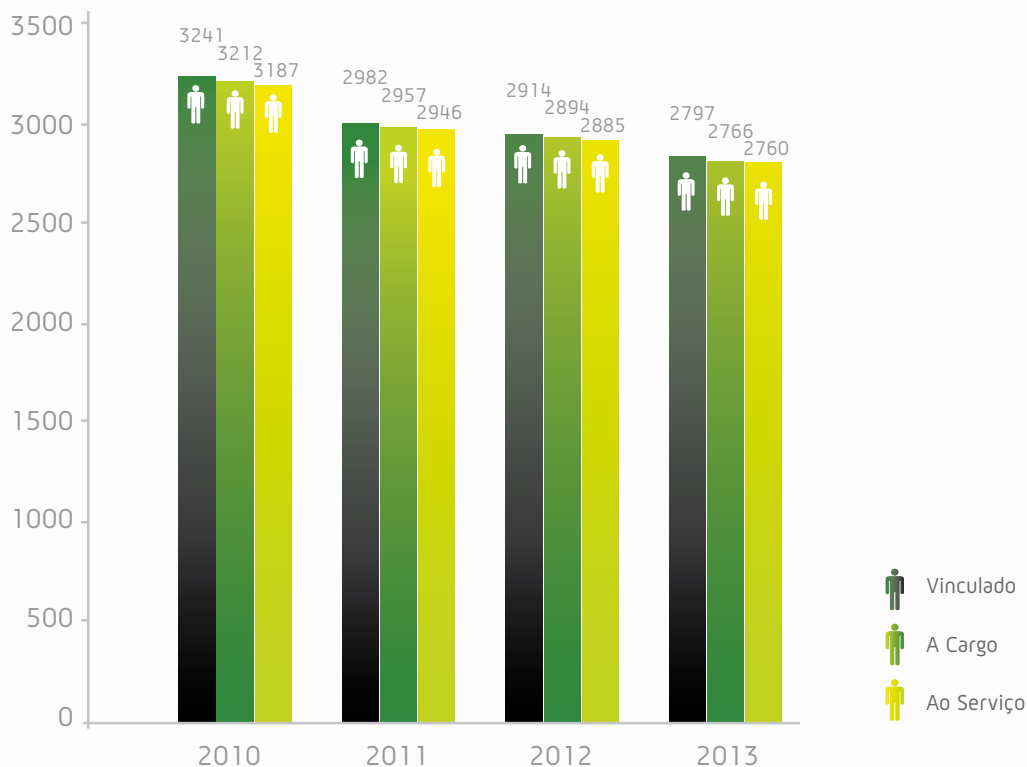
Em 2013, prosseguiu o processo de reajustamento dos recursos humanos em resultado da reestruturação e redimensionamento dos serviços, com reflexo na melhoria dos indicadores de desempenho e com impacto na redução dos gastos de financiamento.

A CP continuou a promover a total igualdade de oportunidades junto dos seus colaboradores, e a apostar na sua valorização profissional.

Efetivo

O quadro de efetivos a cargo, no final de 2013, era composto por 2 766 trabalhadores, verificando-se uma redução de 128 colaboradores face a 2012.

O gráfico seguinte mostra a evolução do efetivo nos últimos anos:



EFETIVO a 31 de dezembro	2012	2013	Δ 2013-2012
Vinculado	2.914	2.797	-117
A Cargo	2.894	2.766	-128
Ao Serviço	2.885	2.760	-125

Percentualmente, em relação ao ano de 2012, as categorias profissionais que mais se reduziram foram: Administrativa (20%), Apoio Técnico e Gestão (15%) e Material (16%).

EFETIVO VINCULADO a 31 de dezembro

Carreira	2012	2013	Δ 2013-2012
Administrativa	139	111	-28
Apoio Técnico e Gestão	114	97	-17
Comercial	1.273	1.250	-23
Material	101	85	-16
Operação de Transporte	119	109	-10
Outros	24	23	-1
Técnicos	311	298	-13
Tração	828	820	-8
TOTAL	2.909	2.793	-116
Conselho de Administração	5	4	-1
TOTAL	2.914	2.797	-117

A Empresa promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça, ou qualquer discriminação, tanto no recrutamento como na evolução profissional, ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

No que respeita à composição dos efetivos de acordo com o género (proporção homem/mulher), apesar de haver apenas cerca de 14% de mulheres no quadro de efetivos, devido à forte componente operacional da Empresa, a CP tem 75% de mulheres no Conselho de Administração e 49% nos diretores de primeiro nível.

Absentismo e trabalho suplementar

A reposição dos níveis normais de atividade a partir do final do mês de março de 2013, na sequência do acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, contribuiu para o acréscimo das taxas de trabalho suplementar e de absentismo.

Indicadores	2012	2013	Δ p.p.
Taxa de Absentismo (sem greves)	5,08%	5,39%	0,31
Taxa de Trabalho Suplementar	2,81%	5,38%	2,57

Os principais motivos de absentismo continuaram a ser as ausências por motivo de "Baixa por Doença" (52%), seguido de "Acidente de Trabalho" (16%).

Para o combate ao absentismo foram desenvolvidos vários projetos, entre eles a identificação e caracterização das doenças mais frequentes dos trabalhadores da CP, em colaboração com a Ecosáude, com vista à criação de medidas de prevenção.

Formação

A CP continuou a apostar na valorização dos seus colaboradores, investindo na formação profissional contínua e adequada ao reforço, atualização e aquisição de novas competências.

Em 2013 registou-se um acréscimo do número de ações de formação e de formandos, tendo a grande maioria dos temas sido ministrados através da participada FERNAVE.

Indicadores	2012	2013
Nº ações de formação	419	485
Nº formandos	2.920	3.700
Total de horas de formação	40.643	63.322

A formação ministrada ao abrigo do Plano de Formação 2013 permitiu:

1. Reforçar/atualizar competências ao nível dos seguintes temas:

- Relação de venda e atendimento ao cliente;
- Tratamento de reclamações;
- Marketing;
- Segurança da circulação;
- Sistemas de informação;
- Gestão de recursos (financeiros, materiais, marca, tempo/stress);
- Gestão das pessoas;
- Sustentabilidade e responsabilidade social.

2. Adquirir novas competências nos seguintes aspetos:

- Condução, para habilitação dos maquinistas;
- Certificação pedagógica de formadores, para trabalhadores que ministram ações de formação interna;
- Prevenção e luta contra incêndios/Primeiros socorros/Prevenção álcool e drogas;
- Certificação de Auditores Internos de Qualidade ao abrigo da ISO19011:2008;
- Renovação da certificação de Conselheiro de Segurança.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

À semelhança dos anos anteriores, a CP continuou a proporcionar aos seus colaboradores, na sua grande maioria, através da sua participada Ecosaúde, os seguintes benefícios:

Inerentes à vigilância da saúde:

- Exames médicos periódicos e ocasionais de medicina do trabalho;

Para prevenção dos riscos profissionais:

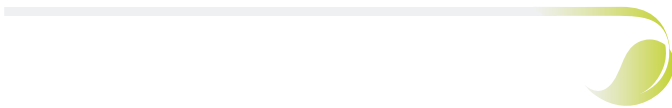
- Vistorias planeadas aos locais de trabalho, para avaliação das respetivas condições;
- Prescrição das medidas necessárias à sua regularização;

Para prevenção de doenças:

- Distribuição gratuita aos trabalhadores de vacina antigripal;
- Desinfestações periódicas;
- Distribuição gratuita aos trabalhadores de álcool gel.

Outros benefícios

A CP continua a disponibilizar a todos os seus colaboradores um seguro de saúde, com uma cobertura alargada e tem celebrado acordos e protocolos com diversas entidades que geram benefícios para os trabalhadores (alguns abrangem também os familiares).



FROTA

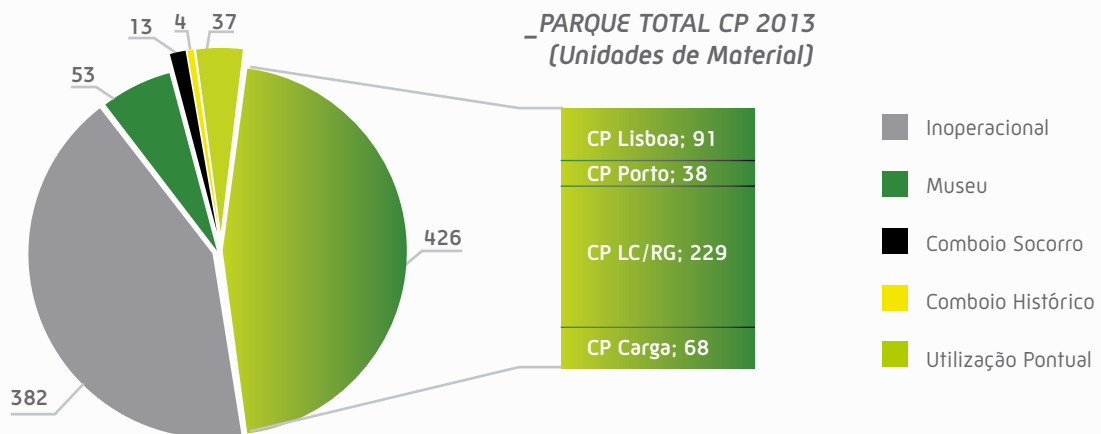
Orientação

Em 2013, a CP continuou a otimizar a utilização do parque de material circulante e das suas componentes estratégicas, e a promover a realização de estudos nos domínios da manutenção e reparação dos sistemas e equipamentos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos. Visou sempre a promoção da segurança, eficiência e economia na utilização do material circulante. Promoveu contactos para a venda de material circulante não necessário à operação.

Material ao serviço e desativado

À data de 31 de dezembro de 2013, o parque total de material motor¹ e rebocado da CP era constituído por 915 unidades. Destas, 426 unidades encontravam-se afetadas ao parque ativo, 382 unidades integravam o parque de material inoperacional e 107 unidades são material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontram-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante, em serviço comercial nas Unidades de Negócio e na CP Carga, SA, era composto por 186 automotoras elétricas, 49 automotoras diesel, 52 locomotivas elétricas, 38 locomotivas diesel e 101 carruagens.



No ano de 2013, verificou-se uma redução de 14 unidades, devido ao abate de 13 unidades de material inoperacional e de uma automotora acidentada.

De salientar que, no parque ativo se encontram incorporadas 17 automotoras diesel da série 592, alugadas à RENFE.

1. O Glossário contém as definições e fotos dos diversos tipos de material circulante e peças mais importantes mencionadas neste ponto do relatório.

Atividades

No decurso de 2013 desenvolveram-se diversas atividades no âmbito da melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente:

- Instalação do sistema Wi-Fi nos comboios Alfa Pendular e nas automotoras 2240 afetas ao Intercidades da Linha da Beira Baixa, e execução de protótipo para instalação nas carruagens dos Intercidades;
- Instalação de suportes para o transporte de bicicletas nas carruagens Corail de 2ª classe e execução de protótipo para instalação nas carruagens modernizadas e nas automotoras UDD 592;
- Estudo para a modificação dos engates nas locomotivas 1900 utilizadas pela CP Carga, com vista ao aumento da capacidade de reboque para 135 Ton;
- Estudo da intervenção de meio de vida dos comboios pendulares.

Com o propósito de continuar a oferecer um serviço de transporte alicerçado nos mais elevados padrões de segurança prosseguiram os projetos:

- Reparação geral de bogies dos comboios Alfa Pendular;
- Substituição das caixas de transmissão de rodados das UTD 450;
- Grandes reparações do tipo R2 e R3;
- Alteração do comando de abertura de portas nas séries 2300/2400, para evitar a abertura de portas fora das plataformas, e modificação do seu sistema de proteção para evitar que os clientes se entalem aquando da abertura/fecho automático das portas.

No âmbito da eficiência interna e redução de custos foram desenvolvidos:

- Estudo da viabilidade de circulação das automotoras da série 9500 na Linha do Vouga;
- Execução e homologação do protótipo do novo conversor de tração das UQE 2300/2400;
- Implementação de um novo modelo de manutenção das carruagens do serviço Intercidades, baseado na metodologia de manutenção RCM (*Reliability Centred Maintenance* - Manutenção Centrada na Fiabilidade) já aplicada com sucesso noutras séries de material circulante da CP;
- Desenvolvimento de uma plataforma informática GMC (gestão de material circulante), que permite monitorizar o material circulante de Longo Curso e Regional;
- Otimização da plataforma PNF – Painel de Navegação Sobre a Fiabilidade, que permite o registo e acompanhamento das não conformidades técnicas e de conforto relativas ao material;
- Venda como sucata de material circulante desafetado/acidentado.

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP. Apenas nas séries de locomotivas 4700 e 5600 a manutenção é prestada pela SIMEF, ACE. Esta empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária é detida pela EMEF (51%) e pela Siemens (49%), e foi criada com o objetivo de obter uma incorporação de *know-how* e de meios técnicos, da qual beneficiassem as duas empresas.

O SERVIÇO PRESTADO

PASSAGEIROS E PROVEITOS DE TRÁFEGO

Passageiros

Em 2013 foram transportados cerca de 107,2 milhões de passageiros.

Relativamente ao ano anterior verificou-se um decréscimo, de cerca de 4%, justificado essencialmente pela redução da mobilidade de alguns segmentos da população, devido à conjuntura económica do País e à manutenção de uma elevada taxa de desemprego. Esta quebra ocorreu em todos os serviços da CP, ainda que, com maior expressividade no serviço Urbano de Lisboa.

O decréscimo registado em 2013 constitui, no entanto, uma significativa redução da quebra que se vinha registando neste indicador nos últimos anos. A partir do mês de setembro verificou-se uma inversão na tendência de quebra, tendo-se registado no último quadrimestre de 2013 uma recuperação com um crescimento médio de 2,3%, transversal a todos os serviços da Empresa.

Liderou este crescimento o serviço Regional, com 6,1%, seguido dos serviços Urbanos do Porto com 5,9%. Nos serviços Longo Curso o crescimento é de 4,3% e nos serviços Urbanos de Lisboa, 0,8%.

Esta recuperação resultou de uma diminuição de conflitos laborais a partir do mês de abril, da implementação de políticas comerciais mais agressivas e da reformulação de alguns serviços.

Passageiros (* 10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	73.119	77.146	-4.027	-5,2%
Serv. Urbano Porto	19.060	19.438	-378	-1,9%
Serv. Longo Curso	4.626	4.741	-114	-2,4%
Serv. Regional	10.364	10.382	-18	-0,2%
TOTAL	107.169	111.708	-4.539	-4,1%

Passageiros-Quilómetro (* 10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	1.115.770	1.220.505	-104.735	-8,6%
Serv. Urbano Porto	570.040	592.190	-22.150	-3,7%
Serv. Longo Curso	1.175.969	1.179.376	-3.407	-0,3%
Serv. Regional	448.889	451.379	-2.490	-0,6%
TOTAL	3.310.668	3.443.449	-132.781	-3,9%

Proveitos de tráfego

Em 2013 verificou-se uma quebra de proveitos de tráfego de 3%, face ao ano anterior.

Esta evolução decorre essencialmente da quebra registada na procura, ainda que parcialmente atenuada pela atualização tarifária de 0,9%, ocorrida no início do ano, em todos os serviços.

Destaca-se, à semelhança do verificado para a procura, a evolução positiva no período de setembro a dezembro, no qual se registou um aumento da ordem dos 3,1% com impacto particular nos serviços Regionais (7%) e serviços Urbanos do Porto e Longo Curso (cerca de 5%).

Ao nível dos vários serviços, apenas o serviço de Longo Curso, apresentou um valor de proveitos acima do ano anterior. Contribuiu para este resultado a implementação de uma gestão diferenciada do preço - *Yield Management* - nos comboios Alfa Pendular e Intercidades, permitindo descontos de 40% no preço base, em caso de compra antecipada, para um contingente diário de lugares e a integração tarifária dos preços dos serviços Intercidades e Alfa Pendular, quando utilizados sequencialmente.

Os serviços Urbanos de Lisboa e Porto procederam à implementação de um novo zonamento nas suas áreas de abrangência, tendo como objetivo a simplificação e racionalização do modelo tarifário dos títulos próprios (bilhetes e assinaturas). Esta reestruturação alterou um modelo tarifário rígido, assente em origem/destino pré-selecionados, para um conceito de rede global, com zonas de dimensões equivalentes, permitindo flexibilidade, transparência e simplicidade.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	70.050	75.546	-5.495	-7,3%
Serv. Urbano Porto	23.664	24.469	-805	-3,3%
Serv. Longo Curso	82.872	82.811	61	0,1%
Serv. Regional	27.361	27.768	-407	-1,5%
TOTAL	203.948	210.595	-6.647	-3,2%

OFERTA

A oferta em 2013, medida em termos de comboios quilómetro, aumentou 3,7%.

Este aumento é consequência da reposição dos níveis de oferta programados a partir do final do 1º trimestre, na sequência dos acordos com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.

Ao nível da melhoria do serviço prestado, procedeu-se à otimização dos enlaces entre a oferta Urbana, Regional e de Longo Curso nos principais *hubs* da rede ferroviária e ajustou-se a oferta Regional na Linha do Minho, após o lançamento do Comboio Celta.

Foi, também, implementado um novo horário na Linha do Oeste, procurando melhorar as alternativas de mobilidade dos clientes, disponibilizando ligações diretas a Coimbra.

Os lugares quilómetro oferecidos registaram um acréscimo de 2,5%, inferior ao aumento dos comboios quilómetro, por via da implementação de algumas medidas de racionalização na composição dos comboios.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	6.786	6.546	240	3,7%
Serv. Urbano Porto	4.502	4.422	80	1,8%
Serv. Longo Curso	7.939	7.869	70	0,9%
Serv. Regional	9.340	8.712	628	7,2%
TOTAL	28.567	27.549	1.017	3,7%

Lugares Quilómetro Oferecidos (*10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	6.099	5.953	146	2,5%
Serv. Urbano Porto	2.098	2.068	30	1,4%
Serv. Longo Curso	2.394	2.390	4	0,2%
Serv. Regional	2.144	2.015	129	6,4%
TOTAL	12.736	12.426	310	2,5%

QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO

Taxa de pontualidade

Verificou-se em 2013 uma melhoria na pontualidade dos serviços Urbanos de Lisboa e Porto face a 2012. O serviço de Longo Curso, em especial o serviço Alfa Pendular, foi o mais penalizado comparativamente ao ano anterior.

Para as taxas de pontualidade da ordem dos 70% para o serviço de Longo Curso muito contribuíram as limitações de velocidade impostas pela infraestrutura, especialmente na Linha do Norte.

Pontualidade Diária	2013	2012	2013-2012
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	87,9%	82,0%	5,9 p.p.
Cascais	92,7%	93,9%	-1,2 p.p.
Sado	90,9%	89,2%	1,7 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	87,1%	88,4%	-1,3 p.p.
Braga	95,0%	94,9%	0,1 p.p.
Caíde	94,5%	93,3%	1,2 p.p.
Guimarães	92,8%	92,3%	0,5 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfa Pendular	70,6%	82,9%	-12,3 p.p.
Intercidades	70,7%	73,8%	-3,1 p.p.
Serv. Regional	83,0%	84,4%	-1,4 p.p.

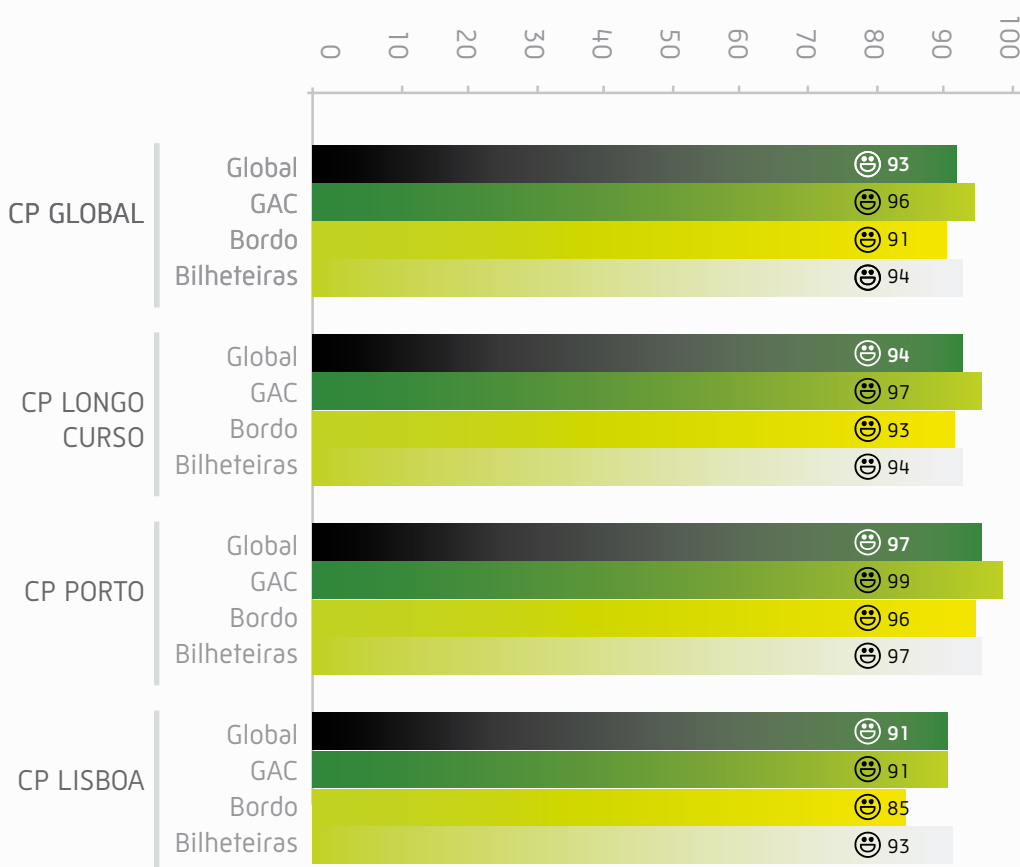
Taxa de regularidade

O aumento da taxa de regularidade reflete essencialmente a diminuição dos conflitos laborais no ano em análise.

Regularidade	2013	2012	2013-2012
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	97,6%	93,6%	4,0 p.p.
Cascais	97,1%	94,7%	2,4 p.p.
Sado	97,2%	93,3%	3,9 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	98,3%	96,6%	1,7 p.p.
Braga	98,7%	97,9%	0,8 p.p.
Caíde	98,7%	96,9%	1,8 p.p.
Guimarães	98,6%	96,3%	2,3 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfa Pendular	98,1%	96,4%	1,7 p.p.
Intercidades	98,7%	96,5%	2,2 p.p.
Serv. Regional	97,6%	91,2%	6,4 p.p.

Auditorias trimestrais “Cliente Mistério”

As auditorias “Cliente Mistério” avaliam a qualidade do serviço e a satisfação do cliente. Anualmente são realizadas cerca de duas mil auditorias, por amostragem, aos cerca de 126 milhões de contactos pessoais a bordo dos comboios e às cerca de 24 milhões de transações efetuadas nas bilheteiras das estações geridas pelas três Unidades de passageiros. Na última vaga do ano, a média global da CP situou-se em 93%. A CP Longo Curso obteve uma média global de 94%, com resultados bastante uniformes nas 3 tipologias de atendimento. A CP Porto obteve uma média global de 97%, tendo obtido os melhores resultados em termos médios. A CP Lisboa obteve uma média global de 91%,



CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Melhorar EBITDA	X			-38% face a 2012	EBITDA sem Rescisões, Provisões, Imparidades, Justo Valor e Participadas (*)
Diminuir peso dos Gastos no Volume de Negócios	X			+7,5 p.p. face a 2012	(CMVMC+FSE+Pessoal) / Volume de Negócios (c/ Subs. Exploração) (*)
Gestão do Risco Financeiro	X			5,5 %	Custo médio de financiamento (*)
Limites de Crescimento do Endividamento	X			+4,7% face a 2012	(*)
Evolução do PMP a fornecedores	X			+106 dias	Variação entre os quartos trimestres de 2013 e de 2012 (*)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			124.688.519 €	(*)
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
			X		As contas de 2012 aguardam aprovação.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37º da Lei 66-B/2012	X			Não aplicável	(*)
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			34.866 €	(*)
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			18.762 €	(*)
Órgãos Sociais - redução decorrente da RCM 36/2012 n.º 3	X			14.324 €	(*)
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012	X			-75%	(*)
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			2.501.077 €	(*)
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012	X			Não aplicável	(*)
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X			Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Não existem	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			Não aplicável	(*)
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X			Não aplicável	(*)
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			0	Não foi celebrado qualquer contrato superior a 5 milhões de euros, pelo que não foi necessária a fiscalização prévia.
Auditorias do Tribunal de Contas					
			X		Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante o ano de 2013.
Parque Automóvel					
	X			-11	(*)
Gastos Operacionais da Eps (Artº 64º da Lei nº66-B/2012)					
CMVMC	X			-26%	(*)
FSE	X			1%	(*)
Pessoal (s/ rescisões)	X			-18%	(*)
Redução de Trabalhadores (Artº 63º da Lei nº66-B/2012)					
Nº de trabalhadores	X			-446 ou -14% face a 2010	Efetivo final a cargo (*)
Nº de cargos dirigentes	X			-19 ou -41% face a 2010	Efetivo final a cargo (*)
Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 124º da Lei nº66-B/2012)					
Disponibilidades Imediatas	X			16,36%	Percentagem depositada / aplicada no IGCP (*)
Aplicações Financeiras	X			100%	Percentagem depositada / aplicada no IGCP (*)

(*) Explicado em ponto autónomo deste relatório

OBJETIVOS DE GESTÃO

A atividade da CP durante o ano foi enquadrada pelo Plano de Atividades e Orçamento 2013 (PAO 2013) enviado às Tutelas Sectorial e Financeira em 30 de outubro de 2012.

A promoção da eficiência continuou a ser o foco estratégico da Empresa para 2013, estabelecendo-se como grande objetivo a obtenção do equilíbrio financeiro operacional, de modo a melhorar o EBITDA e atingir um orçamento económico equilibrado.

Num contexto de fortes dificuldades macroeconómicas, com particular impacto na quebra da procura e conseqüente diminuição dos rendimentos do tráfego e nas restrições ao refinanciamento da dívida, a CP encerrou o exercício de 2013 com um resultado líquido de -226,5 milhões de euros, 11% melhor que o previsto (+ 27,4 milhões de euros).

Para este facto contribuíram essencialmente as alterações da carteira de derivados que compensaram o menor resultado operacional da Empresa e das Participadas.

O EBTIDA² manteve-se positivo em cerca de 22 milhões de euros, abaixo, no entanto, do valor previsto em cerca de 16,3 milhões de euros.

Este desvio é justificado essencialmente pela quebra dos rendimentos de tráfego, em 6,2 milhões de euros aquém do previsto, pela reposição dos subsídios de férias³, o que representou um acréscimo dos gastos com pessoal de 8,7 milhões de euros e pelo abate da UTE acidentada em Alfarelos (1,6 milhões de euros reconhecidos como gastos do exercício).

De referir, ainda, a contenção de gastos generalizada na maioria das rubricas de FSE e CMVMC que permitiu compensar os desvios registados nos proveitos não core, em virtude das condições de mercado não terem sido favoráveis à alienação de ativos identificados como não sendo essenciais para a atividade e nas indemnizações compensatórias, cujo valor atribuído ficou abaixo do previsto.

2. Antes de indemnizações por rescisão por mútuo acordo, justo valor e participadas.

3. De referir que em 2013 se reconheceu o gasto da totalidade do subsídio de férias de 2012 pago em 2013, bem como se procedeu à especialização do subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Despacho n.º 101/09-SETF, de 30.01 define um conjunto de instruções visando a mitigação dos efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira das empresas e especifica a obrigação do reporte de informação nesse âmbito. No quadro seguinte sintetiza-se a situação da CP em 2013 no que respeita a estas matérias.

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprimento			Descrição
	S	N	N.A	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento		X		Em 2013 a CP apenas se conseguiu financiar através de empréstimos de curto prazo e/ou linhas de crédito.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis		X		Em 2013 a CP apenas se conseguiu financiar através de empréstimos de curto prazo e/ou linhas de crédito contratadas a taxas de juro euribor a 1m, 2m ou 3m
Diversificação de entidades credoras		X		Em 2013 a CP apenas se conseguiu financiar através da Banca Nacional.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	Não existiu contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco.
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		Em 2013 a CP apenas se conseguiu financiar a curto prazo. A situação dos mercados financeiros internacionais dificulta obtenção de financiamento a médio e longo prazo, pelo que os empréstimos de curto prazo já representam 48,6% do total dos empréstimos.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Empréstimos contratados com base no custo total.
Minimização da prestação de garantias reais	X			Diminuição da dívida garantida pelo Estado.
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X		X	Empréstimos contratados negociando sempre a minimização das cláusulas restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da Empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			A CP atualmente só recorre a capital alheio para financiamento do serviço de dívida. Os meios operacionais libertos permitem-lhe financiar a sua exploração e um nível mínimo de investimentos, essencial para manter a segurança do material circulante e das instalações.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em 2013, foram canceladas três operações swap de acordo com orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e apoio do IGCP.
Reflexão nas DF 2013 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
	X			

Legenda: FC - Fundos comunitários
 CP - Capital próprio
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

No capítulo “Financiamento” do presente relatório é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2013.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

A atividade operacional da CP continua muito próxima do equilíbrio económico, tendo-se obtido recorrentemente nos últimos anos *cash-flows* operacionais positivos. No entanto, a Empresa não tem condições para assegurar por meios próprios o serviço de dívida histórica atual.

Desde setembro de 2011 até ao final de 2013, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, o apoio para financiamento das necessidades de refinanciamento da dívida passou a ser prestado por cinco Bancos Nacionais.

No entanto, a CP não conseguiu obter os 100% de financiamento para pagamento de compromissos decorrentes do serviço da dívida⁴, pelo que teve que recorrer a receita da sua atividade de exploração.

Esta situação acabou por inviabilizar o pagamento a alguns fornecedores, nomeadamente REFER e contribuir para o agravamento do prazo médio de pagamentos. As dívidas apresentadas em 31 de dezembro de 2013 refletem este cenário conjuntural.

Os valores de dívida em atraso a 31 de dezembro de 2013 ascendiam a cerca de 124,3 milhões de euros, sendo que 121,6 milhões de euros respeitam à REFER. Os restantes valores referem-se a situações que se encontram pendentes da realização de encontros de contas ou da resolução de litígios.

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	25.386.427 €	6.831.534 €	25.161.125 €	23.155.061 €	43.811.954 €
Aquisição de Capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)	25.386.427 €	6.831.534 €	25.161.125 €	23.155.061 €	43.811.954 €
REFER	23.600.949 €	6.618.747 €	25.075.408 €	22.997.237 €	43.315.148 €
Outros	1.785.478 €	212.787 €	85.717 €	157.824 €	496.805 €

4. O Banco Santander apenas renovou a linha de crédito existente, não concedendo novos financiamentos.

No quadro seguinte apresenta-se o PMP trimestral ao longo dos anos de 2012 e 2013:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento (dias)	Prazo Pagamento sem REFER (dias)
2012	1º	82	53
	2º	98	56
	3º	110	57
	4º	123	68
2013	1º	146	73
	2º	161	70
	3º	187	67
	4º	229	68
Δ (%) 4º trimestre 2013/2012		86%	0%

O PMP apresentou uma tendência de crescimento desde o 2º trimestre de 2011. Esta situação, conforme já analisado no ponto anterior, decorreu das dificuldades sentidas pela CP na obtenção de financiamento que obrigou a Empresa a canalizar verbas provenientes da receita para pagamento de responsabilidades inerentes ao serviço de dívida, o que afetou o pagamento a fornecedores, especialmente à REFER.

O PMP no quarto trimestre de 2013 ascendia a 229 dias, mais 106 dias que em período homólogo de 2012. No entanto, se excluirmos as dívidas à REFER relativas à taxa de utilização de infraestruturas, o PMP situar-se-ia nos 68 dias, tanto no quarto trimestre de 2013 como no de 2012. De referir que estes valores incluem, ainda assim, outras rubricas relativas a serviços extra-Diretório que não são facilmente expurgadas do indicador.

— RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2012

As contas de 2012 aguardam aprovação pelas Tutelas.

REMUNERAÇÕES

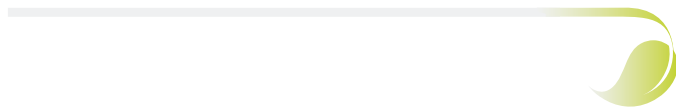
Medidas de redução salarial

Durante 2013 foram cumpridos os normativos. Assim:

- Foram aplicadas aos trabalhadores as reduções remuneratórias que decorrem da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013;
- Manteve-se aos membros do Conselho de Administração a redução de 5,0% da remuneração fixa mensal ilíquida (cfr. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho), assim como a limitação imposta às respetivas remunerações que, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não podem ultrapassar o valor que já era pago (cfr. DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2013, de 19 de julho) e a não atribuição de prémios de gestão (cfr. artigo 37.º da lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro);
- Manteve-se o regime de exceção de aplicação dos Acordos de Empresa nas matérias relativas ao trabalho suplementar, às deslocações e às ajudas de custo, após autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, com exceção das medidas relativas ao pagamento do trabalho extraordinário;
- Contrariamente às anteriores Leis do Orçamento de Estado, a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro não fixou um regime imperativo relativamente ao pagamento do trabalho extraordinário no que se refere aos trabalhadores que laboram 40 horas semanais, sendo que em 2013 foi aplicado a estes trabalhadores, o regime remuneratório previsto para os trabalhadores com funções públicas (cfr. Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTPF): artigo 212.º da Lei n.º 59/2008, 11 de setembro, alterado pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro), sendo ainda de referir que a Lei n.º 23/2012, de 25 de junho que procedeu à alteração do Código do Trabalho fixou valores idênticos aos previstos no RCTPF;
- Em relação aos trabalhadores que laboram 35 horas foi aplicado o regime previsto no artigo 45.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização das entidades públicas empresariais foi reduzida a partir de 1 de janeiro de 2011 nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (cfr. alínea q) do n.º 9 e alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e artigo 22.º). Na CP a remuneração do Presidente da Comissão de Fiscalização não atingia o valor da redução legalmente prevista pelo que não foi efetuada qualquer redução. No que concerne ao ROC (vogal da Comissão de Fiscalização) foi realizada uma redução remuneratória de 3,5%;
- A prestação de serviços do auditor externo foi alvo, em 2011, de um concurso internacional que possibilitou uma redução de cerca de 75% dos encargos suportados com os serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas das empresas do Grupo. Este contrato vigorou para os exercícios dos anos de 2011, 2012 e 2013.

As reduções no que respeita aos órgãos sociais e restantes trabalhadores podem resumir-se no quadro seguinte:

Designação	2010	2011	2012	2013
Gastos com pessoal	122.251.079 €	108.072.860 €	83.530.337 €	98.036.837 €
Gastos com Órgãos Sociais	509.746 €	468.233 €	418.369 €	442.818 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	0 €	66.716 €	76.758 €	67.952 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas	0 €	0 €	0 €	0 €
Gastos com Efetivos sem O.S.	112.445.085 €	92.080.739 €	80.006.790 €	92.423.563 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	0 €	2.589.338 €	2.119.059 €	2.501.077 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas	0 €	0 €	0 €	0 €
Rescisões / Indemnizações	9.296.247 €	15.523.889 €	3.105.178 €	5.170.456 €



Remunerações dos Órgãos Sociais

MANDATO II • Conselho de Administração

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	RCM nº6-A/2013 (DRE II série, nº 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação nº 285/2013 (DRE II série, nº 45) de 05-03-2013	
21-02-2013 a 31-12-2015	Vice-Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente		
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		

MANDATO I • Conselho de Administração

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
17-06-2010 a 21-02-2013 ⁽¹⁾	Vice-Presidente	Alfredo Vicente Pereira	RCM nº23/2010 (DRE II série, nº 126) de 01-07-2010 com Declaração de Retificação nº 1511/2010 (DRE II série, nº 146) de 29-07-2010	
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira		
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa		

⁽¹⁾ Na sequência da renúncia do Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 31-12-2012, o Dr. Alfredo Vicente Pereira, na qualidade de Vice-Presidente assumiu funções de Presidente em exercício.

_MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação	Entidade	Pagadora
	S/N	A,B,C	Valor Mensal		Identifica/N.A.	O/D
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	A	5.722,75 €	2.289,10 €	N.A.	N.A.
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	A	5.150,48 €	2.060,19 €	N.A.	N.A.
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.

Notas: Redução Anos Anteriores refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

(*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

(**) Remuneração+despesas de representação

_MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação	Entidade	Pagadora
	S/N	A,B,C	Valor Mensal		Identifica/N.A.	O/D
Alfredo Vicente Pereira	S	A	5.150,48 €	2.060,19 €	N.A.	N.A.
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.

Legenda:

EGP - Estatuto do Gestor Público

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem/destino

MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	Remuneração Anual							
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Red. Anos Anteriores*	Redução (Lei O€)	Redução RCM 36/2012, nº3	Bruta Após Reduções
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró		93.757,71 €		4.687,89 €		8.742,25 €	6.946,48 €	73.381,09 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		84.095,91 €		4.204,80 €		7.989,19 €	4.415,19 €	67.486,73 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente		75.006,22 €		3.750,31 €		6.922,47 €	908,61 €	63.424,63 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		74.788,21 €		3.739,41 €		7.104,88 €	972,94 €	62.970,98 €

Notas: Redução Anos Anteriores refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

(*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

(**) Remuneração+despesas de representação

MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	Remuneração Anual							
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Red. Anos Anteriores*	Redução (Lei O€)	Redução RCM 36/2012, nº3	Bruta Após Reduções
Alfredo Vicente Pereira		13.047,89 €		652,39 €		1.118,50 €	713,46 €	10.563,54 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira		11.598,11 €		579,91 €		955,44 €	149,48 €	9.913,28 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		11.350,12 €		567,51 €		1.078,26 €	68,05 €	9.636,30 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa		11.598,11 €		579,91 €		955,44 €	149,48 €	9.913,28 €

Notas: Redução Anos Anteriores refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

(*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

(**) Remuneração+despesas de representação

_MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	Subsídio Refeição	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificação	Valor				Identificação	Valor
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1.279,40 €	Segurança Social	14.706,43 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1.375,44 €	Segurança Social	15.827,06 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	1.430,32 €	CGA	12.048,87 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	1.437,18 €	Segurança Social	14.950,85 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €

_MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	Subsídio Refeição	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificação	Valor				Identificação	Valor
Alfredo Vicente Pereira	246,96 €	Segurança Social	2.409,71 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	246,96 €	CGA	1.910,36 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	226,38 €	Segurança Social	1.823,64 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	246,96 €	Segurança Social	2.348,94 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €

MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	Acumulação de Funções- Valores Anuais					
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta Após Reduções
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP Carga	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	EMEF	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	TIP	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	OTLIS	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	Nomad Tech	Vogal do C.A.	Privada	0,00 €	N.A.	N.A.
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	EMEF	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	ECOSAÚDE	Administrador	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	SAROS	Gerente	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	FMNF	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	FMNF	Vogal do C.C.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	CP Carga	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	FERNAVE	Administrador Único	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.

MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	Acumulação de Funções- Valores Anuais					
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta Após Reduções
Alfredo Vicente Pereira	EMEF	Presidente do C.A.	Pública			

Legenda:

- CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.
- EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
- ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.
- SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda
- FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado
- FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.
- TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE
- C.A. - Conselho de Administração
- C.C. - Conselho Consultivo

_MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Obs
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	80,00 €	75,82 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	80,00 €	560,00 €	
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	80,00 €	149,31 €	
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	80,00 €	62,79 €	

Nota: Os gastos com comunicações móveis referem-se a valores de facturação recebidos em 2013, que reportam apenas ao período de março a setembro.

_MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Obs
Alfredo Vicente Pereira	80,00 €	57,60 €	
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	80,00 €	53,44 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	80,00 €	97,77 €	
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	80,00 €	54,84 €	

MANDATOS I e II • Conselho de Administração

Encargos com viaturas								
Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
S	S	49.745,80 €	Renting	2010	2014	48	994,23 €	11.930,76 €
S	S	57.575,98 €	Renting	2008	2015	84	720,94 €	8.651,28 €
S	S	59.418,04 €	Renting	2008	2015	84	713,03 €	8.556,36 €
S	S	57.575,98 €	Renting	2008	2015	84	685,91 €	8.230,92 €

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outra

MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	Gastos anuais associados a viaturas		
	Plafond mensal definido	Combustível	Portagens+ Seguro + Outras Reparações
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1/4 despesas representação	2.510,24 €	312,65 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1/4 despesas representação	1.139,99 €	722,89 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	1/4 despesas representação	1.867,95 €	821,94 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	1/4 despesas representação	1.087,61 €	806,37 €

MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	Gastos anuais associados a viaturas		
	Plafond mensal definido	Combustível	Portagens+ Seguro + Outras Reparações
Alfredo Vicente Pereira	1/4 despesas representação	219,04 €	876,13 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	1/4 despesas representação	665,44 €	288,66 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1/4 despesas representação	135,72 €	132,01 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	1/4 despesas representação	573,44 €	303,11 €

_MANDATO II • Conselho de Administração

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outros		
				Identificação	Valor	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1.862,37 €	918,25 €	935,61 €	Táxi	44,00 €	3.716,23 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	335,84 €	461,88 €	467,81 €	N.A.	0,00 €	1.265,53 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	601,86 €	247,51 €	187,12 €	N.A.	0,00 €	1.036,49 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €

_MANDATO I • Conselho de Administração

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outros		
				Identificação	Valor	
Alfredo Vicente Pereira	1.375 €	304,42 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	1.679,07 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €

Conselho Fiscal

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)
			Doc	Data	
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto sem número do SET e SEITC	13-11-2013	1.602,37 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Suplente	Nelson Manuel Costa Santos			N.A.

^(*) Nota: Após a nomeação do Conselho Fiscal o Dr. José Luís Areal Alves da Cunha continuou a assegurar a função de ROC.

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Redução Lei OE	Bruta Após Reduções
António José Farinha Simão	2.976,52 €	65,42 €	2.911,10 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	2.232,40 €	0,00 €	2.232,40 €
Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral	2.232,40 €	0,00 €	2.232,40 €
Nelson Manuel Costa Santos	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Comissão de Fiscalização

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)
			Doc	Data	
01-01-2002 a 13-11-2013	Presidente	Dr. Issuf Ahmad	Desp.Conj. 1125/201 e Desp. Conj. 73/2002	29-12-2001 e 25-1-2002	1.188,14 €
09-12-1993 a 13-11-2013	Vogal ROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	Desp.Conj. Diário Rep. II série nº286 de 9-12-1993	23-11-1993 e 09-12-1993	1.903,95 €

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Redução Lei OE	Bruta Após Reduções
Dr. Issuf Ahmad	14.257,68 €	0,00 €	14.257,68 €
Alves da Cunha, A.Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	23.676,00 €	828,60 €	22.847,40 €

Nota: Após a nomeação do Conselho Fiscal o Dr. José Luís Areal Alves da Cunha continuou a assegurar a função de ROC.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo

Nome	Nº Registo na CMVM	Data da Contratação		Remuneração Anual		
		Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução Lei O/E	Bruta Após Reduções
Horwath & Associados, SROC, Lda.	9171	03-02-2012	3 anos	24.100 €	[Ver nota]	N.A.

Nota: O valor da prestação de serviços contratados respeita a 3 exercícios e engloba os serviços de auditoria e revisão das contas da CP (individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo CP. O total do contrato para o triénio foi de 196.000 €. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP para os 3 anos são de 72.300 €.



— APLICAÇÃO DO ART.º 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

No âmbito da CP-Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

— CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os procedimentos adotados pela Empresa, em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A Empresa neste momento tem contratualizada com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades.

A CP em 2013 não celebrou quaisquer contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP) E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

Sistema Nacional de Compras Públicas

A CP assinou, em julho de 2010, um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos é vantajosa, face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela Empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

Em 2012 a CP recorreu aos acordos de vigilância e segurança e *renting* de viaturas.

Em 2013 recorreu aos acordos de *renting* de viaturas, contratação de agência de viagens, e a aquisição de consumíveis de impressão e aquisição de economato.

Parque de Veículos do Estado

Como referido no ponto anterior, a CP aderiu voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e, apesar de ter feito as últimas contratação de veículos em *renting* através de tal sistema, não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado.

Tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da Direção Geral do Tesouro e Finanças, n.º 4238 de 1 de julho de 2013, foi dado cumprimento ao rácio e redução de gama definidos, que se traduzem num parque automóvel mais reduzido e com menores encargos, no final do ano de 2013.

Em 2013 foi determinado o abate de 20 viaturas e, em sua substituição, a aquisição de 9 novas viaturas em regime de AOV. Estima-se que este rácio permita uma poupança mensal de quase 6.900€, que aliada a uma redução em cerca de 1.300€ mensais, decorrente da renegociação dos restantes contratos de locação, resulta numa poupança total de cerca de 8.200€ por mês.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/2010	
						Absoluta	%
CMVMC	11.156.038 €	11.400.400 €	11.440.560 €	9.284.408 €	8.477.671 €	-2.922.729 €	-26%
FSE	175.101.072 €	165.726.647 €	163.269.005 €	165.580.922 €	166.757.128 €	1.030.481 €	1%
Deslocações/Estadas/Ajudas de Custo	668.985 €	481.207 €	444.708 €	460.901 €	374.713 €	-106.494 €	-22%
Comunicações	1.638.418	1.382.359 €	1.236.341 €	954.755 €	788.014 €	-594.345 €	-43%
Gastos com Pessoal (s/rescisões)	128.421.205 €	112.954.510 €	92.548.971 €	80.425.159 €	92.829.779 €	-20.124.731 €	-18%
TOTAL	314.678.315 €	290.081.557 €	267.258.537 €	255.290.489 €	268.064.578 €	-22.016.979 €	-8%
Volume de Negócios (c/subs. à expl.)	297.316.457 €	273.263.770 €	275.016.672 €	271.772.406 €	264.081.550 €	-9.182.220 €	-3%
Peso dos Gastos no VN (%)	106 %	106 %	97 %	94 %	102 %	-4 p.p.	-

Quadro de Pessoal	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/2010	
						Absoluta	%
Numero médio de RH s/ Órgãos Sociais	3,790	3,223	3,108	2,882	2,754	-469	-15%
Numero médio de cargos dirigentes s/ O.S.	42	46	39	36	28	-18	-39%
Numero médio de Órgãos Sociais	6	6	6	6	5	-1	-17%

Quadro de Pessoal	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/2010	
						Absoluta	%
Gastos Totais com Pessoal (s/rescisões)	128.421.205 €	112.954.510 €	92.548.971 €	80.425.159 €	92.829.779 €	-20.124.731 €	-18%
Gastos com Órgãos Sociais	537.151 €	509.746 €	468.233 €	418.369 €	446.986 €	-62.760 €	-12%
Gastos com Dirigentes	3.475.318 €	3.772.648 €	2.949.036 €	2.390.359 €	2.625.012 €	-1.147.636 €	-30%
Gastos com RH sem O.S. e Dirigentes	124.408.736 €	108.672.116 €	89.131.702 €	77.616.431 €	89.757.781 €	-18.914.335 €	-17%
Rescisões/Indemnizações	7.076.211 €	9.296.567 €	15.523.889 €	3.105.178 €	5.170.456 €	-4.126.111 €	-44%

Nota: Em 2009 estão incluídos valores de gastos referentes a sete meses da CP Carga.

O peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresenta uma evolução favorável de 4 p.p. face a 2010. Esta variação é justificada pelas medidas de racionalização de serviços e de processos e de contenção de custos implementadas pela Empresa, que permitiram obter uma redução de gastos que compensou a diminuição de rendimentos ocorrida.

De referir, no entanto, que este rácio exclui um conjunto de rendimentos e gastos de natureza operacional e recorrente, contabilizados nas rubricas de outros rendimentos e gastos, que são fundamentais para a avaliação do equilíbrio operacional da empresa⁵.

A rubrica que apresenta uma redução mais significativa é a dos Gastos de Pessoal, com cerca de -20 milhões de euros, na sequência do decréscimo do efetivo e das reduções salariais decretadas.

De referir que em 2013 se reconheceu o gasto da totalidade do subsídio de natal, reposto desde janeiro e do subsídio de férias de 2012 (direito obtido em 2012, mas apenas pago em 2013, com a publicação da Lei n.º 39/2013), bem como se procedeu à especialização do subsídio de férias de 2013 (que apenas será pago em 2014).

Relativamente ao número de efetivos médios e de cargos dirigentes médios, a Empresa reduziu em 2013, em comparação com 2010, 15% do efetivo e 39% dos cargos dirigentes. Considerando o efetivo a cargo, a 31 de dezembro, a redução foi de 446 colaboradores (-14%) e de 19 cargos dirigentes (-41%).

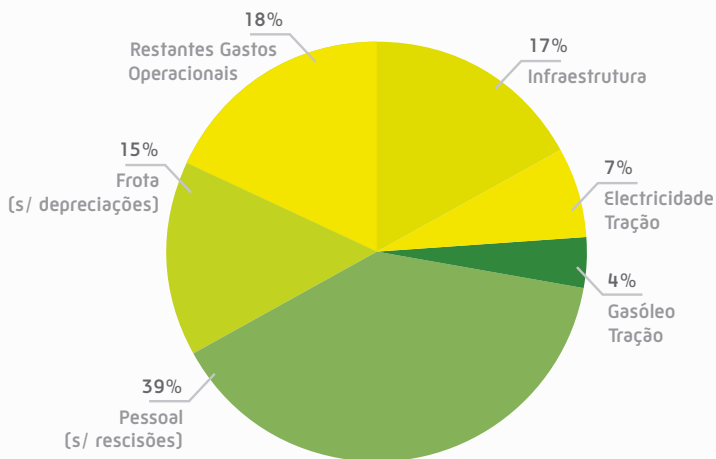
5. A título de exemplo, referem-se as refaturações de Eletricidade e Gasóleo para a Tração à CP Carga, cujos rendimentos são contabilizados em outros rendimentos operacionais, mas cujos respetivos gastos, estão a ser suportados pela CP nas rubricas de CMVMC e FSE.

A diminuição dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas em 2,9 milhões de euros resultou, por sua vez, de uma racionalização da oferta, e de alguns serviços terem passado a ser realizados integralmente em tração elétrica. Também houve a transferência para a CP Carga dos depósitos de combustível para tração estritamente afetos à atividade daquela empresa, que permitiu compensar as variações de preço ocorridas.

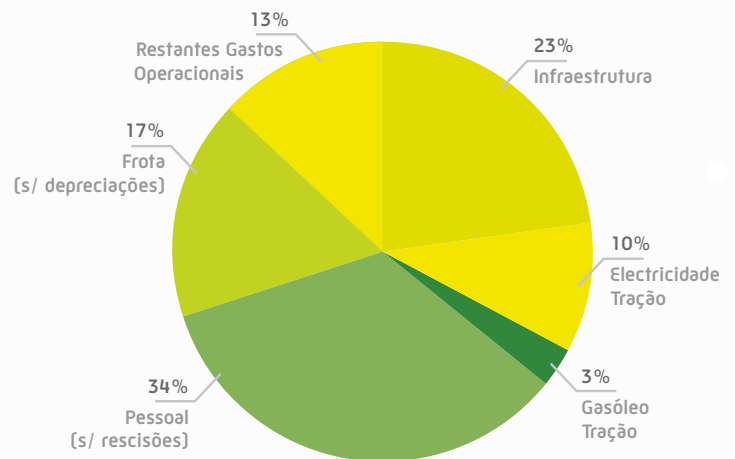
Os Fornecimentos e Serviços Externos, apesar do esforço de contenção de gastos desenvolvido pela Empresa generalizado à maioria das rubricas, apresentaram um crescimento global de 1%. Este acréscimo é justificado essencialmente pelos aumentos de gastos suportados com a Taxa de Utilização da infraestrutura (+33% em 2013 que em 2010), correspondendo a um crescimento de cerca de 14,8 milhões e de eletricidade para a tração (+35% em 2013 que em 2010), correspondendo a um crescimento de cerca de 7,4 milhões de euros, devido a aumentos significativos dos preços. Na eletricidade para tração, há ainda a considerar a perda do regime de interruptibilidade em algumas subestações.

Os gráficos seguintes representam a estrutura global de gastos da Empresa em 2010 e em 2013. É possível constatar a redução do peso dos gastos com pessoal e dos restantes gastos (subcontratos, consumíveis, utilities, etc), objeto de medidas de racionalização e renegociação / contenção. Em contrapartida regista-se um acréscimo do peso dos gastos variáveis diretamente relacionados com a operação (taxa de utilização da infraestrutura e eletricidade para a tração).

_ PESO DOS PRINCIPAIS CUSTOS OPERACIONAIS (2010)



_ PESO DOS PRINCIPAIS CUSTOS OPERACIONAIS (2013)



No âmbito dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo verificou-se uma diminuição de -22% face a 2010. Estas rúbricas incluem transporte de pessoal operacional de e para os locais de trabalho/dormitórios, ou seja ligados à produção de transportes.

Também os gastos com comunicações registaram, desde 2010, uma evolução decrescente (-43% que em 2010). Esta rubrica inclui, para além das comunicações fixas e móveis, as comunicações de dados, nomeadamente com as estações, indispensáveis ao negócio.

PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Após a publicação da Lei n.º 55-A/2010, a CP considerou que o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99 de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º 39-A/2005, lhe passava a ser aplicável. No entanto, perante as dificuldades derivadas do desajustamento do regime à atividade da Empresa, solicitou à Tutela Financeira autorização para que a movimentação das contas bancárias permanecesse no quadro do relacionamento bancário necessário ao apoio financeiro da Empresa e ao normal desenvolvimento da exploração dos serviços, sem prejuízo de providenciar o aumento significativo de movimentos através do IGCP e a aplicação de todas as disponibilidades mobilizáveis na respetiva conta.

Embora não tenha obtido resposta ao solicitado, a CP passou a depositar tais verbas no IGCP, tendo o número de movimentos desta conta aumentado significativamente, quer ao nível de recebimentos quer ao de pagamentos.

Como referido, a movimentação de contas bancárias junto da Banca Nacional mantém-se quer pela necessidade de continuar a recorrer ao seu apoio financeiro, quer também pela impossibilidade de alguns pagamentos e recebimentos serem efetuados através da conta do IGCP, dada a indisponibilidade das funcionalidades operacionais equivalentes às oferecidas pela rede de balcões bancários comerciais.

Durante o ano de 2013, sempre que existiram disponibilidades, foram efetuadas aplicações financeiras na conta do IGCP (CEDIC's), até ao valor máximo de 30 milhões de euros, tendo terminado o ano com uma aplicação de 16 milhões de euros.

AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante o ano de 2013.

INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da Empresa	X			Com referência ao último exercício com contas aprovadas (2011)
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			Com referência ao último exercício com contas aprovadas (2011)
Esforço Financeiro do Estado	X			

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DA CONTA DE EXPLORAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas adiante de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística em vigor. Para efeitos de análise de gestão construiu-se o quadro seguinte que ilustra, de forma mais adequada o desempenho da empresa.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em m€)	PERÍODOS		VARIÇÃO 2013/2012	
	REAL 31.12.2013	REAL 31.12.2012	VALOR	%
Venda e serviços prestados	229.698	236.410	-6.712	-3%
Subsídios à exploração	34.384	35.362	-979	-3%
Outros rendimentos e ganhos	31.622	34.818	-3.196	-9%
SUB-TOTAL	295.703	306.590	-10.887	-4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-8.478	-9.284	807	9%
Fornecimentos e serviços externos	-166.757	-165.581	-1.176	-1%
Gastos com o pessoal (s/ indemnizações)	-92.866	-80.425	-12.441	-15%
Outros gastos e perdas	-5.649	-15.894	10.244	64%
SUB-TOTAL	-273.751	-271.184	-2.566	-1%
Resultado operacional da atividade de transportes* EBITDA	21.953	35.406	-13.453	-38%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-69.296	-73.309	4.013	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2.524	-15	-2.510	-17.219%
Indemnizações por rescisão	-5.170	-3.105	-2.065	-67%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	-2.956	6.415	-9.371	-146%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-122	-60	-63	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1.029	38.828	-39.858	-103%
Provisões (aumentos/reduções)	-19.169	-30.593	11.423	37%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-7.409	-6.899	-511	-7%
Aumento/Reduções de Justo Valor	66.022	-3.768	69.790	1.852%
Resultado operacional	-19.703	-37.099	17.396	47%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.732	8.766	-4.035	-46%
Juros e gastos similares suportados	-211.256	-194.971	-16.285	-8%
Resultado financeiro	-206.524	-186.205	-20.320	-11%
Resultado antes de impostos	-226.227	-223.304	-2.924	-1%
Imposto sobre o rendimento do período	-289	-286	-3	
Resultado líquido do período	-226.517	-223.589	-2.927	-1%
Resultado Operacional da atividade de transporte de passageiros (EBITDA)	21.953	35.406	-13.453	-38%
Indemnizações por rescisão	-5.170	-3.105	-2.065	-67%
Aplicação MEP, justo valor, imparidade e provisões	35.335	3.924	31.411	800%
Depreciações	-71.821	-73.324	1.503	2%
RESULTADO OPERACIONAL	-19.703	-37.099	17.396	47%
RESULTADO FINANCEIRO	-206.524	-186.205	-20.320	-11%
RESULTADO LIQUIDO	-226.517	-223.589	-2.927	-1%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

A CP encerrou o exercício de 2013 com um Resultado Líquido de -226,5 milhões de euros, registando um agravamento de 2,9 milhões de euros (-1%) face a 2012. Esta variação foi motivada fundamentalmente pelo agravamento do resultado financeiro em 20,3 milhões de euros, não totalmente compensado pela melhoria verificada no resultado operacional de 17,4 milhões de euros.

O agravamento do resultado financeiro resultou do aumento dos encargos financeiros, tanto por via do acréscimo da dívida como pelo incremento dos *spreads* das taxas de juro em todos os empréstimos que se venceram e para os quais houve necessidade de contratar novos empréstimos de substituição. Por outro lado, a antecipação do cancelamento de alguns contratos de derivados levou igualmente a uma antecipação dos encargos financeiros associados a esses instrumentos, compensada no entanto, em termos de resultados, pela variação favorável da carteira de derivados.

O justo valor da carteira de derivados registou um aumento de 69,8 milhões de euros face a 2012, contribuindo decisivamente para a melhoria do Resultado Operacional e compensando a evolução desfavorável do EBITDA⁶.

O EBITDA manteve-se positivo em 22 milhões de euros. Face a 2012, este indicador apresentou uma redução de 13,5 milhões de euros, que decorre diretamente da reposição dos subsídios de férias e Natal aos trabalhadores da Empresa⁷ (+13,2 milhões de euros).

Os gastos com pessoal apresentam um crescimento de 12,4 milhões de euros, uma vez que o impacto da reposição dos subsídios foi parcialmente absorvido pela redução do efetivo a cargo.

Em consequência da difícil conjuntura macroeconómica, os rendimentos apresentaram de uma forma geral uma evolução desfavorável face a 2012. As Prestações de Serviço registaram um decréscimo de 6,7 milhões de euros, decorrente da diminuição dos rendimentos de tráfego, cuja recuperação nos últimos quatro meses, conforme analisado anteriormente, não foi suficiente para compensar a quebra registada, nomeadamente durante o primeiro trimestre do ano. Os restantes rendimentos não core, refletem essencialmente a diminuição do valor de venda de sucata (-1,2 milhões de euros) e de cedência de gasóleo à CP Carga (-1,5 milhões de euros), ainda que esta última com impacto semelhante em gastos.

Apesar do esforço generalizado de contenção de gastos na maioria das rubricas, verificou-se um aumento de 1,2 milhões de euros nos Fornecimentos e Serviços Externos, em virtude fundamentalmente do acréscimo dos gastos com eletricidade de tração (+2,1 milhões de euros) e com a taxa de utilização da infraestrutura (+3,8 milhões de euros), na sequência da reposição dos níveis de atividade programados e de significativos aumentos de preços.

Estas variações foram compensadas pela diminuição dos Outros Gastos e Perdas em 10,2 milhões de euros. Relembra-se que, em 2012, registaram-se duas correções relevantes de gastos de exercícios anteriores: correção do valor da dívida do Ministério da Defesa Nacional, em 7,2 milhões de euros, com vista à obtenção de acordo para a sua liquidação, e correção dos gastos relacionados com o contrato da SIMEF em 1,2 milhões de euros. Para além disso, foram ainda reconhecidos em 2012 cerca de 3 milhões de euros de dívidas incobráveis.

A regularização da dívida do Ministério da Defesa Nacional em 2012 motivou, por sua vez, uma reversão de imparidade de 38,8 milhões de euros naquele ano, que justifica genericamente, em 2013, o aumento das imparidades de dívidas a receber, em 39,9 milhões de euros.

Ainda com impacto na evolução do Resultado Operacional, uma nota final para a variação dos resultados das Participadas, das depreciações e das provisões.

6. Resultado antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

7. De referir que em 2013 se reconheceu o gasto da totalidade do subsídio de Natal, reposto desde janeiro e do subsídio de férias de 2012 (direito obtido em 2012, mas apenas pago em 2013, com a publicação da Lei n.º 39/2013), bem como se procedeu à especialização do subsídio de férias de 2013 (que apenas será pago em 2014), pelo que esta rubrica da demonstração de resultados não é diretamente comparável nos dois exercícios.

Em consequência de uma retração da procura e da reposição dos subsídios de férias e de natal, as empresas participadas registaram um agravamento dos seus resultados em cerca de 13 milhões de euros. Em resultado da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, as Perdas Imputadas a Subsidiárias aumentaram 9,4 milhões de euros, para o que contribuiu essencialmente a variação do resultado da EMEF. Por outro lado, houve a necessidade de reforçar as provisões constituídas para fazer face às perdas em empresas do Grupo, designadamente na CP Carga, que passaram de 20,7 milhões de euros em 2012 para 23,7 milhões de euros em 2013.

As provisões constituídas reduziram-se 11,4 milhões de euros face a 2012, devido à reversão de provisão constituída para um processo que teve desfecho favorável para a CP no Tribunal Tributário e à menor necessidade de constituição de provisões para os processos judiciais em curso face ao registado em 2012.

As depreciações diminuíram 4 milhões de euros, face a 2012, essencialmente no equipamento básico (material circulante), devido à reclassificação de ativos para ativos não correntes detidos para venda, cessando o reconhecimento de depreciações e passando a haver o reconhecimento de imparidades pelo diferencial entre o valor contabilístico líquido e o valor esperado de venda, bem como à diminuição do investimento realizado e ao término do período de depreciação dos bens.

As imparidades de investimentos depreciáveis aumentaram em 2,5 milhões de euros, devido aos danos causados no material circulante em resultado de acidentes ocorridos em 2013, nomeadamente o de Alfarelos.



EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DO BALANÇO

RUBRICAS (Valores em m€)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	910.882	957.455	-46.573	-5%
Ativo Corrente	117.962	101.502	16.460	16%
TOTAL DO ATIVO	1.028.844	1.058.957	-30.114	-3%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	-3.236.371	-2.996.054	-240.317	-8%
Resultado líquido do período	-226.513	-223.589	-2.924	-1%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	-3.236.371	-2.996.054	-240.317	-8%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	1.965.172	2.259.240	-294.068	-13%
Passivo Corrente	2.300.043	1.795.772	504.271	28%
TOTAL DO PASSIVO	4.265.214	4.055.011	210.203	5%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO+PASSIVO	1.028.844	1.058.957	-30.114	-3%

Ativo

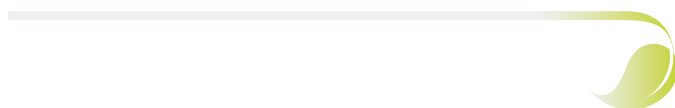
No período em análise, o Ativo da CP diminuiu 30,1 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 60,2 milhões de euros, em resultado das depreciações destes ativos apenas terem sido parcialmente compensadas pelo investimento realizado. Os investimentos mais significativos no período respeitam a reparações periódicas do tipo R2 e R3, reparação dos bogies dos CPA's e controlo de acessos nas estações. De referir, ainda, o abate de uma automotora acidentada (acidente de Alfarelos) no valor de 1,6 milhões de euros;
- Aumento do valor de participações financeiras – Método de Equivalência Patrimonial em 13,8 milhões de euros, por virtude da realização de empréstimos adicionais a empresas do Grupo, no valor de 18,3 milhões de euros, parcialmente anulados pelo reconhecimento do prejuízo imputável à CP do Resultado Líquido da EMEF;
- Reconhecimento de valor de imparidade nos ativos não correntes detidos para venda, no montante de 7,5 milhões de euros, em consequência das dificuldades sentidas na alienação do material circulante classificado nesta classe de ativos, decorrentes do atual contexto económico;
- Constituição de aplicações financeiras de curto prazo no IGCP, no valor de 16 milhões de euros.

Passivo

O total do Passivo da CP registou um incremento de 210,2 milhões de euros, no período em análise, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Reforço das Provisões em 16,9 milhões de euros, destacando-se o aumento das provisões para investimentos financeiros e especificamente para fazer face ao impacto dos prejuízos acumulados da CP Carga;
- Aumento dos Financiamentos Obtidos no valor de 170,7 milhões de euros, verificando-se uma substituição dos financiamentos de médio e longo prazo por financiamentos de curto prazo;
- Aumento das dívidas a Fornecedores e Outros Devedores, no valor de 88 milhões de euros, contribuindo para este aumento fundamentalmente a dívida à REFER;
- Variação positiva dos *swaps* potencialmente desfavoráveis entre 31/12/12 e 31/12/13, em 66 milhões de euros.



INVESTIMENTOS

Orientação

As decisões de investimento em 2013 foram equacionadas na perspetiva de assegurar o mínimo de intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

Principais projetos

A CP realizou um total de 12,6 milhões de euros em investimentos, 88% dos quais destinados a material circulante e 10% a equipamentos comerciais.

INVESTIMENTOS 2013 (Valores em m€)	VALORES
Material Circulante	11.133
Equipamentos Comerciais	1.202
Informatização	93
Outros Investimentos	191
TOTAL	12.619

No material circulante, os investimentos mais relevantes centraram-se nos projetos de “Grandes Reparações R2+R3” (6,9 milhões de euros) e de “Reparação de Bogies dos CPA” (3,6 milhões de euros).

O projeto relativo a “Grandes Reparações R2+R3” reúne as intervenções de manutenção programada de material circulante com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança do mesmo. O valor do investimento realizado neste projeto foi menor que em anos anteriores porque as greves ocorridas durante o ano 2012 e início de 2013 levaram a um diferimento temporal destas intervenções, na medida em que os limites dos ciclos de manutenção não foram esgotados, devido à menor utilização do material.

Dos restantes investimentos respeitantes a material circulante destacam-se o de “Substituição das Caixas de Rodados das UDD 450” (389 mil euros) e o início do projeto de “Instalação de equipamentos Wi-Fi em unidades de material circulante Alfa e Intercidades” que proporcionará um serviço de maior qualidade aos clientes.

Os investimentos em equipamentos comerciais incluem a conclusão do projeto “Controlo de Acessos em Estações da CP Lisboa - 2.ª fase” (1,2 milhões de euros), que consistiu na instalação de Gates de controlo de acesso em 12 estações: 10 na Linha de Sintra e 2 na Linha de Cascais. Este projeto teve como objetivo incrementar a segurança nas estações e comboios, diminuir a taxa de fraude, bem como obter informação mais detalhada sobre as deslocações dos clientes.

PARTICIPADAS

Orientação

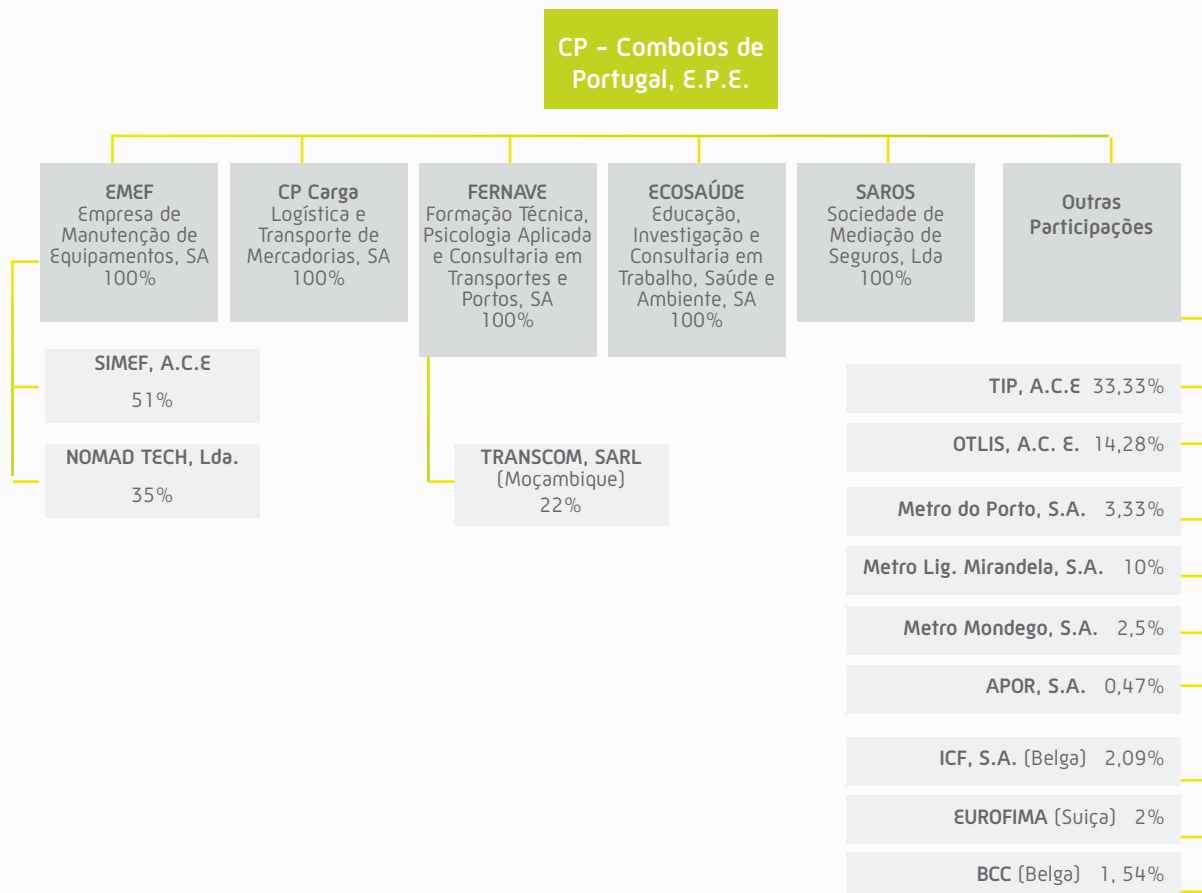
O Conselho de Administração traçou uma estratégia de Grupo sustentável, que consubstancia a estruturação das participações de controlo e o desenvolvimento de uma cultura de eficiência e de valor acrescentado, que tem como objetivo a obtenção pelas empresas participadas de um EBITDA positivo.

O Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

Em 2013, as funções de administração das empresas participadas em que a CP detém controlo, passaram a ser assumidas integral e exclusivamente por membros da administração da empresa mãe.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31.12.2013.



Durante o ano de 2013, a composição do Grupo CP alterou-se ligeiramente:

- A EMEF Internacional e a FERGRÁFICA foram liquidadas definitivamente;
- A NOMAD Tech foi constituída⁸, com uma participação de 35% da EMEF e 65% da NOMAD Digital.

Sem prejuízo de no Relatório & Contas Consolidado se evidenciar com mais detalhe as atividades das empresas participadas, apresentam-se desde já algumas informações sobre a CP Carga, a EMEF, a FERNAVE e a ECOSAÚDE, empresas controladas a 100% com maior relevo.

De sublinhar o efeito no agravamento dos resultados das empresas participadas da retração da procura, devido às restrições a que estiveram sujeitos os seus principais clientes, na sequência do processo de reajustamento económico-financeiro iniciado em 2011, com forte impacto na mobilidade de pessoas e bens, e da reposição dos subsídios de férias e de natal.

CP Carga

A CP Carga é uma operadora de transporte de mercadorias, que opera com locomotivas CP e vagões de propriedade própria.

Numa conjuntura económica difícil e marcada por conflitualidade laboral, nomeadamente durante o primeiro trimestre do ano, verificou-se neste período uma retração da procura que não foi possível inverter, não obstante a recuperação que ocorreu nos restantes trimestres do ano, refletindo-se no agravamento dos resultados.

CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

RUBRICAS (Valores em m€)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Volume Negócios	58.132.756	62.304.290	-4.171.534	-6,7%
Resultado Operacional	-15.514.933	-14.402.736	-1.112.198	-7,7%
Resultado Líquido	-22.992.076	-19.165.018	-3.827.058	-20,0%
Toneladas (10 ³)	8.288	8.713	-425	4,9%

8. A NOMAD Tech foi constituída com o objetivo de desenvolver e fornecer produtos e soluções na área da telemanutenção, manutenção baseada na condição (MBC), eficiência energética e conversores de tração, para o mercado ferroviário a nível mundial.

EMEF

A EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária.

A conjuntura económico-financeira que se tem feito sentir ao longo dos últimos anos, condiciona a atividade operacional das empresas, ao que a EMEF não ficou imune. O negócio de Fabrico, Reparação, Manutenção e Reabilitação de material circulante ferroviário, sofreu uma diminuição de cerca de €12 milhões, em consequência, nomeadamente, de uma redução na carteira de encomendas da ordem dos 15% do principal cliente, a CP-Comboios de Portugal, face à redução do número de intervenções de reparação, e de 56% do cliente CP Carga (não existiu fabrico de vagões), bem como, ao facto de, no ano de 2013, se praticarem os mesmos preços aos clientes do ano de 2012.

_EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

RUBRICAS (Valores em m€)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Volume Negócios	50.935.813	63.267.091	-12.331.277	-19,5%
Resultado Operacional	-1.686.613	8.045.256	-9.731.869	121,0%
Resultado Líquido	-3.390.285	6.114.870	-9.505.155	-155,4%

FERNAVE

A FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., é uma empresa estratégica para a CP nos domínios da formação profissional, psicologia e recrutamento. Tem desenvolvido a sua atividade, quer no sector ferroviário quer no rodoviário, no País e em África, nos países de expressão portuguesa.

Apesar da conjuntura ser desfavorável, a Fernave apresentou um crescimento das prestações de serviços de 52% face a 2012.

_FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

RUBRICAS (Valores em m€)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Volume Negócios	1.469.264	964.933	504.331	52,3%
Resultado Operacional	-557.505	-935.685	378.180	40,4%
Resultado Líquido	-781.741	-1.176.286	394.545	33,5%

ECOSAÚDE

A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., presta serviços de cuidados de saúde nas empresas do Grupo e no mercado.

A manutenção da difícil conjuntura sócio-económica do país continuou a criar pressão sobre a atividade da empresa, o que levou a uma ligeira diminuição dos rendimentos. A evolução dos resultados é consequência fundamentalmente do agravamento dos gastos com pessoal, motivado pela reposição dos subsídios de férias e de Natal.

Ecossáude - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente. S.A.

RUBRICAS (Valores em m€)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Volume Negócios	2.057.630	2.176.544	-118.914	-5,5%
Resultado Operacional	-65.500	9.115	-74.615	818,6%
Resultado Líquido	-119.235	-53.726	-65.509	-121,9%

FINANCIAMENTO

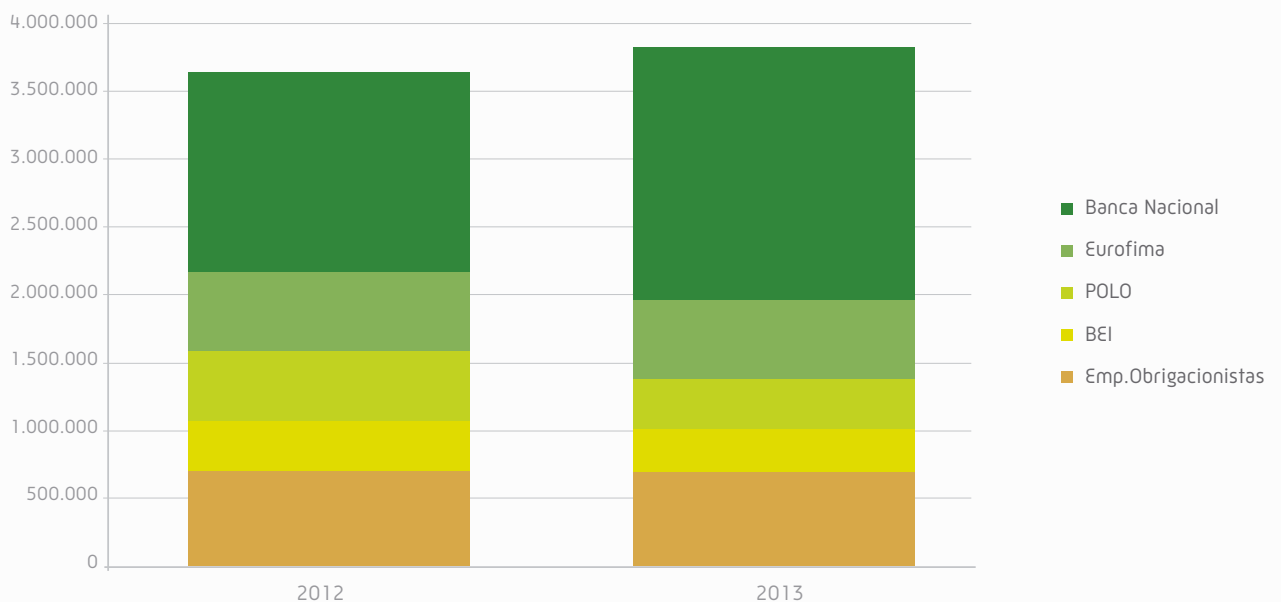
Política de financiamento

A conjuntura nacional ao longo de 2013 continuou a caracteriza-se pela grande dificuldade de obtenção de financiamento nos mercados de capitais, consequência das fortes restrições dos mercados financeiros internacionais.

Mantendo-se as fortes restrições à obtenção de crédito, e não sendo possível à CP gerar os meios financeiros suficientes para cumprimento das suas responsabilidades decorrentes do serviço da dívida histórica, a Empresa, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, recorreu a financiamento junto da Banca Nacional para pagamento de dívida e respetivos juros.

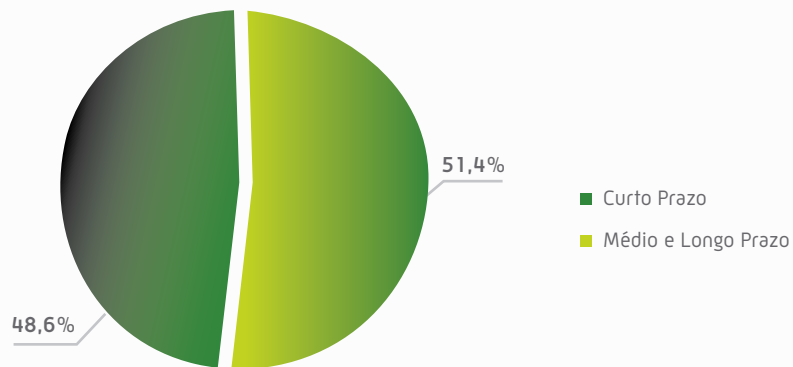
Com recurso a este mecanismo de apoio, a CP procedeu a amortizações no valor de cerca de 216 milhões de euros (nomeadamente Polo Securities II Limited no montante de 62,5 milhões de euros, Polo III - CP Finance Limited no montante de 100 milhões de euros, BEI no montante de 45 milhões de euros e Banca Nacional no valor de 9 milhões de euros).

O acréscimo da dívida foi de cerca de 171 milhões de euros, tendo passado de 3,637 mil milhões de euros a 31.12.2012 para 3,808 mil milhões de euros a 31.12.2013 distribuída pelas seguintes fontes de financiamento:



Estrutura da dívida

O acréscimo referido traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional, sendo a estrutura da dívida a 31 de dezembro de 2013 a seguinte:



PASSIVO REMUNERADO	2012	2013	△ Absoluta	△ %
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	2.162.325.672 €	1.851.356.939 €	-310.968.733 €	-14,38%
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	1.474.713.809 €	1.956.429.622 €	481.715.813 €	32,67%
TOTAL PASSIVO REMUNERADO	3.637.039.481 €	3.807.786.561 €	170.747.080 €	4,69%

A percentagem de dívida de empréstimos nacionais foi tendo ao longo do ano uma maior preponderância, sendo que no final de 2013 representava cerca de 49% da dívida, valor correspondente à quase totalidade dos empréstimos de curto prazo.

À semelhança do que tem vindo a acontecer desde o último ano, a dívida diretamente garantida teve um decréscimo, uma vez que todos os novos financiamentos são concedidos sem aval direto do Estado.

Fontes de cofinanciamento

A CP dispôs em 2013 de financiamentos a fundo perdido no valor de 1,8 milhões de euros, a título de cofinanciamento de investimentos pelo Estado Português, no âmbito do PIDDAC.

O financiamento do restante montante de investimentos foi realizado através de meios próprios, gerados pela exploração.

Os montantes de cofinanciamento obtidos destinaram-se aos seguintes projetos:

PIDDAC 2013 (Valores em m€)	VALORES
Grandes reparações periódicas de material circulante	1.661
Beneficiação de UDD's 450	87
TOTAL	1.748

Encargos financeiros

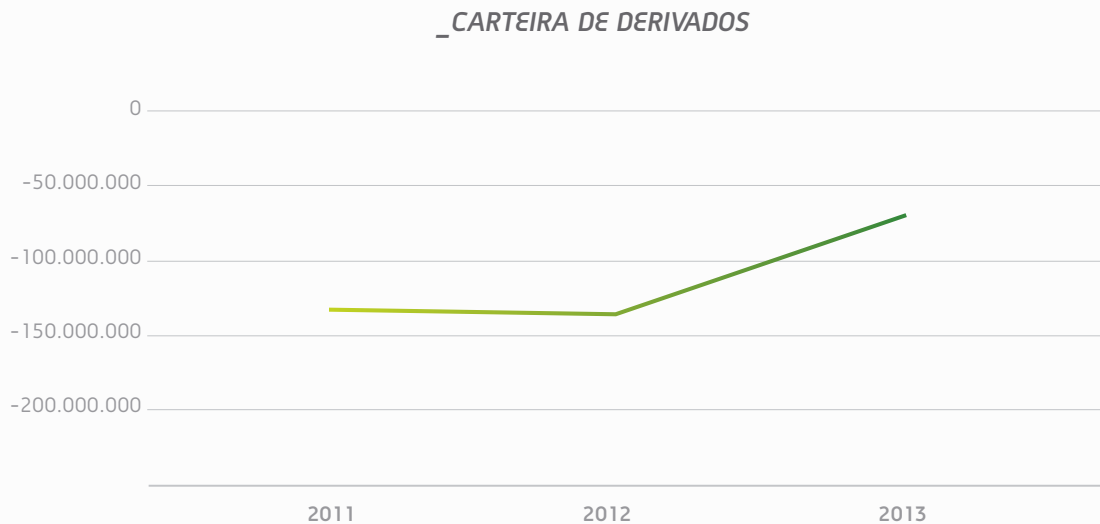
Os encargos financeiros tiveram um aumento relativamente a 2012, essencialmente devido aos encargos resultantes do cancelamento das operações *swap*, bem como à manutenção de *spreads* elevados, com a renovação do endividamento junto da Banca nacional.

Descrição (Valores em m€)	2009	2010	2011	2012	2013
Juros	130.242	152.206	169.472	185.516	200.844
Aval	1.647	2.394	2.338	1.808	1.804
Outros encargos	1.952	2.732	15.701	7.107	7.521
Encargos Financeiros	133.841	157.332	187.511	194.431	210.169
Dívida	3.399.278	3.324.312	3.522.394	3.637.063	3.807.787
Custo médio de financiamento	3,94%	4,73%	5,32%	5,35%	5,52%

Apesar do custo médio de capital se situar em níveis de 5,5% (incluindo custos relativos a operações *swap*), a taxa média de financiamento obtido em 2013 é de cerca de 6%, devido ao nível de *spreads* de crédito praticados pelo mercado.

Instrumentos de gestão de risco

O ano de 2013 foi marcado pelo cancelamento de três operações de *swap*, de acordo com orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e apoio do IGCP, o que influenciou favoravelmente o valor de mercado da carteira, sendo a evolução a seguinte:



Limites de endividamento

Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento (4,7%) restringiu-se ao financiamento dos encargos financeiros, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente e ao financiamento dos investimentos.

A CP não conseguiu, no entanto, obter a totalidade do financiamento para pagamento de compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que ao longo do ano, teve que canalizar parte da sua receita da atividade de exploração para esse efeito, com impacto no aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores, nomeadamente à REFER (conforme abordado em ponto autónomo deste relatório).



PERSPETIVAS PARA 2014

Os sinais de recuperação económica, o clima de paz laboral decorrente dos acordos celebrados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e uma aposta mais efetiva em políticas comerciais e de comunicação, permitiram infletir a partir dos últimos meses de 2013 a situação de perda de procura que se verificou nos últimos anos e constituem um estímulo para a melhoria dos níveis de atividade da CP para 2014.

As previsões macroeconómicas para 2014 apontam para uma recuperação moderada do PIB, num contexto de forte redução da despesa pública, abrandamento do ritmo de queda da procura interna privada e manutenção de um crescimento robusto das exportações.

No entanto, afigura-se que em 2014 a evolução da economia portuguesa continue a estar condicionada pelas restrições associadas ao processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, iniciado em 2011.

Assim, e em consonância com as orientações das Tutelas Financeira e Sectorial, o foco estratégico mantém-se na obtenção da sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

Para a sua obtenção, as orientações estratégicas do Conselho de Administração para o período de 2013-2015, são designadamente:

- Combate à quebra da procura, reforçando a dimensão comercial da atividade de transporte de passageiros, atuando ao nível da qualidade do serviço, da política de preços e do combate à fraude;
- Criação / manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores;
- Redução de gastos;
- Rentabilização de ativos não core;
- Sustentabilidade das empresas participadas.

Neste contexto, definiram-se como principais ações para 2014:

- Com o objetivo de potenciar a procura:
 - . Implementar políticas de fidelização de clientes e de captação de novos;
 - . Atuar em novos segmentos de mercado, adequando produtos;
 - . Desenvolver parcerias institucionais e comerciais que potenciem valor para o negócio;
 - . Melhorar processos de venda e atendimento ao cliente;
 - . Diversificar a rede de vendas e criar novos suportes para títulos de transporte;
 - . Otimizar os enlaces entre os vários serviços e melhorar a articulação e integração da oferta dos vários modos de transporte;
 - . Adequar a política de "Yield Management" ao comportamento da procura;
 - . Aumentar eficácia da comunicação de serviços e produtos;
 - . Disponibilizar Wi-Fi gratuito nos comboios do serviço IC e TV em tempo real nos comboios AP;
 - . Iniciar a intervenção de meio de vida nos Alfa Pendular de modo a adequar os interiores às atuais exigências dos clientes, aumentando assim a competitividade deste serviço;
 - . Reforçar as brigadas de fiscalização;

- Com o objetivo de motivar / valorizar os trabalhadores:
 - . *Promover a formação contínua nas áreas core da empresa;*
 - . *Criar ações de motivação e proximidade;*
 - . *Promover a continuação de uma política de Responsabilidade Social na vertente interna promovendo a qualidade de vida dos trabalhadores;*
 - . *Potenciar a comunicação interna;*

- Com o objetivo de reduzir custos:
 - . *Racionalizar meios de produção e renegociar contratos, eliminando os gastos que se considerem desnecessários para a realização dos objetivos do negócio;*

- Com o objetivo de alienação de bens não necessários à atividade:
 - . *Promover a venda de sucata e viaturas;*
 - . *Promover a venda e arrendamento de imóveis.*



FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de balanço.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, défice de 226.516.513 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de março de 2014

O Conselho de Administração,

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, E.P.E. (Empresa), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 31 de março de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco individual em 31 de dezembro de 2013

RUBRICAS (Valores em €)	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2013	31.12.2012
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	803.258.602	863.478.876
Ativos tangíveis	7	76.344	190.242
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	79.728.193	65.967.283
Participações financeiras - outros métodos	10	27.818.515	27.818.515
SUB-TOTAL		910.881.654	957.454.916
Ativo Corrente			
Inventários	13	4.712.359	5.025.461
Clientes	14	6.988.234	3.816.795
Adiantamentos a fornecedores	15	133.790	133.790
Estado e outros entes públicos	16	15.257.279	9.405.936
Acionistas/sócios	11	141.291	1.388.313
Outras contas a receber	17	23.510.576	26.996.316
Diferimentos	18	8.493.006	9.744.659
Ativos financeiros detidos para negociação	19	54	26
Outros ativos financeiros	20	16.000.000	
Ativos não correntes detidos para venda	21	27.342.322	34.865.245
Caixa e depósitos bancários	4	15.387.409	10.125.619
SUB-TOTAL		117.966.320	101.502.160
TOTAL DO ATIVO		1.028.847.974	1.058.957.076
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	1.995.317.000	1.995.317.000
Reservas legais	25	24.703	24.703
Outras reservas	26	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	27	(5.268.812.622)	(5.041.155.378)
Ajustamentos em ativos financeiros	28		(1.677.569)
Outras variações no capital próprio	29	262.306.764	273.720.024
Resultado líquido do período		(226.516.513)	(223.589.401)
Interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		(3.236.374.018)	(2.996.053.971)
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	30	113.814.569	96.873.294
Financiamentos obtidos	31	1.851.356.939	2.162.325.672
Outras contas a pagar	32		40.563
SUB-TOTAL		1.965.171.508	2.259.239.529
Passivo Corrente			
Fornecedores	33	149.328.125	64.466.015
Adiantamentos de clientes		544.869	544.869
Estado e outros entes públicos	16	3.150.558	2.477.961
Financiamentos obtidos	31	1.956.429.623	1.474.737.548
Outras contas a pagar	32	115.578.145	112.398.030
Diferimentos	18	5.859.966	5.965.870
Passivos financeiros detidos para negociação	34	69.159.198	135.181.225
SUB-TOTAL		2.300.050.484	1.795.771.518
TOTAL DO PASSIVO		4.265.221.992	4.055.011.047
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO+PASSIVO		1.028.847.974	1.058.957.076

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós;
 Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2013

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2013	31.12.2012
Vendas e serviços prestados	35	229.697.915	236.409.925
Subsídios à exploração	36	34.383.635	35.362.481
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	(2.956.393)	6.414.568
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(8.477.671)	(9.284.408)
Fornecimentos e serviços externos	39	(166.757.128)	(165.580.922)
Gastos com o pessoal	40	(98.036.837)	(83.530.337)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(122.424)	(59.749)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14,17	(1.029.364)	38.828.295
Provisões (aumentos/reduções)	30	(19.169.257)	(30.592.559)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9,41	(7.409.368)	(6.898.508)
Outros rendimentos e ganhos	42	31.621.641	34.817.546
Outros gastos e perdas	43	(5.649.397)	(15.893.793)
Resultado antes de justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		(13.904.648)	39.992.539
Aumentos/reduções de justo valor	44	66.022.026	(3.767.729)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52.117.378	36.224.810
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,45	(69.296.156)	(73.309.235)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	46	(2.524.434)	(14.576)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(19.703.212)	(37.099.001)
Juros e rendimentos similares obtidos	47	4.731.517	8.766.461
Juros e gastos similares suportados	48	(211.255.747)	(194.971.066)
Resultado antes de impostos		(226.227.442)	(223.303.606)
Imposto sobre o rendimento do período	12,16	(289.071)	(285.795)
Resultado líquido do período		(226.516.513)	(223.589.401)

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró;
 Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por funções Período findo em 31 de dezembro de 2013

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	2013	2012
Vendas e serviços prestados	263.554.518	271.209.925
Custo das vendas e dos serviços prestados	(278.919.176)	(273.040.121)
Resultado bruto	(15.364.658)	(1.830.196)
Outros rendimentos	105.206.666	83.177.107
Gastos de distribuição	(20.956.048)	(20.857.548)
Gastos administrativos	(42.692.820)	(37.807.234)
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	(45.896.352)	(59.781.131)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(19.703.212)	(37.099.001)
Gastos de financiamento (líquidos)	(206.524.230)	(186.204.605)
Resultado antes de impostos	(226.227.442)	(223.303.606)
Imposto sobre o rendimento do período	(289.071)	(285.795)
Resultado líquido do período	(226.516.513)	(223.589.401)
Resultado das atividades descontinuadas	-	-

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró;
 Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no início do período de 2012	(1)	1.995.317.000 €	-	-	-	24.703 €	1.306.650 €	(4.752.108.818 €)	(1.677.569 €)	-	286.908.360 €	(289.046.560 €)	(2.759.276.234 €)
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	27 a 29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.188.336 €)	-	(13.188.336 €)
	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.188.336 €)	-	(13.188.336 €)
Resultado líquido do período	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(223.589.401 €)	(223.589.401 €)
Resultado Integral	4=(2+3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(223.589.401 €)	(236.777.737 €)
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	(289.046.560 €)	(289.046.560 €)	-	-	-	289.046.560 €	289.046.560 €
	(5)	-	-	-	-	-	(289.046.560 €)	(289.046.560 €)	-	-	-	289.046.560 €	289.046.560 €
Posição no fim do período de 2012	6=(1+2+3+5)	1.995.317.000 €	-	-	-	24.703 €	1.306.650 €	(5.041.155.378 €)	(1.677.569 €)	-	273.720.024 €	(223.589.401 €)	(2.996.053.971 €)

Técnico Oficial de Contas – Dr.º Ana Coelho;

Presidente – Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós;
 Vice-Presidente – Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal – Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal – Dr.ª Maria João Sernadeo Carmelo Rosa Calado Lopes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2013

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
Posição no início do período de 2013	(1)	1.995.317.000 €	-	-	-	24.703 €	1.306.650 €	(5.041.155.378 €)	(1.677.569 €)	-	273.720.024 €	(223.589.401 €)	(2.996.053.971 €)
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	27 a 29	-	-	-	-	-	-	(4.067.843 €)	1.677.569 €	-	(11.413.260 €)	-	(13.803.534 €)
	(2)	-	-	-	-	-	-	(4.067.843 €)	1.677.569 €	-	(11.413.260 €)	-	(13.803.534 €)
Resultado líquido do período	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.516.513 €)	(226.516.513 €)
Resultado Integral	4=(2+3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.516.513 €)	(240.320.047 €)
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	(223.589.401 €)	-	-	-	223.589.401 €	223.589.401 €
	(5)	-	-	-	-	-	-	(223.589.401 €)	-	-	-	223.589.401 €	223.589.401 €
Posição no fim do período de 2013	6=(1+2+3+5)	1.995.317.000 €	-	-	-	24.703 €	1.306.650 €	(5.268.812.622 €)	-	262.306.764 €	(226.516.513 €)	(3.236.374.018 €)	

Técnico Oficial de Contas – Dr.º Ana Coelho;

Presidente – Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós;
 Vice-Presidente – Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal – Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal – Dr.ª Maria João Sernado Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2013

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto		
Recebimentos de clientes	265.360.697	303.289.612
Pagamentos a fornecedores	-130.264.339	-191.163.389
Pagamentos ao pessoal	-90.634.021	-82.179.055
Caixa gerada pelas operações	44.462.337	29.947.168
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-562.209	-240.089
Outros recebimentos/pagamentos	41.569.508	39.270.101
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	85.469.636	68.977.180
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-16.196.710	-20.884.425
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	-15.496.233	-7.740.705
Outros ativos	-207.500.000	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	100.000	22.356
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	215.126	769.944
Outros ativos	191.500.000	0
Subsídios ao investimento	1.748.003	1.976.726
Juros e rendimentos similares	3.602.694	776.413
Dividendos	113.696	49.311
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-41.913.424	-25.030.380
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	407.210.379	1.065.030.509
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	38.675	12.595.025
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-229.919.242	-874.425.200
Juros e gastos similares	-209.046.356	-196.718.715
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-31.716.544	6.481.619
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	11.839.668	50.428.419
Efeito das diferenças de câmbio	-10,080	-681
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.557.821	-46.869.917
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.387.409	3.557.821

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró;

Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;

Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE (NOTA 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela sua associada CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, a Tutela sectorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado. A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 51.

Separação de sectores – Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6.º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7.º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2013, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a REFER não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da REFER prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta e fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de sectores – Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, n.º 112 de 12 de junho de 2009), o Decreto-Lei n.º 137-A/2009 que aprovou o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e autorizou a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P..

Respeitando as orientações constantes do Despacho n.º 9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

Com efeito, a autonomização da atividade do transporte de mercadorias foi prevista no Decreto-Lei n.º 137-A/2009 (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto é a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adoptando a denominação de CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.. A autonomização daquela área de atividade operou-se por cisão em 2009, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Regime de concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos-de-ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto e entretanto revogados e substituídos pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. No artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-Lei n.º 137-A/2009 veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, estando em curso o processo para a celebração do novo contrato.

Com a celebração dos novos contratos o Estado pretende dar cumprimento cabal ao compromisso assumido nos Memorandos de Entendimento firmados pelo Governo Português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de rever o nível de serviço público prestado pelas empresas públicas.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado, e o seu não pagamento causaria uma incapacidade de cobrir esses custos, gerando uma ruptura de tesouraria na empresa.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2013, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º23 de 4 de abril de 2013, publicada em Diário da República, 1ª série, n.º70 de 10 de abril de 2013.

— REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., referentes ao exercício de 2013, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 31 de março 2014, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2012.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

Não aplicável.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, "Juízos de valor", "Principais pressupostos relativos ao futuro" e "Principais fontes de incerteza das estimativas" constantes desta nota.

Políticas contabilísticas relevantes

• ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

• *Reconhecimento e valorização*

- . Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida de acordo com as normas de desreconhecimento da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

• *Ativos fixos tangíveis do Estado afeto às operações da CP e subsídios ao investimento*

- . Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da Empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

• *Despesas de manutenção e reparação*

- . Material circulante:

_As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;

_As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e

_As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

. Edifício e instalações fixas:

_As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;

_As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

- . A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

• Depreciação

- . Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a diesel e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a diesel e eléctricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

- *Subsídios governamentais*

- . Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

- *Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis*

- . Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

- *Imparidade*

- . A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

• LOCAÇÕES

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

• *Locações operacionais*

- . Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

• *Locações financeiras*

- . Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela Empresa para os ativos fixos tangíveis.

• ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

• INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

• Subsidiárias

- São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela Empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra. Sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual goodwill incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

• Associadas

- A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efectuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. É considerado ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

• INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

• *Contabilidade de cobertura*

- Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Entidade. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

_Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efetuada a cobertura com o instrumento de cobertura;

_O risco a cobrir seja um dos riscos seguintes: cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço; e

_Espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

• *Cobertura de risco de taxa de juro fixa*

- As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa ("cobertura de justo valor") são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

• *Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso*

- As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

• OUTROS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

- *Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade*

- . São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- _ Instrumentos financeiros:

- __ À vista ou tenha uma maturidade definida;

- __ Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e

- __ Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.

- _ Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:

- __ Não possam ser liquidados em base líquida,

- __ Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e

- __ A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

- _ Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

- *Mensuração ao justo valor através dos resultados*

- . Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

- *Imparidade*

- . À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objectiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

- ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a Empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- *As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;*
- *A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;*
- *As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;*
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e
- *A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.*

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

- INVENTÁRIOS

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

• CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

• CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

• EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- *Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;*
- *Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;*
- *Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;*
- *A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.*

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em Passivo não Corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

• ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efectuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

• TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

• *Moeda Funcional e de apresentação*

- . Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

• *Transações e saldos*

- . As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

• RECONHECIMENTO DO RÉDITO

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português, através de diploma legal, considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

• RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

• PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

A Empresa, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 julho, estava obrigada, até 31 de dezembro de 1999, a pagar pensões de acidentes de trabalho vitalícias em resultado de acidentes ocorridos até àquela data.

Esta responsabilidade é calculada com base em pressupostos atuariais, uma vez que a CP é obrigada a pagar rendas vitalícias a estes ex-funcionários. Assim, o passivo é reconhecido no balanço, através de uma provisão para indemnizações com base no valor presente da obrigação das rendas vitalícias à data do balanço, deduzido do justo valor dos eventuais ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes (BPI Pensões).

• JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efectuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

• IMPOSTO SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

• ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

• *Ativos contingentes*

- . Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

• *Passivos contingentes*

- . Um passivo contingente surge quando exista:

_Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

_Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

- . Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respectivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

• ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de março de 2014, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 53.

Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas da CP e que tem maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras respeita ao justo valor dos instrumentos financeiros.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os factores adiante descritos:

- A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA positivo em 2013, o que indicia que os factores de sustentabilidade futura melhoraram;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio à Empresa, quer avalizando diretamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade;
- A CP apresenta os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas da CP e das suas Participadas, para o próximo período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as atuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da Empresa; e
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar 107 milhões de passageiros ano, como factor de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

- VIDA ÚTIL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

- JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

- COBRANÇAS DUVIDOSAS

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

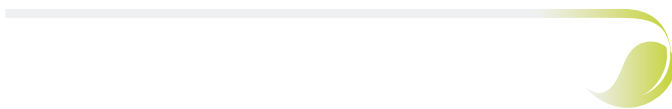
- PROVISÕES

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com as pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999.

- ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.



FLUXO DE CAIXA (NOTA 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

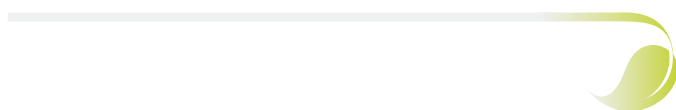
A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição (Valores em €)	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	271.347	284.432
Depósitos bancários	15.116.062	9.841.187
Descobertos bancários	-	-6.567.797
TOTAL	15.387.409	3.557.821

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Caixa		
Caixa Central	750	885
Caixa Pequena	2.600	2.600
FFC Tesouraria	3.000	1.650
Caixa Estações	264.997	279.297
Total	271.347	284.432
Depósitos à ordem		
Banco Barclays	-	793
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	103.775	228.730
Banco Espírito Santo	115.899	-
Banco Português de Investimento	2.992.669	1.449.039
Banco Internacional de Crédito	310	57
Banco Santander	1.108.654	1.016.541
BNP Paribas	148	75
Caixa Geral de Depósitos	102.768	104.894
Deutsche Bank	126	556
Inst. Gestão Crédito Público	2.281.619	7.036.035
Millennium BCP	8.410.094	3.195
Montepio	-	1.272
Total	15.116.062	9.841.187
Descobertos Bancários		
Banco Português de Investimento	-	-1.591.405
Millennium BCP	-	-4.976.392
Total	-	-6.567.797



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 5)

Nada a referir.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 6)

No final do ano 2013 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	26.256.870	26.256.870
Edifícios e outras construções	98.880.851	98.194.117
Equipamento básico	1.560.220.955	1.552.972.959
Equipamento de transporte	1.624.509	1.767.518
Equipamento administrativo	19.485.781	19.465.877
Outros ativos fixos tangíveis	61.918.529	61.977.517
Investimentos em curso	3.683.937	6.980.570
Adiantamentos por conta de investimentos	2.217.155	2.230.438
Sub-total	1.774.288.587	1.769.845.866
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	69.182.259	72.779.798
Depreciação acumulada de períodos anteriores	898.251.692	832.515.592
Perdas por imparidade do período	2.524.434	14,576
Perdas por imparidade de períodos anteriores	1.071.600	1.057.024
Sub-total	971.029.985	906.366.990
Valor líquido contabilístico	803.258.602	863.478.876

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2013 são resumidos no quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DURANTE O ANO 2013

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	26.256.870	-	-	-	-	-	-	26.256.870
Edifícios e outras construções	98.194.117	-	-	-	-	686.734	-	98.880.851
Equipamento básico	1.552.972.959	26.695	-	-2.472.917	-4.118.454	15.189.572	-1.376.900	1.560.220.955
Equipamento de transporte	1.767.518	1.250	-143.835	-	-424	-	-	1.624.509
Equipamento administrativo	19.465.877	141.374	-1.600	-	-520.700	400.830	-	19.485.781
Outros ativos fixos tangíveis	61.977.517	157.550	-107.092	-	-127.366	17.920	-	61.918.529
Investimentos em curso	6.980.570	12.292.141	-	-	-	-15.588.774	-	3.683.937
Adiantamentos por conta de investimentos	2.230.438	-	-	-	-	-706.282	692.999	2.217.155
	1.769.845.866	12.619.010	-252.527	-2.472.917	-4.766.944	-	-683.901	1.774.288.587
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	34.421.912	2.815.858	-	-	-	-	-	37.237.770
Equipamento básico	815.922.924	62.645.094	-	-2.302.432	-2.301.477	-	-1.660.876	872.303.233
Equipamento de transporte	1.556.262	44.600	-143.834	-	-424	-	-	1.456.604
Equipamento administrativo	17.770.680	1.042.677	-1.600	-	-519.162	-	-	18.292.595
Outros ativos fixos tangíveis	35.623.612	2.634.029	-11.602	-	-102.290	-	-	38.143.749
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam.	1.071.600	2.524.434	-	-	-	-	-	3.596.034
	906.366.990	71.706.692	-157.036	-2.302.432	-2.923.353	-	-1.660.876	971.029.985
TOTAL	863.478.876	-	-	-	-	-	-	803.258.602

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2013, respeitam a reparações periódicas do tipo R2 e R3, intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa e controlo de acessos nas estações.

De referir ainda o abate de uma automotora tripla elétrica acidentada (acidente de Alfarelos).

As depreciações acumuladas e imparidades referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes.

A 31 de dezembro de 2013 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

Descrição (Valores em €)	Passivo
Automotoras	282.004.214
Carruagens	4.215.701
Locomotivas	130.940.941
TOTAL	417.160.856

ATIVOS INTANGÍVEIS (NOTA 7)

Os ativos intangíveis da CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Valor Bruto:		
Despesas de Investigação e desenvolvimento	341.692	1.702.892
Ativos intangíveis em curso	-	-
Sub-total	341.692	1.702.892
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	113.897	145.208
Amortização acumulada de períodos anteriores	151.451	1.367.442
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
Sub-total	265.348	1.512.650
Valor líquido contabilístico	76.344	190.242

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2013 são analisados como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Adições	Alienações	Abates	Transferências	Saldo final
Valor Bruto:						
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1.702.892	-	-	-1.361.200	-	341.692
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Sub-total	1.702.892	-	-	-1.361.200	-	341.692
Amortização acumulada e imparidade:						
Amortização do período	1.019.242	113.897	-	-	-	1.133.140
Amortização acumulada de períodos anteriores	493.408	-	-	-1.361.200	-	-867.792
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-
Sub-total	1.512.650	-	-	-1.361.200	-	265.348
TOTAL	190.242					76.344

LOCAÇÕES (NOTA 8)

Não aplicável.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 9)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição (Valores em €)	Tipo	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	5.592.342	-	5.652.637	11.373.345	-	11.373.345
EMEF, SA	Empréstimos	10.500.000	-	10.500.000	10.500.000	-	10.500.000
CP CARGA, SA	Empréstimos	62.272.682	-	62.272.682	43.930.280	-	43.930.280
FERGRÁFICA, SA	Empréstimos	-	-	-	1.074.834	-1.074.834	-
SAROS, SA	Investimento	363.166	-	363.166	163.655	-	163.655
FERNAVE, SA	Investimento	2	-	2	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	500.000	-	500.000	-	-	-
ECOSAÚDE, SA	Investimento	1	-	1	1	-	1
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	500.000	-	500.000	-	-	-
TOTAL		79.728.193	-	79.728.193	67.042.117	-1.074.834	65.967.283

Em 2013 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	21.873.345	-	-	-5.781.001	-	16.092.344
CP CARGA, SA	43.930.280	18.342.402	-	-	-	62.272.682
FERGRÁFICA, SA	1.074.835	-	-	-	-1.074.835	-
SAROS, SA	163.655	-	-	289.165	-89.655	363.165
FERNAVE, SA	2	500.000	-	-	-	500.002
ECOSAÚDE, SA	1	620.000	-	-120.000	-	500.001
Sub-total	67.042.118	19.462.402	-	-5.611.836	-1.164.490	79.728.193
Imparidade						
FERGRÁFICA, SA	-1.074.835	-	-	-	1.074.835	-
Sub-total	-1.074.835	-	-	-	1.074.835	-
Total	65.967.283	19.462.402	-	-5.611.836	-89.655	79.728.193

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

Nome da associada (Valores em €)	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2013	42.686.862	37.094.402	5.592.460	54.501.673	-3.390.285
CP CARGA, SA	100	31-12-2013	98.479.566	187.340.511	-88.860.944	62.907.804	-22.992.076
SAROS, SA	100	31-12-2013	374.697	11.531	363.166	389.530	286.749
FERNAVE, SA	100	31-12-2013	3.875.228	5.557.869	1.682.641	1.499.924	-781.741
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2013	874.830	849.064	25.766	1.546.042	-119.235
TIP, ACE	33	31-12-2013	11.020.656	15.724.480	-4.703.824	6.217.568	155.217

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS (NOTA 10)

A CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição (Valores em €)	Método	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	47.119	-	47.119	47.119	-	47.119
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	-12.721	-	12.721	-12.721	-
EMEF INTERNACIONAL	Custo de aquisição	2.500	-2.500	-	2.500	-2.500	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	-249.399	-	249.399	-249.399	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-	3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269	-382.269	-	382.269	-382.269	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1.460	-	1.460
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
TOTAL		28.465.404	-646.889	27.818.515	28.465.404	-646.889	27.818.515

O movimento destas participações financeiras em 2013 é analisado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OTLIS, ACE	47.119	-	-	-	-	47.119
MLM, SA	12.721	-	-	-	-	12.721
EMEF INTERNACIONAL	2.500	-	-	-	-	2.500
METRO DO PORTO, SA	249.399	-	-	-	-	249.399
METRO-MONDEGO, SA	3.595	-	-	-	-	3.595
ICF	382.269	-	-	-	-	382.269
EUROFIMA	27.760.679	-	-	-	-	27.760.679
BCC	1.460	-	-	-	-	1.460
APOR	5.000	-	-	-	-	5.000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
Sub-total	28.465.404	-	-	-	-	28.465.404
Imparidade						
MLM, SA	-12.721	-	-	-	-	(12.721)
EMEF INTERNACIONAL	-2.500	-	-	-	-	(2.500)
METRO DO PORTO, SA	-249.399	-	-	-	-	(249.399)
ICF	-382.269	-	-	-	-	(382.269)
Sub-total	-646.889	-	-	-	-	(646.889)
Total	27.818.515	-	-	-	-	27.818.515

ACIONISTAS/SÓCIOS (NOTA 11)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo não corrente		
Ativo Não Corrente	-	-
Ativo corrente		
Outras Operações - Indemnizações Compensatórias	141.291	141.291
Outras Operações - Empresas do Grupo	-	995.777
Outras Operações - Outras Empresas Participadas	-	251.245
TOTAL DO ATIVO CORRENTE	141.291	1.388.313
Passivo não corrente		
Passivo Não Corrente	-	-
Passivo corrente		
Outras Operações - Empresas do Grupo	-	-
Perdas por Imparidade - Empresas do Grupo	-	-

A diminuição do saldo desta rubrica deve-se às operações de liquidação da empresa participada Fergráfica, S.A. no valor de 995.777€ e à conversão de empréstimos concedidos à Ecosaúde, S.A. em prestações acessórias de capital, no valor de 251.245€.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 12)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS–Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

Relativamente a impostos sobre o rendimento, a CP não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Nos mesmos termos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2010 e 2011 são reportáveis por um período de quatro anos e os prejuízos fiscais apurados a partir de 2012 têm um prazo de reporte de cinco anos.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social do seu negócio, não é expectável que a Empresa venha a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos. Por este facto, entende a Empresa que não estão reunidas todas as condições para que esta situação seja considerada como passivo.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2013, no montante de 289.071€, única matéria tributável apurada no exercício.

INVENTÁRIOS (NOTA 13)

Em 31 de dezembro de 2013 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor Bruto:		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.083.603	9.511.656
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
Sub-total	9.083.603	9.511.656
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	114.950	1.073.376
Imparidades de períodos anteriores	-4.486.194	-5.559.571
Sub-total	-4.371.244	-4.486.194
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	4.712.359	5.025.461

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da Empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011 o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Durante o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela Empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da Empresa, foi reconhecida uma perda por imparidade de 122.424€.

Em simultâneo, foi identificada a necessidade de efetuar um abate de inventários, dado que os mesmos já não tinham aplicabilidade em reparações do parque do material circulante, ou não existia a possibilidade de recuperar o seu valor pela venda.

Dado que em anos anteriores já se tinha constituído uma imparidade para fazer face à impossibilidade de recuperar o valor destes inventários, foi agora a mesma utilizada pelo montante de 237.374€ tal como identificado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-		-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-4.486.194	-	122.424	-7.474	-4.371.244
Total	-4.486.194	-	122.424	-7.474	-4.371.244

CLIENTES (NOTA 14)

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor Bruto:		
Clientes c/c	-	-
Gerais	2.650.145	3.425.141
Empresas associadas	441.168	328.930
Empreendimentos conjuntos	117.584	-13.318
Outras partes relacionadas	3.779.337	76.042
Clientes - títulos protestados	-	26.661
Clientes - perdas imparidade acumuladas	1.928.513	1.952.011
Sub-total	8.916.747	5.795.467
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	50.159	37.123.636
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-1.978.672	-39.102.308
Sub-total	-1.928.513	-1.978.672
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	6.988.234	3.816.795

O aumento que se verifica no saldo de "Outras partes relacionadas" deve-se ao saldo registado no cliente BCC (gestor de redes estrangeiras), nomeadamente no que diz respeito à Renfe Operadora.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	1.853.339	631.314	-556.140	1.928.513
Empresas associadas	8.782	-	-8.782	-
Empreendimentos conjuntos	89.890	-	-89.890	-
Títulos protestados	26.661	-	-26.661	-
Total	1.978.672	631.314	-681.473	1.928.513

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	0-90 dias	90-180 dias	180-360 dias	>360 dias
Cientes gerais	2.244.957	404.764	-5.115	5.539
Empresas associadas	332.894	33.592	71.836	2.846
Empreendimentos conjuntos	124.032	-13.762	37.689	-30.375
Outras partes relacionadas	3.650.459	128.402	476	-
Total	6.352.342	552.996	104.886	-21.990

— ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES (NOTA 15)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. S.A.	3.279	3.279
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128.391	128.391
REDE FERROV. NACIONAL, E.P.E.	2.120	2.120
Total	133.790	133.790
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
Total	-	-
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	133.790	133.790

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 16)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.299.462	1.271.474
Pagamento especial por conta	1.221.282	1.162.301
Imposto retido na fonte	78.180	109.173
IVA	13.048.630	7.116.799
IVA a recuperar de nov. e dez.	8.275.550	5.161.250
IVA reembolsos pedidos	4.773.080	1.955.549
Outros Impostos	24.558	133.034
Contribuições Seg Social CNP	24.558	133.034
IVA imposto retido a recuperar	884.629	884.629
TOTAL	15.257.279	9.405.936
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	289.071	285.795
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.102.160	636.563
Contribuição p/Seg. Social	1.759.327	1.555.603
TOTAL	3.150.558	2.477.961

A principal variação registada entre 2013 e 2012 resulta, essencialmente, do aumento significativo do IVA a recuperar em novembro de 2013. Esta situação resultou fundamentalmente do desfecho favorável à CP, de ação no Tribunal Tributário de Lisboa, relacionada com a recuperação de IVA de faturação emitida à REFER e posteriormente anulada, por falta de aceitação daquela entidade. O valor do IVA em causa é de 4.227.172€.

OUTRAS CONTAS A RECEBER (NOTA 17)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - saldos devedores	19.976	-49.943
Outros Devedores - pessoal	20.338	407.079
D.Diversos - c/c	20.983.682	19.050.910
D.Diversos - cobrança duvidosa	6.146.882	5.039.075
C. Diversos - saldos devedores	6.889	-10.858
C.Div.-dep. cauções prestadas	202.383	203.699
C.Div.-rendimentos a repartir	16.428	-14.333
C.Div.-IVA-operações a regularizar	35.648	4.478.971
D/C.- Div. - Faturação a emitir	-113	154.609
D/C. Div. - Seg. Saude	172.454	174.740
C.Div.-ODC-cartão galp frota/via verde	51.368	65.305
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	-601	4.945
ODC - Unidades de Negócio/outros	344.126	344.492
Devedores por acréscimos de receitas	1.657.998	2.214.984
Sub-total	29.657.458	32.063.675
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out. div. terceiros	-1.079.523	1.704.659
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	-5.067.359	-6.772.018
Sub-total	-6.146.882	-5.067.359
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	23.510.576	26.996.316

A variação registada, comparando com o exercício de 2012, resulta fundamentalmente da diminuição verificada na rubrica de operações de IVA - operações a regularizar, fruto da CP ter ganho no Tribunal Tributário de Lisboa a ação que lhe permitiu recuperar o IVA, ao abrigo do nº 7 do artigo 71º do CIVA (artigo entretanto revogado), relativo a faturas emitidas à REFER e entretanto anuladas, por falta de aceitação daquela entidade. O valor do IVA em causa era de 4.227.172€.

DIFERIMENTOS (NOTA 18)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO – Gastos a reconhecer		
Diferim. – gast. reconh. – outros-diversos	8.493.006	9.744.659
Total	8.493.006	9.744.659
PASSIVO – Rendimentos a reconhecer		
Diferim. – rend. a reconhecer – CP Lisboa	-881.824	-1.021.584
Diferim. – rend. reconhecer – POEFDS_PORLVT	-	-74.831
Diferim. – rend. reconhecer-sub. proj. exploração	-455	-455
Diferim. – rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	-4.977.687	-4.869.000
Total	-5.859.966	-5.965.870

As principais variações face a 2012 resultam de ajustamentos quer nos gastos a reconhecer perante terceiros, quer de rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função das responsabilidades reais assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 19)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Derivados potencialmente favoráveis	-	-
Ativos Financeiros	54	26
Total	54	26

A 31 de dezembro de 2013, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), a Empresa não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da demonstração dos resultados aumentos/reduções de justo valor.

À data de referência para a apresentação destas demonstrações financeiras, a Empresa tem somente registado na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação ações do Millenium BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade. A variação registada nesta rubrica resulta da variação do justo valor destas ações entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NOTA 20)

A rubrica de outros ativos financeiros é analisada como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo corrente		
Outros ativos e passivos financeiros	16.000.000	-
Total	16.000.000	-

Com a publicação da Lei n.º 55-A/2010, revogada e substituída pelo Decreto-Lei n.º 133 de 3 de outubro de 2013, a CP passou a aplicar o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º 39-A/2005. Durante o ano de 2013, e sempre que existiram disponibilidades, foram efetuadas aplicações financeiras (CEDIC's) no IGCP até um valor máximo de 30 milhões de euros, tendo a CP terminado o ano com uma aplicação de 16 milhões de euros.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 21)

Um dos objetivos da Empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido, sendo que o atraso que se tem verificado na concretização de alguns dos acordos de venda já estabelecidos, é causado por circunstâncias alheias à Administração da CP.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Entende, ainda, a CP que existe uma grande incerteza nesta data quanto a evolução dos mercados e das economias, pelo que o valor esperado de venda à data foi apurado com base na informação disponível.

Semestralmente a empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos, e, sempre que necessário procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos. Nesse âmbito, em 2013, a CP registou uma perda por imparidade na rubrica de equipamento básico, de 7.409.396€, que reflete também a evolução do contexto económico e financeiro e as expectativas de venda.

A imparidade constituída em 2013, no valor de 7.409.396€, respeita a material circulante, destacando-se a imparidade constituída para o material da série 2600 que atingiu, em termos acumulados, o valor de 4.387.906€.

Na constituição desta imparidade foi tido em consideração o valor dos subsídios atribuídos para a aquisição deste material circulante e ainda não reconhecidos como rendimento, bem como o valor residual destes ativos.

Assim, se ao valor contabilístico líquido deste material circulante for deduzido o valor dos subsídios a reconhecer, as imparidades acumuladas e o seu valor residual, este representa, no final do exercício de 2013, o valor de 3.951.360€.

Com o reconhecimento desta imparidade a Empresa pretendeu acautelar a transferência para exercícios futuros de impactos em resultados decorrentes de dificuldades na alienação destes ativos, ainda que mantenha o seu empenho em conseguir a sua alienação num curto espaço de tempo.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	3.295.378	3.295.378
Edifícios e outras construções	12.232.184	12.232.184
Equipamento básico ^(a)	11.814.760	19.337.683
Total	27.342.322	34.865.245

(a) Esta rubrica no exercício de 2013 teve uma imparidade no montante - 7.409.396 euros

— CAPITAL REALIZADO (NOTA 22)

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da empresa», consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da empresa.

O capital estatutário de 1.995.317.000€, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efectuada nos termos do Decreto-Lei nº205-B/75 de 16 de abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2013.

— AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS (NOTA 23)

Não sendo uma sociedade por ações ou por quotas, a 31 de dezembro de 2013 a Empresa não detém ações ou quotas próprias.

— OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 24)

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2013.

RESERVAS LEGAIS (NOTA 25)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

OUTRAS RESERVAS (NOTA 26)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 27)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas, a Empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios para resultados transitados.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica, tendo sido mantido o controlo dos montantes realizados e não realizados, e destes, os que estão disponíveis ou não para distribuição aos acionistas ou para cobertura de prejuízos ou para aumento de capital, de acordo com a legislação aplicável.

A Empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respectivas amortizações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro.

No exercício de 1999, a Empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137€. As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2013 constam no quadro que segue:

CONTAS (Valores em €)	Saldo inicial	Reavaliações registadas	Inc. cap.	Outras transf.º.	Saldo final
56100002-Exced.reval.não realiz. - 95	12.275.731	-	-	-1.278.411	10.997.320
56100001-Exced.reval.não realiz. - DL	11.753.033	-	-	-904.587	10.848.446
56100003-Exced.reval.não realiz. - 99 Est.	29.095.518	-	-	-280.358	28.815.160
56100004-Exced.reval.não realiz.- 99 CP	11.795.089	-	-	-27.724	11.767.365
Total	64.919.371	-	-	-2.491.080	62.428.291

As transferências para resultados transitados foram efetuadas de acordo com a realização dos bens verificada no exercício, tendo em consideração a possibilidade de segregação pelas respetivas contas de reservas de reavaliação de 1995, 1997 e 1999.

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS (NOTA 28)

O detalhe das variações nesta rubrica, face a 2012, são apresentados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-	-1.703.423
Lucros não atribuídos	-	99.087
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-	-73.233
Total	-	-1.677.569

Os valores ainda registados nesta rubrica em 2012 foram transferidos para Resultados Transitados, por não se justificar a sua permanência nesta rubrica, dado tratarem-se de ajustamentos decorrentes da conversão para o SNC.

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 29)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	170.949.396	182.362.656
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
Outras	-	-
Total	262.306.764	273.720.024

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959€ e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591€, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
59300001 Reservas subsídios - ILD'S	1.755	1.755
59300004 Reservas subsídios - material circulante	1.644.972	1.753.799
59300100 FEDER-sub. proj. 12UQE	7.587.462	8.461.396
59300700 PIDDAC-sub. proj. 12+4UQE	5.212.466	5.559.962
59300800 FEDER-sub. proj. 12+4UQE	14.246.329	15.196.074
59301001 PIDDAC-sub. proj 34UQE/UTE	3.810.303	4.193.980
59301002 PIDDAC-sub. proj 19UDD	586.096	636.999
59301003 PIDDAC-sub. proj. 21ALLAN	871.055	912.058
59301004 PIDDAC-sub. proj. 42UQE	502.519	542.423
59301005 PIDDAC-sub. proj. 34UME	21.103.690	22.191.120
59301006 PIDDAC-sub. proj. 57UTE Silício	17.397.398	18.463.240
59301007 PIDDAC-sub. proj. 25UTD600	-	967.271
59301009 PIDDAC-sub. proj. 57CORRAIL	724.228	838.579
59301010 PIDDAC-sub. proj. 12Locomotivas	390.009	390.009
59301011 PIDDAC-sub. proj. Rádio Solo comb.	16.127	24.381
59301012 PIDDAC-sub. Proj. aq. 15 loc. 4700	19.615.055	20.265.278
59301013 PIDDAC-sub proj bilhet. s/contacto	3.541.046	4.414.417
59301014 PIDDAC-benef. interface ramal Lousã	274.231	302.119
59301015 PIDDAC-sub. proj. aq. 10 loc. 4700	2.561.485	2.645.698
59301024 PIDDAC-sub. proj. alter. veloc. máx.45 carrug. moderniz.	159.926	186.446
59301025 PIDDAC-subs.caixas transmissão rodados UDD's450	487.605	425.800
59301026 PIDDAC-sub. sist. escalas pess. e rotaç. de material	19.445	43.750
59301027 PIDDAC-modernização de automotoras 3500	1.415.313	1.575.000
59301028 PIDDAC-grande reparação R2 - 453	82.964	-
59301029 PIDDAC-grande reparação R2 - 2334	404.259	-
59301030 PIDDAC-grande reparação R2 - 2340	399.691	-
59301031 PIDDAC-grande reparação R2 - 2326	302.926	-
59301032 PIDDAC-grande reparação R3 - 9635	119.761	-
59301033 PIDDAC-grande reparação R2 - 464	137.459	-
59301034 PIDDAC-grande repar R2 - 2197010	143.900	-
59301101 FEDER-sub. proj. 19UDD	1.211.529	1.316.687
59301102 FEDER-sub. proj. 21ALLAN	1.701.627	1.781.666
59301103 FEDER-sub. proj. 34UME	37.582.594	39.516.942
59301104 FEDER-sub. proj. 57UTE Silício	22.451.393	24.986.119
59301105 FEDER-sub. proj. Convel	-	12.632
59301106 FEDER-sub. proj. reabil. 3Aut.	116.803	107.546
59301107 FEDER-sub. Proj. 57CORRAIL	1.452.188	1.690.737
59301108 FEDER-sub. Proj. 12 locomotivas	903.370	903.370
59301510 sub. projecto CP/KIDS	27.276	54.697
59301700 FEDER- benef. interfaces ramal Lousã	581.343	640.462
59301800 FEDER-bilhética sem contacto-CPLX	797.033	995.479
59301900 FEDER-subsíd. ramais partic. mercad.	364.765	364.765
Total	170.949.396	182.362.656

PROVISÕES (NOTA 30)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	8.997.984	123.147	-	-	9.121.131
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.944.474	624.255	-	885.219	11.683.510
Acidentes ferroviários	577.515	232.125	-	-	809.640
Investimentos financeiros	69.883.605	25.313.656	1.434.112	1.618.111	92.145.038
Outras	5.469.716	-	793.870	4.620.596	55.250
Total	96.873.294	26.293.183	2.227.982	7.123.926	113.814.569

O aumento do valor das provisões, no exercício de 2013, prende-se essencialmente com o reforço da provisão constituída para capitais próprios negativos das empresas do Grupo CP, nomeadamente da CP Carga, e com a necessidade de reforço das provisões constituídas para processos judiciais em curso e para acidentes ferroviários.

No entanto, também se verificou o contrário, tendo-se feito a reversão da provisão para o processo judicial relacionado com a recuperação de IVA de faturação emitida à REFER e alvo de anulação, decorrente da conclusão da ação no Tribunal Tributário de Lisboa, e a utilização total da provisão para encargos com promoções de pessoal da Empresa e para o processo de liquidação da Fergráfica S.A..

A provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais foi calculada com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro de 2013, tendo assim, sido constituídas provisões para fazer face aos encargos com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.). Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 3%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2013.

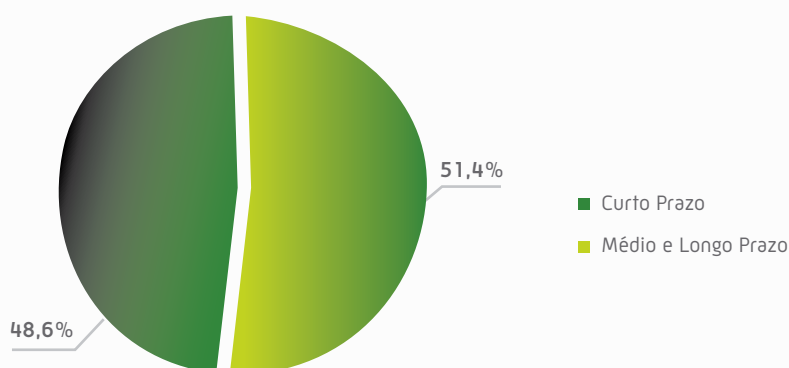
FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 31)

No final do exercício de 2013, a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
NÃO CORRENTE		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	467.456.939	513.645.672
Empréstimos por obrigações	700.000.000	700.000.000
Outros financiadores	683.900.000	948.680.000
Total	1.851.356.939	2.162.325.672
CORRENTE		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.691.649.623	1.305.669.751
Descobertos bancários	-	6.567.797
Empréstimos por obrigações	-	-
Outros financiadores	264.780.000	162.500.000
Total	1.956.429.623	1.474.737.548

O acréscimo da dívida foi de cerca de 171 milhões de euros, tendo passado de 3,637 mil milhões a 31.12.2012 para 3,808 mil milhões a 31.12.2013.

Esse acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na Banca nacional, sendo a estrutura da dívida a 31 de dezembro a seguinte:



A percentagem de dívida de empréstimos nacionais foi tendo ao longo do ano uma maior preponderância, sendo que, no final de 2013, representava cerca de 49% da dívida, valor equivalente à percentagem dos empréstimos de curto prazo.

À semelhança do que tem vindo a acontecer desde o último ano, a dívida diretamente garantida teve um decréscimo, uma vez que todos os novos financiamentos são concedidos sem aval direto do Estado.

Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento dos encargos financeiros, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente e investimentos no material circulante.

A CP não conseguiu, no entanto, obter a totalidade do financiamento para pagamento de compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que, ao longo do ano, teve que canalizar parte da sua receita da atividade de exploração para esse efeito.

No que respeita a dívida amortizada durante o ano, a CP procedeu a amortizações no valor de cerca de 216 milhões de euros (nomeadamente *Polo Securities II Limited* no montante de 62,5 milhões de euros, *Polo III - CP Finance Limited* no montante de 100 milhões de euros, BEI no montante de 45 milhões de euros e Banca Nacional no valor de 9 milhões de euros).

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
NÃO CORRENTE - Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.691.649.623	1.312.237.548
De 1 a 5 anos	373.430.272	398.934.005
A mais de 5 anos	94.026.667	114.711.667
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	500.000.000	-
A mais de 5 anos	200.000.000	700.000.000
Outros financiadores		
Até 1 ano	264.780.000	162.500.000
De 1 a 5 anos	433.900.000	698.680.000
A mais de 5 anos	250.000.000	250.000.000
TOTAL	3.807.786.562	3.637.063.220

À data de 31 de dezembro de 2013, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Instit. de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	1.691.649.623	245.942.688	42.680.188	36.055.188	28.067.209	2.044.394.895
Locações financeiras						
Empréstimos por obrigações						
Mercado de valores mobiliários						
Participantes de capital						
Empresa-mãe - Suprim. e outros mútuos						
Outros partic. - Suprim. e outros mútuos						
Subsidiárias, associadas e empr. conjuntos						
Outros financiadores	264.780.000	358.900.000	75.000.000	-	-	698.680.000
Total	1.956.429.623	604.842.688	117.680.188	36.055.188	28.067.209	2.743.074.895



OUTRAS CONTAS A PAGAR (NOTA 32)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
NÃO CORRENTE		
Fornecedores de investimentos	-	40.563
Credores por subscrições não liberadas	-	-
Total	-	40.563
CORRENTE		
Fornecedores de investimentos	2.358.459	2.358.459
Devedores por acréscimos de rendimento	2.071.234	822.398
Benefícios pós-emprego	-	-
Credores por subscrições não liberadas	33.815.129	34.387.776
Outros devedores e credores	7.765.374	7.876.348
Credores por acréscimo de gastos	69.456.533	66.786.976
Pessoal	55.125	331.477
Adiantamentos de clientes	56.291	-165.404
Total	115.578.145	112.398.030

A variação mais significativa, face ao exercício de 2012, regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos (2,7 milhões de euros) em resultado do reconhecimento, no exercício de 2013, dos encargos com férias e subsídios de férias relativos a 2014, reconhecimento este que, no exercício de 2012, foi diminuto em virtude do disposto no Orçamento Estado para 2013.

FORNECEDORES (NOTA 33)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores c/c		
Gerais	137.757.868	53.744.702
Empresas subsidiárias	3.137.036	3.604.482
Empresas associadas	3.299.257	4.824.000
Empreendimentos conjuntos	1.371.406	2.111.322
Outras partes relacionadas	3.767.917	179.890
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Faturas em receção e conferência	-5.359	1.618
Total	149.328.125	64.466.015

A variação registada na rubrica de fornecedores deve-se quase exclusivamente ao incremento das dívidas à REFER, sendo responsável por cerca de 97% do seu acréscimo.

PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 34)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Derivados potencialmente desfavoráveis	69.159.198	135.181.225
Total	69.159.198	135.181.225

O montante registado na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação resulta da valorização efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) detidos pela Empresa.

Seguindo a tendência verificada em 2012, a carteira de derivativos potencialmente desfavoráveis registou, no decorrer de 2013, um decréscimo no universo de derivativos, registando uma variação favorável do seu valor, na ordem dos 66 milhões de euros. O ano de 2013 foi marcado pelo cancelamento de três operações de *swap*, o que influenciou favoravelmente o valor de mercado da carteira.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 35)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
VENDAS - Serviços prestados		
Passageiros	208.269.681	213.224.609
Redes	533.241	302.117
Manut./alug./limp. material circulante	18.829.354	19.054.740
Comboio Socorro	1.510.327	1.473.310
Indemnização por danos	740.858	240.850
Limpeza/segurança	122.576	218.535
Serv.informáticos/contabil./outros	1.625.061	2.013.807
Outros Metro Mondego	1.046.126	1.191.435
Outros serviços	1.302.921	1.311.181
Descontos e abatimentos em vendas	-4.282.230	-2.620.659
Total	229.697.915	236.409.925

O decréscimo verificado decorre fundamentalmente da quebra nos serviços prestados de passageiros, fruto das greves que se registaram no início de 2013, bem como da conjuntura económica do país.

Apesar dos esforços efetuados no sentido de inverter a tendência de quebra, e das melhorias verificadas sobretudo a partir do último trimestre do ano, não foi possível recuperar totalmente o desequilíbrio registado nos primeiros meses do ano.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 36)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2012 e 2013:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Indemnizações compensatórias	33.856.604	34.800.000
Andante	114.717	36.873
PAII	377.261	349.057
CP/KIDS	35.054	176.551
Total	34.383.635	35.362.481

De salientar a quebra generalizada do apoio financeiro do Estado, através de subsídios à exploração, à atividade da Empresa e que atingiu uma redução de aproximadamente um milhão, face aos valores de 2012.

GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 37)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Cobertura de prejuízos	-	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	3.982.573	-
Alienações	-	-
Outros	101	-
GANHOS		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	684.180	6.414.568
Alienações	-	-
Outros	342.101	-
Total	-2.956.393	6.414.568

Os valores reconhecidos em 2013 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da EMEF (-3.391.329€) da Saros (289.165€) e da Ecosaúde (-196.228€), ao impacto das operações de liquidação da Fergráfica (342.101€) e dissolução da EMEF Internacional (-101€).

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 38)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.477.671	9.284.408
Total	8.477.671	9.284.408

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 87% (7.407.865€) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível, apesar do aumento de preço, tal como no ano anterior, tem vindo a reduzir em resultado da diminuição da cedência de combustível pela CP à sua empresa subsidiária CP Carga e na sequência da transferência para aquela empresa da gestão de parte dos postos de abastecimento.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 39)

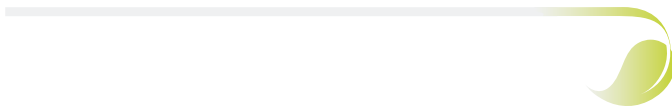
A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Subcontratos:		
Limpeza instalações	402.892	370.268
Limpeza material circulante	2.170.651	1.982.267
Vigilância	2.332.331	2.715.916
Serviços adicionais e auxiliares	1.917.767	1.589.886
Serviços restauração	2.388.567	2.705.295
Acordo CP/Renfe	5.857.548	7.276.711
Outros subcontratos	6.375.163	7.094.800
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	30.376.437	31.454.017
Trabalhos especializados	851.007	777.940
Vigilância e segurança	98.317	1.081.186
Utilização material circulante	471.459	471.459
Outros serviços especializados	1.724.413	1.221.717
Materiais	161.227	173.387
Energia e fluidos:		
Electricidade	29.836.152	28.327.111
Combustíveis	274.194	322.094
Água	148.460	223.720
Outros	1.500	12.046
Deslocações, estadas e transportes	378.363	465.338
Contº CP/ACE (EMEF/Siemens)	8.373.071	8.777.226
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres:		
Taxa uso infraestrutura	59.824.708	56.014.810
Outras rendas e alugueres	11.129.422	10.539.981
Comunicação	787.997	954.755
Seguros	301.855	415.520
Outros serviços	573.627	613.472
Total	166.757.128	165.580.922

Para o aumento registado nesta rubrica concorrem essencialmente os seguintes factos:

- O aumento dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura (+3.809.898€) resultante das tarifas previstas no Directório da Rede 2013 que vigorou a partir de 11 de dezembro de 2012; e
- Aumento dos gastos com eletricidade (+1.509.041€) resultante das atualizações tarifárias ocorridas no período.

Apesar do aumento registado nesta rubrica, que decorreu em grande parte devido às atualizações tarifárias (Directório de Rede 2013 e eletricidade), é de salientar o esforço efetuado pela Empresa na procura da poupança, conforme se pode comprovar pela diminuição dos encargos com a maioria das rubricas e que resultou do esforço de racionalização dos gastos suportados e da renegociação dos contratos em vigor.



GASTOS COM PESSOAL (NOTA 40)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações dos órgãos sociais	372.745	364.185
Remunerações do pessoal	72.257.867	62.513.748
Benefícios pós-emprego	NA	NA
Prémios para pensões	NA	NA
Outros benefícios	NA	NA
Indemnizações	5.170.456	3.105.178
Encargos sobre remunerações	16.117.515	13.852.234
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.459.435	1.229.723
Gastos de ação social	247.779	143.382
Outros gastos com o pessoal	2.411.040	2.321.887
Total	98.036.837	83.530.337

NA = Não aplicável

O acréscimo registado nesta rubrica resulta fundamentalmente do cumprimento do disposto no Orçamento de Estado retificativo de 2013, tendo a CP registado nas Contas de 2013 o diferencial de encargos previsto na lei, o que implicou reconhecer gastos de exercícios anteriores relacionados com o adicional do subsídio de férias de 2012, pago no decorrer de 2013, a que acresceu o impacto também ele em gastos com pessoal, do subsídio de férias do próprio ano, a pagar em 2014, gerando um impacto em 2013, na ordem dos 10,5 milhões de euros.

Verificou-se, ainda, um acréscimo nos gastos com indemnizações por mútuo acordo e trabalho extraordinário não compensado de cerca de 2,8 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

DESCRIÇÃO	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Órgãos sociais *	7	6
Directores/chefias superiores		
Quadros superiores	268	293
Quadros médios	12	12
Chefias intermédias	243	259
Profissionais altamente qualificados	2.175	2.256
Profissionais semi-qualificados	61	68
Contratados a prazo	-	-
Total	2.766	2.894

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

IMPARIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (NOTA 41)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Em investimentos financeiros - empréstimos	-	-515.282
Em investimentos financeiros - outros	-	-27
Ativos não correntes detidos para venda	-7.634.322	-6.573.726
REVERSÕES		
De investimentos financeiros - outros	28	160.000
Ativos não correntes detidos para venda	224.926	30.527
Total	-7.409.368	-6.898.508

As perdas de imparidade referentes a ativos detidos para venda são as que apresentam maior materialidade ao nível das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis e resultam do diferencial entre o valor esperado de venda líquido dos custos de venda e o valor pelo qual o ativo se encontra escriturado.

Num contexto de crise económica e perante a dificuldade em alienar alguns dos ativos registados como ativos não correntes detidos para venda, devido à sua especificidade (maioritariamente material circulante) e ausência de um mercado ativo para estes bens, entendeu-se prudente reforçar as imparidades associadas a estes ativos.

O valor de perdas de imparidade em investimentos financeiros – empréstimos, reconhecidos em 2012, resulta de ajustamentos de empréstimos à Fergráfica em resultado da sua situação financeira, nomeadamente por capitais próprios negativos, facto que não ocorreu em 2013, uma vez que neste ano se procedeu à liquidação desta empresa.

Em 2012 foi registada uma reversão de imparidade de investimentos – financeiros – outros em resultado do pagamento parcial de empréstimo por parte da Otlis (com impacto de 160€ mil nesta rubrica), o que justifica a variação desta rubrica face a 2013.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS (NOTA 42)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos suplementares	14.701.034	18.530.533
Descontos de pronto pagamento obtidos	14	295
Ganhos em inventários	42.131	29.789
Restantes ativos financeiros	1.640.491	372.292
Investimentos não financeiros	29.509	234.891
Outros	15.208.462	15.649.746
Total	31.621.641	34.817.546

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta uma diminuição de 3.195.905€ justificada fundamentalmente por:

- Venda de sucata (-1.234.708€) - em 2012 foram vendidos, para reciclagem, lotes de veículos ferroviários retirados da exploração, o que não se verificou, de forma tão significativa em 2013;
- Cedência de gásóleo para tração (-1.543.398,48€) - em resultado da transferência da gestão de alguns postos de combustível para a CP Carga, verificou-se uma diminuição da faturação relacionada com a cedência de combustível; e
- Concessão de espaços comerciais (-533.186,31€) - em consequência da cessação do contrato de exploração de espaços comerciais com a CP Com, sendo que, em 2013, só se manteve a cedência da bilheteira do posto de venda de Braga.

De registar, ainda, a variação positiva registada na rubrica de restantes ativos financeiros (+1.268.199€) relacionada fundamentalmente com diferenças de câmbio favoráveis relativas às ações da Eurofima.

A rubrica de Outros regista uma diminuição de 441.284€, apesar do aumento dos rendimentos relacionados com subsídios ao investimento (+681.820€), incluídos nesta rubrica, devido à quebra registada em rendimentos resultantes de penalidades contratuais. Em 2012, foram registadas penalidades contratuais de aproximadamente 1€ milhão, que não se verificaram em 2013.

OUTROS GASTOS E PERDAS (NOTA 43)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Impostos	-123.956	-226.571
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-149.573	-2.983.020
Perdas em inventários	-47.081	-187.330
Restantes ativos financeiros	-	-
Investimentos não financeiros	-1.843.629	-294.455
Outros	-3.485.158	-12.202.417
Total	-5.649.397	-15.893.793

Para a variação registada nesta rubrica contribuiu fundamentalmente a diminuição das dívidas incobráveis, fruto das ações de cobrança desenvolvidas pela Empresa, e da regularização, em exercícios anteriores, de dívidas incobráveis, bem como a diminuição dos descontos comerciais atribuídos pela Empresa. Em 2012 foi atribuído um desconto comercial de valor significativo, com vista à regularização da dívida histórica com o Ministério da Defesa Nacional, o que não se verificou em 2013.

AUMENTOS/REDUÇÕES JUSTO VALOR (NOTA 44)

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Instrumentos financeiros	-	-3.767.729
Investimentos financeiros	-	-
Propriedades de investimento	-	-
GANHOS		
Instrumentos financeiros	66.022.026	-
Investimentos financeiros	-	-
Propriedades de investimento	-	-
Total	66.022.026	-3.767.729

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2013, bem como de alterações à sua composição, comparativamente a igual período do ano anterior.

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Deutsche Bank		-4.330.003
Citigroup	-685.521	-2.246.667
BES	-62.549.083	-81.265.916
BNP Paribas	-	-34.554.251
RBS/ABN	-5.924.594	-7.694.238
Barclays	-	-5.090.149
Citigroup	-	-
Total	-69.159.198	-135.181.224

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO (NOTA 45)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
GASTOS		
Ativos fixos tangíveis	69.182.511	72.779.798
Ativos intangíveis	113.897	529.437
REVERSÕES		
Ativos fixos tangíveis	-252	-
Ativos intangíveis	-	-
Total	69.296.156	73.309.235

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

A diminuição do valor das depreciações, face a 2012, em aproximadamente 4 milhões de euros tem origem essencialmente no equipamento básico (material circulante), devido à reclassificação de ativos para ativos não correntes detidos para venda, cessando o reconhecimento de depreciações e passando a haver o reconhecimento de imparidades, pelo diferencial entre o valor contabilístico líquido e o valor esperado de venda, bem como à diminuição do investimento realizado e ao término do período de depreciação dos bens.

IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 46)

A imparidade de investimentos depreciáveis, reconhecida no exercício, respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Ativos fixos tangíveis	2.716.034	251.600
REVERSÕES		
Ativos fixos tangíveis	-191.600	-237.024
Total	2.524.434	14.576

O aumento das imparidades de investimentos depreciáveis em aproximadamente 2,5 milhões de euros decorre dos danos causados no material circulante, em resultado de acidentes ocorridos em 2013, nomeadamente o de Alfarelos.

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 47)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Juros obtidos	4.691.819	8.717.150
Dividendos obtidos	39.698	49.311
Outros rendimentos similares	-	-
Total	4.731.517	8.766.461

A diminuição de cerca de 4 milhões de euros, registada nos juros e rendimentos similares, resulta do efeito combinado do decréscimo de 7,9 milhões de euros, que dizem respeito a juros de *swaps*, e do aumento dos juros relacionados com empréstimos a empresas do Grupo, no valor de 3,8 milhões de euros.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 48)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	-200.858.597	-185.517.153
Outros gastos e perdas	-10.397.150	-9.453.913
Total	-211.255.747	-194.971.066

No exercício de 2013, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista um total de 211 milhões de euros, mais 16 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior.

Esta situação decorre do incremento dos encargos financeiros com a dívida da CP, que aumentou, bem como ao nível elevado de *spreads* obtidos nos novos financiamentos contratados para substituir os empréstimos com vencimento durante o ano. A antecipação do cancelamento de alguns contratos de derivados levou, igualmente, a uma antecipação dos encargos financeiros associados a essa liquidação, compensada em termos de resultados pela variação favorável da carteira de derivados.

No decorrer do exercício em análise, verificou-se uma diminuição nos juros suportados com as operações de financiamento de material circulante e outros (EUROFIMA, POLO, BEI e OBRIGACIONISTA) em cerca de 11,6 milhões de euros. No entanto, tal facto foi largamente ultrapassado pela subida registada com os gastos em juros e outros encargos suportados de financiamentos bancários (19,5 milhões de euros), e de operações de cobertura de taxa de juro, *swaps* (8,8 milhões de euros).

PASSIVOS CONTINGENTES (NOTA 49)

Não aplicável.

— ATIVOS CONTINGENTES (NOTA 50)

Não aplicável.

— DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS (NOTA 51)

A CP realiza, frequentemente, parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2013, a estrutura acionista da Empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

PARTICIPAÇÕES	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA	100%	100%
FERNAVE, SA	100%	100%
FERGRÁFICA, SA	0%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%

A CP detém, também, participação indireta e controlo noutras empresas do Grupo, por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- EMEF Internacional, SA - Cessou atividade em maio de 2013 (detida em 95% pela EMEF e em 5% pela CP); e
- SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF).

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	5.846.228	6.001.935
CP CARGA, SA	32.273.402	31.430.729
FERNAVE, SA	193.468	134.806
FERGRÁFICA, SA	8.000	12.000
SAROS,Lda	12.797	40
ECOSAÚDE, SA	60.851	67.894
Associadas		
TIP, ACE	348.346	449.541
Empresas com participação indireta		
EMEF / SIEMENS, ACE	487.918	47.306
total	39.231.010	38.144.251
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	-26.312.887	-28.247.521
CP CARGA, SA	-750.898	-558.161
FERNAVE, SA	-604.236	-436.398
FERGRÁFICA, SA	-2.166.845	-213
ECOSAÚDE, SA	-790.065	-805.538
Associadas		
TIP, ACE	-718.954	-778.834
Empresas com participação indireta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-8.802.915	-10.628.832
Total	-40.146.800	-41.455.497

(*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	11.218.086	20.669.177
CP CARGA, SA	18.342.402	43.930.280
FERNAVE, SA	1.193.000	642.051
FERGRÁFICA, SA	-1.074.834	515.282
ECOSAÚDE, SA	500.000	-
Associadas		
TIP, ACE	32.500	-
Empresas com participação indireta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-	-718.721
Total	30.211.154	65.038.069

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
ATIVOS – Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	10.595.516	10.790.167
CP CARGA, SA	62.272.682	43.930.280
FERNAVE, SA	2.636.051	1.443.051
FERGRÁFICA, SA	-	1.074.834
ECOSAÚDE, SA	500.000	-
ATIVOS – Clientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
EMEF, SA	508.179	441.433
CP CARGA, SA	11.152.049	8.105.482
FERNAVE, SA	9.928	20.333
FERGRÁFICA, SA	-	4.182
SAROS, Lda	9	4
ECOSAÚDE, SA	6.757	272.834
Associadas		
TIP, ACE	441.168	328.930
Empresas com participação indireta		
EMEF / SIEMENS, ACE	34.189	8.045
PASSIVOS – Fornecedores e out. contas a pagar		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-5.523.256	-5.771.866
CP CARGA, SA	-100.544	-392.033
FERNAVE, SA	-39.219	-56.266
FERGRÁFICA, SA	-	-254
ECOSAÚDE, SA	-113.881	-305.165
Associadas		
TIP, ACE	-570.938	-1.172.177
Empresas com participação indireta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-1.903.336	-1.214.294
Total Ativo + Passivo	79.905.354	57.507.518

Não foram efetuados, em 2013, quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

GARANTIAS E AVALES (NOTA 52)

Garantias e avales prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

Descrição (Valores em €)	
EMEF (cartas conforto)	6.987.979
EMEF (fiança)	4.812.500
Fernave (cartas conforto)	1.950.000
Fernave (garantia)	23.779
Otlis (Carta conforto)	200.000
CP Carga (Fiança)	18.700.000
CP Carga (Livrança)	40.521.231
CP Carga (Garantia)	29.561.513
Ecosaúde (Carta conforto)	51.295

Garantias prestadas a favor da CP:

Descrição (Valores em €)	
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	812.132.960
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	812.761

ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE BALANÇO (NOTA 53)

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de balanço.



DOCUMENTOS
ANEXOS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

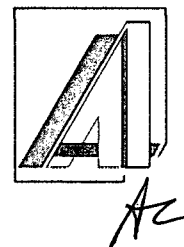
1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** (CP), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 1.028.847.974 euros e um total de capital próprio negativo de 3.236.374.018 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 226.516.513 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

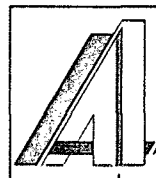
- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

- 9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos sete e oito, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 9.1. Tal como é indicado na nota 21 do Anexo, foram mantidos no balanço como *Activos não correntes detidos para venda* bens como tal classificados há mais de um ano, uma vez que a CP deu satisfação aos requisitos do n.º. 9 da NCRF n.º. 8. De referir, também, que o Conselho de Administração entendeu reforçar a imparidade referente ao material circulante incluído nesta rubrica, atenta a especificidade dos bens em causa e dos mercados em que estes podem ser transacionados, e da conseqüente incerteza que rodeia o seu valor de venda.
 - 9.2. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras em apreço, a CP tem vindo a acumular prejuízos de montante significativo ao longo dos anos, apresentando em 31 de Dezembro de 2013 um capital próprio negativo de 3.236.374.018 euros. Neste contexto de



extremo desequilíbrio da estrutura financeira, a continuidade da Empresa tem sido garantida pelo apoio que o Estado lhe vem assegurando. Em Novembro de 2011, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes que comporta um conjunto de medidas que visam, entre outras finalidades, tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e economicamente sustentável. A continuidade da CP está, assim, dependente, da sua reestruturação financeira, a emprender com o apoio estatal, conjugada com o reequilíbrio económico sustentado que carece de atingir.

Lisboa, 7 de Abril de 2014

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luís Areal Alves da Cunha



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 1.028.847.974 euros e um total de capital próprio negativo de 3.236.374.018 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 226.516.513 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfases

9. Conforme referido na nota 21 do Relatório e Contas da Empresa, o Conselho de Administração decidiu reforçar a imparidade do material circulante incluído na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, dado o elevado grau de incerteza sobre o justo valor destes ativos e consequentemente a sua realização. Esta incerteza resulta da especificidade destes ativos e da indústria em que a Empresa opera, onde não existe nomeadamente um mercado ativo que transacione estes bens e o número de eventuais interessados nos mesmos é reduzido.
10. A Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2013, um total de capital próprio negativo de 3.236.374.018 euros. Adicionalmente, constata-se que naquela data a Empresa possui um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios. Em Novembro de 2011, o Governo Português aprovou o Plano Estratégico dos Transportes, que concretiza um conjunto de reformas estruturais a implementar no sector dos transportes e das infra-estruturas, que terá impactos significativos ao nível da Empresa, nomeadamente quanto ao conjunto de soluções para melhorar a gestão do stock de dívida e dos encargos financeiros decorrentes e ao programa de equilíbrio operacional. Assim, a continuidade das operações da Empresa, e por conseguinte a realização dos seus ativos e a classificação dos seus passivos, depende da evolução e implementação do referido Plano, do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

Porto, 7 de abril de 2014


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)

FE A.
Cey

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS 2013 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras da CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, foi aprovado o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante RJ SPE, o qual revogou o anterior³ enquadramento legal específico, aplicável à CP enquanto empresa pública.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Como ponto prévio importa referir que o Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de 13 de novembro de 2013, pelo que apenas acompanhou a atividade da empresa a partir da referida data.

Nessa conformidade, o Conselho Fiscal até ao final do exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, nomeadamente, procedido a:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração de forma a inteirar-se da situação da empresa;
- ii) Emissão de parecer sobre operações de financiamento, mediante solicitação do Conselho e Administração;
- iii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iv) Reuniões com a direção financeira da CP;
- v) Apresentação de proposta à tutela de nomeação do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Individuais da CP, apresentadas pelo Conselho de Administração, registando, igualmente a apresentação do Relatório de Governo Societário, em conformidade com o exigido pelo n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, do Ministério da Economia e do Emprego e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado, e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contratos de serviço público são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁴, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação, estando em curso o processo para a celebração de um novo contrato.

A atividade da empresa no exercício de 2013 foi, assim, enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no PET, incorporando ainda as orientações contidas⁵ no Orçamento de Estado, tendo sido estruturada de modo a atingir o equilíbrio financeiro a nível operacional, promovendo a eficiência, nomeadamente através de:

- Ajustamento da oferta face à procura;
- Redução de custos de funcionamento;
- Melhoria da eficiência dos serviços prestados;
- Racionalização de bens e de participações sociais não enquadráveis na actividade principal, permitindo disponibilizar meios financeiros para a atividade de transporte ferroviário.

Ao longo do ano de 2013, as necessidades de mobilidade das populações estiveram condicionadas pela redução do rendimento disponível das famílias e pelo elevado nível de desemprego, influenciando não somente as deslocações pendulares casa/emprego, como também as de lazer.

⁴ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de novembro.

⁵ Relativas, designadamente, aos gastos com o pessoal e à utilização gratuita dos transportes públicos.

CONSELHO FISCAL

Neste contexto, a CP transportou cerca de 107,2 milhões de passageiros durante o exercício em apreço, o que representa um decréscimo de perto de 4% comparativamente a 2012, tendo este decréscimo sido transversal em todos os serviços da CP, com maior expressão no serviço urbano de Lisboa.

Apesar deste cenário, a Empresa foi capaz de atenuar a tendência verificada neste indicador, pelo que, a partir do último quadrimestre de 2013, a CP conseguiu uma recuperação na procura, tendo registado nesse período um crescimento médio de 2,3%, transversal a todos os serviços da empresa, beneficiando da estratégia conducente à redução de conflitos laborais, da implementação de políticas comerciais mais agressivas e da reformulação de alguns serviços.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP prosseguiu o processo de reajustamento no sentido de reestruturar e redimensionar os serviços, com reflexo na melhoria dos indicadores de desempenho.

No que respeita ao Investimento, este cingiu-se ao mínimo de intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias, tendo atingido, em 2013, o valor de 12,6 milhões de euros, 88% dos quais destinados a material circulante e 10% a equipamentos comerciais.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O contexto macroeconómico desfavorável, conforme enunciado no ponto anterior, produziu impacto quer através da quebra na procura, quer pela deterioração das condições de refinanciamento da dívida. Essa realidade repercutiu-se nos resultados da empresa, tendo a CP encerrado o exercício de 2013 com um resultado líquido negativo de 226,5 milhões de euros (-1,3%).

As rubricas do Capital Próprio apresentaram um valor negativo que se agravou em 240,3 milhões de euros (-8%) face ao ano transato, essencialmente proveniente do acumular de sucessivos resultados de exercício negativos.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 30,1 milhões de euros (-2,8%), resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 60,2 milhões de euros (-7%);
2. Constituição de aplicações financeiras de curto prazo no IGCP⁶ no valor de 16 milhões de euros;
3. Aumento do valor de participações financeiras, reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, em 13,8 milhões de euros (20,9%).

No que respeita ao Passivo, a CP registou um aumento de 210,2 milhões de euros (5,2%), destacando-se:

1. Aumento dos Financiamentos Obtidos⁷ em 170,7 milhões de euros (4,7%);

⁶ Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E..

CONSELHO FISCAL

2. Agravamento em 88 milhões de euros (49,8%) das dívidas a Fornecedores e Outros Devedores;
3. Variação positiva de 66 milhões de euros (-48,8%) dos *swaps* potencialmente desfavoráveis.

Os fluxos de caixa gerados pelas operações atingiram no final de 2013 o valor de 85,5 milhões de euros, representando um crescimento de 16,5 milhões de euros (23,9%) face ao ano anterior. Deve ser destacado que este desempenho foi alcançado num cenário onde ocorreu uma quebra da procura, que implicou a diminuição dos recebimentos de clientes em 37,9 milhões de euros, associada ao acréscimo dos pagamentos ao pessoal em 8,5 milhões de euros decorrente da reposição dos subsídios férias, situações que foram mais que compensadas com a redução dos pagamentos a fornecedores⁸.

O resultado líquido alcançado pela CP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resulta essencialmente do efeito das variações que se salientam na Demonstração de Resultados:

1. Reversão de 39,5 milhões de euros (-102,7%) no valor das Imparidade de dívidas a receber em resultado da regularização da dívida do Ministério da Defesa Nacional;
2. Aumento dos Gastos com o pessoal em 14,5 milhões de euros (17,4%), essencialmente efeito da reposição do subsídio de férias em cumprimento do disposto⁹ no Orçamento de Estado retificativo de 2013;
3. Diminuição de 11,4 milhões de euros (-37,3%) das Provisões devido à reversão da provisão constituída para processo que teve desfecho favorável à CP no Tribunal Tributário;
4. Redução de Outros gastos e perdas em 10,2 milhões de euros (-64,5%), consequência da diminuição das dívidas incobráveis, bem como a diminuição dos descontos comerciais atribuídos¹⁰;
5. Influenciado em larga medida pelo resultado da EMEF¹¹, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial, a rubrica Ganhos/perdas imputados de subsidiárias apresentou uma evolução desfavorável de 9,4 milhões euros (-146,1%);
6. O EBITDA apresenta um decréscimo de 40 milhões euros para -13,9 milhões euros;
7. A empresa apresentou um apuramento do EBITDA ajustado¹², onde considerou somente a parte respeitante à exploração, tendo alcançado o valor de 22 milhões euros, significando uma redução de 13,5 milhões euros (-38,5%) face a 2012;

⁷ Observou-se a substituição dos financiamentos de médio e longo prazo por financiamentos de curto prazo, representando estes 51,4% do montante total, contribuindo para o desequilíbrio da estrutura de financiamento da empresa.

⁸ A larga maioria das dívidas a fornecedores está concentrada na Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E..

⁹ A CP registou nas contas de 2013 o diferencial de encargos decorrentes da reposição do subsídio de férias, o que implicou reconhecer gastos de exercícios anteriores, acrescido da especialização do subsídio de férias do próprio ano, a pagar em 2014.

¹⁰ No âmbito do processo para regularização da dívida histórica do Ministério da Defesa Nacional, foi atribuído em 2012 um desconto comercial de valor significativo, não tendo sucedido em 2013 facto com idêntica expressão.

¹¹ Empresa do Grupo CP, que em 2013 apresentou um prejuízo de cerca de 3,4 milhões euros.

¹² Resultado antes de indemnizações por rescisão, subsidiárias, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

CONSELHO FISCAL

8. A variação favorável de 69,8 milhões euros do justo valor dos instrumentos financeiros traduz da valorização¹³ da carteira de derivados¹⁴ em 31 de dezembro 2013, bem como de alterações à sua composição em consequência do cancelamento de três operações de *swap*;
9. O resultado da política de financiamento da CP exhibe um agravamento de 20,3 milhões euros (10,9%), essencialmente reflexo do aumento dos encargos financeiros, tanto por via do acréscimo da dívida como pelo incremento dos *spreads* das taxas de juro em todos os empréstimos renovados¹⁵.

Neste âmbito deve ser destacado que a estrutura de financiamento da CP acentuou o seu desequilíbrio, sendo que o endividamento de curto-prazo representa 51,4% do total. O crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento dos encargos financeiros. Contudo, a CP não conseguiu obter a totalidade do financiamento necessário ao pagamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que teve que canalizar parte da receita da atividade de exploração para esse efeito. Note-se que parte desse serviço da dívida resulta da dívida histórica acumulada pela empresa, constituindo dessa forma um sério constrangimento ao seu desempenho.

5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O Relatório de Gestão da CP contém todas as matérias previstas no artigo 66.º do CSC, bem como os aspetos exigidos pela legislação específica aplicável ao Setor Público Empresarial, nomeadamente o RJSPE.

A estrutura de governo da CP, atualmente em vigor, composta por um Conselho de Administração com quatro elementos (um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, mostra-se adequada à respetiva dimensão e complexidade, pelo que cumpre o disposto na lei, nomeadamente o artigo 30.º e seguintes do RJSPE.

Acresce referir que o Conselho Fiscal ao abrigo da política de bom governo que aconselha a rotação dos órgãos de fiscalização, designadamente do Revisor Oficial de Contas, após procedimento de consulta adequado, propôs à tutela da CP a nomeação de um novo revisor oficial de Contas.

Relembra-se que a CP e o Estado acordaram a revogação do contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», pelo que não existe contratualização do serviço público prestado pela empresa, e consequentemente não foram fixados objetivos de gestão para exercício analisado.

Relativamente às orientações do accionista, emitidas através do Ofício Circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 7896, de 8 de outubro de 2012, importa salientar os seguintes aspetos:

¹³ Efectuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.).

¹⁴ *Swaps* de cobertura de taxa de juro.

¹⁵ Traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo.



CONSELHO FISCAL

- As contas relativas ao exercício de 2012, ainda não foram objeto de apreciação/aprovação por parte da tutela;
- Não obstante a CP ter norteado a sua atividade de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento 2013 apresentado, o mesmo não foi objeto de aprovação, pelo que não se mostra adequado efetuar uma análise ao cumprimento daquele instrumento previsional de gestão;
- Não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, nem celebrados contratos de gestão com os gestores, o que igualmente inviabiliza a avaliação do desempenho dos mesmos;
- A CP implementou políticas comerciais mais agressivas, ajustou a oferta em função da procura adoção, como forma de implementar estratégias de maximização das receitas;
- As empresas deficitárias deveriam registar um valor de EBITDA tendencialmente nulo, o que não se verificou. Apesar do EBITDA negativo, a empresa foi capaz de reduzir em 4,6 p.p. o peso dos Gastos Operacionais face ao Volume de Negócios, de 106,2% para 101,5%;
- Ao nível do Programa de Redução de Custos Operacionais, as empresas deficitárias, em 2013 teriam que alcançar poupanças globais de 15% nas principais rubricas¹⁶ de gastos face a 2010. A CP registou para esse horizonte uma poupança de 7,6%, evolução que fica aquém da meta definida. No entanto, há que destacar isoladamente o desempenho de cada uma dessas rubricas:
 - i. Gastos com o Pessoal, redução de 20,1 milhões de euros (-17,8%), efeito do decréscimo do efectivo (diminuição de 469 no número médio de trabalhadores, correspondente a -15%) e das reduções salariais decretadas;
 - ii. CMVMC, diminuição de 2,9 milhões de euros (-25,6%) que resultou da racionalização da oferta e da transferência para a CP Carga dos depósitos de combustível afetos à atividade daquela empresa;
 - iii. FSE, incremento de 1 milhão de euros (0,6%) justificados essencialmente pelos aumentos de gastos suportados com a Taxa de Utilização da infraestrutura (subida de 14,8 milhões de euros, correspondente a mais 33% em 2013 face a 2010), e com a eletricidade para a tração (subida de 7,4 milhões de euros, equivalente a mais 35% em 2013 face a 2010), devido a aumentos significativos dos preços;
- O volume dos pagamentos em atraso (“*arrears*”), no final de 2013, ascendia a 124,7 milhões de euros (o que compara com os 29 milhões de euros do período homólogo anterior). Desse montante, 121,8 milhões de euros respeitam à REFER, sendo que o remanescente se refere a situações que se encontram pendentes da realização de encontros de contas ou da resolução de litígios.

Como anteriormente assinalado, a CP não conseguiu obter a totalidade dos financiamentos necessários ao pagamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, tendo por isso que recorrer a receita da sua atividade de exploração, opção que inviabilizou o pagamento a alguns fornecedores, nomeadamente a REFER. Essa situação, que se prevê conjuntural, contribuiu para o agravamento do prazo médio de pagamentos (PMP), que no final de 2013 estava em 229 dias (em 2012 eram 123 dias). Sendo excluídas as dívidas à REFER, relativas à taxa de utilização da infraestrutura, o PMP situar-se-ia nos 68 dias;

¹⁶ Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (deduzido do valor das indemnizações por cessação de contratos de trabalho).



F. A. Cou

CONSELHO FISCAL

- A CP indica o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados, a partir de 1 de junho de 2010) e na Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (para os titulares dos cargos e demais pessoal);
- Ao nível dos Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro, assinala-se o cancelamento de três operações de *swap*, o que produziu um impacto favorável no valor de mercado da carteira detida pela empresa;
- A Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, estabeleceu, no n.º 5 do artigo 61.º, que o acréscimo do endividamento estava limitado a 4%. A CP registou um acréscimo de 4,7%, o qual se restringiu ao financiamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, parte do qual resulta da dívida histórica acumulada da empresa.

6. PARECER

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Horwath & Associados, SROC, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2013 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP, permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativas ao exercício de 2013, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do Resultado Líquido do exercício negativo no montante de 226.516.513 euros ser levado a resultados transitados.

Lisboa, 9 de abril de 2014.

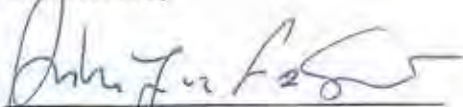
O Conselho Fiscal,



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

O Presidente,



António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Cláudio Couto Cabral



GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Títulos monomodais

Títulos de transporte válidos em apenas um operador de transportes.



Títulos multimodais

Títulos de transporte válidos em dois ou mais operadores de transportes.



MVA's

Máquinas de Venda Automática.



Gates

Portas que controlam o acesso às plataformas, enquanto validam os títulos de transporte, impedindo a entrada a quem não tiver bilhete válido.



EPVC

Equipamentos de controlo de títulos e de venda a bordo dos comboios, utilizados pelos Operadores de Revisão.



PVA

Terminais de venda de títulos de transporte nas bilheteiras.



UIC

União Internacional dos Caminhos-de-ferro.



CER

Community of European Railway and Infrastructure Companies.



Carruagens Corail

Utilizadas no tráfego de Longo Curso, principalmente no serviço Lisboa-Guimarães-Porto.



UTD 592

Automotoras, denominadas Unidades Triplas Diesel (UTD), utilizadas nas Linhas do Douro e Minho.



UTD 450

Automotoras, denominadas Unidades Triplas Diesel (UTD), utilizadas em várias linhas não electrificadas.



UTE

Automotoras constituídas por 3 veículos, denominadas Unidades Triplas Eléctricas (UTE). Existem várias séries ao serviço em diversas linhas de tráfego Suburbano e Regional.



UQE

Automotoras constituídas por 4 veículos, denominadas Unidades Quádruplas Eléctricas (UQE). Existem várias séries ao serviço em diversas linhas de tráfego Suburbano e Regional.



Locomotoras da série 1900

Locomotoras de tração diesel, utilizadas tanto para reboque de material de passageiros, como de mercadorias, em linhas sem electrificação.



Automotoras da série 9500 ou LRV

Automotoras da série 9500, também designada como LRV2000, constituem uma família de automotoras a tração diesel de via estreita.



Engates

Mecanismos usados especialmente para acoplagem entre veículos ferroviários. Os engates foram projetados para minimizar o impacto gerado durante a movimentação da composição, como na frenagem, aceleração, etc.



Bogie

Veículos independentes pequenos, formados por um conjunto de rodas (rodados), rolamentos, molas, eixos, cilindros de freio, barras estabilizadoras entre outras peças. Todos os veículos ferroviários que têm dois, ou mais conjuntos de rodas, possuem *bogies*.



Rodados

Conjunto de duas rodas fixas a um eixo, que irão fazer parte do *bogie* e que estabelecem contato com o carril.



CPA – Comboio de Pendulação Ativa

Material circulante utilizado no Alfa Pendular, da série 4000, com um mecanismo reclinável (tecnologia pendular) que possibilita que o comboio atinja velocidades avançadas em linhas férreas tradicionais, dado que lhe permite fazer curvas a velocidades mais elevadas que os comboios convencionais. O mecanismo, chamado sistema pendular, consiste em eixos com capacidade de se inclinarem até 8 graus, em relação aos carris, permitindo que as curvas possam ser feitas em velocidades que no caso de Portugal vão até 220km/h.

